



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**DINÂMICA TERRITORIAL DA REDE URBANA NA MESORREGIÃO
LESTE DE MATO GROSSO DO SUL**

PATRÍCIA HELENA MILANI

**Três Lagoas-MS
2012**

PATRÍCIA HELENA MILANI

**DINÂMICA TERRITORIAL DA REDE URBANA NA MESORREGIÃO
LESTE DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação – Mestrado em
Geografia/CPTL/UFMS – Área de Concentração
Análise Geoambiental e Produção do Território,
como exigência final para obtenção do Título de
Mestre em Geografia, sob orientação da Prof^a
Dr^a Edima Aranha Silva

**Três Lagoas-MS
2012**

PATRÍCIA HELENA MILANI

**DINÂMICA TERRITORIAL DA REDE URBANA NA MESORREGIÃO LESTE EM
MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora em:
27 de março de 2012 e foi considerada aprovada.

COMISSÃO JULGADORA

Prof^ª. Dr^ª. Edima Aranha Silva – UFMS
Orientadora

Prof^ª Dr^ª Beatriz Ribeiro Soares - UFU
Membro da Banca

Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa - UFMS
Membro da Banca

DEDICATÓRIA

Dedico a minha família,
namorado, professores e amigos
que estiveram ao meu lado em
todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela luz e força que me concede todos os dias, para que possa ter sempre o entusiasmo de continuar nos estudos.

Aos professores do curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, os quais muito contribuíram para minha formação.

Especialmente a minha orientadora Prof^a Dr^a Edima Aranha Silva, pelas primeiras oportunidades, pela paciência nas longas horas de orientação, compreensão, grande amizade durante esses anos de convívio e por despertar em mim o desejo de prosseguir na carreira acadêmica. Obrigada pelos bons conselhos e acima de tudo pela força e apoio incondicional para continuar na jornada. Nesse momento da minha vida acredito que Prof^a Edima sempre será uma pessoa inesquecível em minha história.

Ao meu namorado Luís Otávio Camargo do Vale, pela imensa compreensão nos momentos difíceis e de angústias, pelo amor e carinho dedicados, e, sobretudo, pela presença na minha vida; devo a ele muito do que sou hoje.

Aos meus pais Pedro Geraldo Milani e Rosangela Omato Milani e ao meu irmão Pedro Henrique Milani e irmã Cristiane Milani, pelo apoio e incentivo em todas as minhas decisões.

Aos companheiros e amigos do LETUR (Laboratório de Estudos Urbanos e do Território) Marcos, Cristóvão e Adriano pela troca de experiência, idéias e debates sobre os paradigmas da Geografia, e acima de tudo pelo companheirismo de todos os dias de estudo e trabalho, vocês foram fundamentais para meu desenvolvimento no Mestrado.

Aos colegas do PET (Programa de Educação Tutorial), pelo acolhimento nos seminários e debates acerca de temas da geografia.

Aos meus amigos e colegas da UFMS, pelas conversas e distrações que contribuíram para dinamizar os longos dias estudos.

As minhas amigas de apartamento Melina, Aline e Letícia, pela amizade, preocupação e companheirismo de todos os dias.

As minhas amigas Gabriela, Laísa, Laura e Lana pelas conversas e importantes momentos que vivenciei em Três Lagoas.

A Michel Tosta, secretário do Programa de Pós Graduação, que sempre esteve disposto a ajudar; á Profª Luiza Salvi pelo auxílio na elaboração dos mapas desse trabalho.

Agradeço a CAPES pela concessão da bolsa de mestrado, pelo apoio financeiro para a realização deste trabalho.

E a todos que de forma indireta contribuíram para conclusão deste trabalho.

RESUMO

O trabalho tem como objeto a rede urbana, delimitando-se como área de estudo a Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul, formada por 17 municípios. Discutem-se e apresentam-se as relações contínuas e descontínuas no território e posteriormente o papel que a cidade de Três Lagoas exerce na rede, com a análise de sua centralidade intra e interurbana. Os procedimentos teóricos metodológicos foram: levantamento bibliográfico sobre a temática redes urbanas e cidades médias, dentre os autores destacam-se, realizaram-se levantamentos de dados secundários através de pesquisas no banco de dados SEMAC/MS (2008) (Secretaria de Estudo do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul), bem como IBGE/2009 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), entrevistas com estudantes da UFMS oriundos de outros municípios, assim como nos hospitais da UNIMED e Nossa Senhora Auxiliadora para identificar a influência de Três Lagoas em escala regional e levantamento da infraestrutura, respectivamente, cujos dados foram organizados em tabelas e mapas e analisados ao longo do trabalho e mapeamento das variáveis analisadas no trabalho. As relações contínuas ocorrem por meio das trocas e fluxos materiais no território e são delineadas a partir do movimento de pessoas e mercadorias entre as cidades da rede e externas a ela. Por conseguinte, as relações descontínuas, que derivam os territórios rede, são imateriais, multiescalares, que não seguem a hierarquia entre as cidades, o menor centro mantém relações com cidades globais internacionais, sem transitar pelas cidades intermediárias. Constata-se que Três Lagoas exerce centralidade entre as cidades que compõem a região, salientando que em algumas variáveis como educação, essa centralidade extrapola os limites políticos administrativos, polarizando algumas cidades do noroeste paulista. Portanto no contexto das cidades de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas é uma cidade média, pois além do número de habitantes, tem a função de intermediação entre os pequenos e grandes centros, em algumas variáveis analisadas.

Palavras chave: Território; Rede Urbana; Continuidades; Descontinuidades; Cidade Média.

ABSTRACT

The work has as its object the urban network, defining itself as the study area east of the Greater Region Mato Grosso do Sul, formed by 17 municipalities. We discuss and present continuous and discontinuous relations within and beyond the role that the city of Tres Lagoas has the network, with the analysis of their intra-and inter-urban centrality. The theoretical methodological procedures were: literature on the topic urban networks and medium-sized cities, among the authors themselves point out, there were surveys of secondary data by searching the database SEMAC / MS (2008) (Department of Environment Study Environment, Cities, Planning, Science and Technology of Mato Grosso do Sul) and IBGE/2009 (Brazilian Institute of Geography and Statistics), interviews with students UFMS from other municipalities, as well as in hospitals and UNIMED Our Lady Help to identify the influence of Tres Lagoas on a regional scale and infrastructure survey, respectively, and data were organized in tables and maps and analyzed throughout the study and mapping of the variables in continuous working relations occur through trade and material flows within and are delineated from the movement of people and goods between the cities of the network and external to it. Therefore, discontinuous relations, which derive the territories network are immaterial, multiscale, who do not follow the hierarchy of cities, the lowest center maintains relationships with international global cities, without passing through intermediate cities. It appears that Tres Lagoas has centrality among the cities that make up the region, noting that in some variables such as education, that goes beyond the political boundaries central administrative polarizing cities in northeastern São Paulo. So in the context of the cities of Mato Grosso do Sul, Tres Lagoas is a city average, as well as the number of inhabitants, has the function of intermediation between small and large centers in some variables.

Keywords: Territory; Urban Network; Continuities, Discontinuities; City Average.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Território esquematizado.....	18
Figura 2: Modelo esquemático da relação sociedade território.....	22
Figura 3: O encolhimento do mundo.....	28
Figura 4: Representação esquemática das redes de comunicação entre as cidades.....	33
Figura 5: Ciclos de exploração na rede urbana.....	37
Figura 6: Tipos de rede urbana.....	38
Figura 7: Mesorregiões de Mato Grosso do Sul.....	40
Figura 8: Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul.....	42
Figura 9: Bolsão: esquema genealógico.....	43
Figura 10: Configuração territorial, Três Lagoas, 1938 e 1991.....	44
Figura 11: Espacialização das redes do comércio de carne e mel.....	64
Figura 12: Três Lagoas. Alcance/raio de abrangência do serviço de educação.2012.....	69
Figura 13: Três Lagoas. Alcance/ raio de abrangência do serviço de saúde privado.2010.....	71
Figura 14: Mato Grosso do Sul. Redes materiais. 2012.....	73
Figura 15: Mesorregião Leste de MS: Representação hierárquica das variáveis. 2011.....	74
Figura 16: Mesorregião Leste de MS. Representação hierárquica das variáveis. 2011.....	75
Figura 17: Mesorregião Leste de MS: hierarquia urbana.....	77
Figura 18: Representação das relações descontínuas do território	86
Figura 19: Hierarquia das cidades.....	90
Figura 20: Evolução do tecido urbano de Três Lagoas, 1910 a 2009.....	96
Figura 21: Planta urbana de Três Lagoas e evolução dos bairros.....	98
Figura 22: Três Lagoas. Local da construção do Shopping Center. 2011.....	99
Figura 23: Espacialização dos sub centros comerciais de Três Lagoas.....	104
Figura 24: Vista parcial do centro principal de Três Lagoas.....	105
Figura 25: Três Lagoas. Localização dos conjuntos habitacionais e loteamentos fechados. 2011.....	107
Figura 26: Três Lagoas.Vista parcial do loteamento Village do Lago.....	108
Figura 27: Três Lagoas. Conjunto Habitacional Jardim Azaléia.....	110
Figura 28: Zona Especial de Interesse Especial em Três Lagoas/MS.....	113
Figura 29: Fluxo das linhas rodoviárias das cidades da M R Leste de MS.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Sistema territorial.....	20
Quadro 2: Visão dicotômica Território Rede.....	30
Quadro 3: Microrregião e municípios da Mesorregião Leste de MS.....	41
Quadro 4: Mesorregião Leste de MS: Frigoríficos e Laticínios.....	62
Quadro 5: Três Lagoas. Cidades de origem dos estudantes. 2011.....	66
Quadro 6: Três Lagoas. Produtos exportados e destinos. 2011.....	85
Quadro 7: Níveis de hierarquia urbana.....	91
Quadro 8: Três Lagoas. Estabelecimentos comerciais em território rede.....	118
Quadro 9: Três Lagoas. Relação entre setor produtivo e atacadista.....	119
Quadro 10: Três Lagoas. Supermercados em rede.....	120
Quadro 11: Três Lagoas. Empresas de transportes.....	121
Quadro 12: Três Lagoas. Tipos de serviços médicos. 2011.....	126
Quadro 13: Três Lagoas. Cursos de graduação, especialização e capacitação. UNIDERP, 2011.....	130
Quadro 14: Três Lagoas. Agências bancárias e Instituições financeiras de crédito pessoal. 2011.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Mesorregião Leste de MS: Áreas dos municípios.....	45
Tabela 2: Mesorregião Leste de MS. Número de habitantes. 2012.....	52
Tabela 3: Mesorregião Leste de MS. Estabelecimentos comerciais. 2012.....	53
Tabela 4: Mesorregião Leste de MS: Estabelecimentos industriais.2012.....	54
Tabela 5: Mesorregião Leste de MS. PIB dos municípios. 2008.....	55
Tabela 6: Mesorregião Leste de MS. Arrecadação de ICMS. 2009.....	57
Tabela 7: Mesorregião Leste de MS. Serviços bancários por municípios. 2010.	59
Tabela 8: Mesorregião Leste de MS. Rebanho e produção de leite.2010.....	61
Tabela 9: Mesorregião Leste de MS: Produção de mel. 2010.....	63
Tabela 10: Mesorregião Leste de MS. Número de escolas. 2009.....	65
Tabela 11: Mesorregião Leste de MS.Número de instituições de ensino superior.....	66
Tabela 12: Mesorregião Leste de MS. Serviços de saúde. 2012.....	70
Tabela 13: Três Lagoas. Moradias populares. 1998 – 2010.....	110
Tabela 14: Três Lagoas.Evolução do PIB. 2002 – 2008.....	115
Tabela 15: Três Lagoas. Arrecadação de ICMS. 2005 – 2009.....	115
Tabela 16: Três Lagoas. Distribuição do PIB por setor. 2008.....	116
Tabela 17: Três Lagoas. Linhas rodoviárias.2011.....	122
Tabela 18: Três Lagoas. Cursos de graduação. UFMS, 2011.....	128
Tabela 19: Três Lagoas. Cursos de graduação. AEMS, 2011.....	129
Tabela 20: Três Lagoas. Postos de atendimento bancário. 2011.....	131

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEMS – Faculdades Integradas de Três Lagoas

FIEMS - Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MS – Mato Grosso do Sul

RECIME - Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias

REGIC – Regiões de Influência das Cidades

SEMAC – Secretária de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e da Tecnologia

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNIDERP – Universidade Anhanguera

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E REDES.....	17
1.1 Território em redes.....	25
1.2 Rede urbana e relações territoriais.....	32
2 GÊNESE DA REDE URBANA.....	39
2.1 Breve periodização da rede.....	47
3 ARRANJO TERRITORIAL DA REDE.....	51
3.1 Continuidade territorial da rede urbana.....	51
3.1.1 Capacidade de oferta das cidades e fluxos na rede.....	51
3.1.2 Educação e saúde.....	65
3.2 Descontinuidade territorial.....	79
4 TRÊS LAGOAS NO CONTEXTO DAS CIDADES MÉDIAS.....	88
4.1 Dinâmica das cidades médias.....	88
4.2 Reordenamento territorial de Três Lagoas.....	94
4.3 A elaboração de política urbana municipal.....	112
4.4 A difusão do comércio e serviços especializados.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS.....	137

INTRODUÇÃO

O interesse pela rede urbana em Mato Grosso do Sul, como objeto de pesquisa, foi motivado pelo estudo realizado sobre o centro e centralidades em Três Lagoas, como trabalho de conclusão no curso de Geografia/UFMS, que apontou para a necessidade de analisar mais apuradamente se os serviços e comércios da cidade de fato garantem-na o papel e a função de uma centralidade entre os núcleos urbanos que compõem a região em que está inserida.

No decorrer das leituras, verificou-se que os estudos de rede urbana não se limitam aos fluxos materiais que obedecem à hierarquia entre as cidades, uma vez que as relações tornaram-se mais complexas na medida em que o desenvolvimento dos meios de informação e comunicação avançou, difundindo a possibilidade de relações multiescalares. Assim, há a necessidade de analisar as duas faces da rede: as continuidades e as discontinuidades territoriais.

Neste contexto, Três Lagoas representa um objeto empírico de análise, pois considerou-se que a mesma exerce centralidade entre os núcleos de sua região, gerando fluxos contínuos, assim como mantém relações intensas com cidades internacionais, sem obedecer a hierarquia nacional das cidades, o que resulta nos fluxos descontínuos.

Mediante o exposto, o trabalho teve como objetivos:

- Identificar a capacidade de oferta de bens e serviços de cada município da Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul e a articulação e hierarquia entre eles;
- Analisar as relações contínuas e descontínuas da rede;
- Analisar o reordenamento territorial intraurbano de Três Lagoas, na medida em que se insere no contexto das cidades médias.

Para obter maior rigor científico na pesquisa, utilizou-se como aporte teórico as obras de: RAFFESTIN (1993), para compreensão acerca do processo de formação do território; HAESBAERT (2006 e 2010), a fim de entender as articulações entre os territórios zona e rede, como também apreender as categorias de análise da geografia – espaço, território, região, lugar e paisagem; SANTOS (1996 e 1998), cujas obras nos permitem entender e aplicar os conceitos de estrutura, função, forma e espaço; CORRÊA (1993, 1997 e 2006), que, ao estudar a produção do espaço urbano, expõe a articulação contraditória e combinada dos

agentes sociais produtores do espaço urbano e faz uma abordagem sobre os estudos de rede urbana e hierarquização dos centros; BELTRÃO SPOSITO (2007), que contextualiza as cidades médias e as relações territoriais contínuas e descontínuas; CASTELLO BRANCO (2007), que apresenta uma metodologia para os estudos sobre cidades médias a partir da análise do tamanho populacional, tamanho econômico e funções urbanas; BESSA (2007), que mostra a dinâmica da rede no Triângulo Mineiro; ELIAS SOARES & BELTRÃO SPOSITO (2007), que, por meio da metodologia proposta pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (RECIME), analisaram a dinâmica intraurbana das cidades de Passo Fundo e de Mossoró.

Por conseguinte, os procedimentos metodológicos pautaram-se em:

- a) Caracterização da tipologia das cidades por meio das variáveis, utilizando o banco de dados da Secretaria do Estado do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC/MS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que dispõem de dados sobre os municípios;
- b) Elaboração do mapa de localização da área de estudo, por meio da base cartográfica do IBGE;
- c) Mapeamento das cidades que formam a rede, com as variáveis eleitas para o trabalho;
- d) Utilização da metodologia proposta por Martinelli (2003), das figuras geométricas proporcionais, que considera o tamanho de uma figura geométrica proporcional à quantidade a ser representada, na elaboração dos mapas para representar a ocorrência das variáveis. Desse modo, a partir dos dados da SEMAC e do IBGE, calculou-se a proporcionalidade dos círculos para cada município, considerando a área da figura escolhida – o círculo - igual à quantidade (Q) a ser representada.

Em função da variabilidade dos dados, os círculos poderiam resultar ou muito grandes ou muito pequenos, assim para adequá-los à escala do mapa, todos os raios obtidos foram divididos por uma constante (K).

- e) Aplicação, pela autora do trabalho, de 140 entrevistas com estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, indagando quais as suas cidades de origem;

- f) Elaboração de quadros e tabelas a partir dos dados levantados e sua posterior análise para compreensão da importância e a dimensão de alcance de cada núcleo urbano;
- g) Elaboração das diversas formas de hierarquias estabelecidas entre os núcleos a partir de cada variável selecionada e, por conseguinte, identificação do núcleo que exerce papel de centralidade na rede urbana e quais cidades compõem a hinterlândia, com uso do banco de dados do IBGE sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC);
- h) Elaboração e representação do mapa dos fluxos descontínuos, sobre o mapa mundi como base cartográfica, com a utilização do banco de dados da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS);
- i) Pesquisa sobre as linhas rodoviárias com origem nas cidades em estudo, junto às empresas e sua posterior representação por meio de um mapa de fluxo;
- j) Saídas de campo para coleta de dados sobre serviços especializados: serviços de saúde, educação, bancários, comércios e serviços;
- k) Registros fotográficos das principais áreas de centralidade de Três Lagoas.

O método de abordagem foi o dedutivo, que partiu da análise das variáveis no contexto da Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul, para descobrir o núcleo que exerceria centralidade entre os demais. Após identificar a funcionalidade exercida por Três Lagoas, analisou-se o contexto intraurbano da cidade, seu reordenamento territorial.

O trabalho foi dividido em 4 Capítulos. O primeiro consiste na discussão teórico-metodológica da categoria de análise utilizada no trabalho: Território.

O Capítulo 2 aborda a gênese da rede, com o propósito de mostrar o processo de formação territorial dos núcleos urbanos eleitos para, posteriormente, entender as singularidades da rede.

O Capítulo 3 faz uma abordagem acerca do arranjo territorial da rede: capacidade de oferta de bens e serviços das cidades e as redes delineadas a partir de cada variável, resultando nas continuidades territoriais. Ademais, ainda analisa as trocas materiais e imateriais entre Três Lagoas e cidades localizadas em outros países, evidenciando as discontinuidades.

Por fim, o Capítulo 4 verticaliza o estudo, uma vez que demonstra que Três Lagoas exerce o papel de cidade média na rede, a partir das análises anteriores.

Esse capítulo consiste no ápice do trabalho, pois analisa a estruturação e organização intraurbana de Três Lagoas, bem como a maior intensidade de fluxos que perpassam pela cidade. Sendo esta um nó na rede em estudo, comprovada por meio de análises e imagens do trabalho.

1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO

A categoria de análise que baliza o trabalho foi o território, sendo esse último compreendido, aqui, como espaço resultante e constituído a partir das relações sociais de poder. A importância da categoria “território” para o presente trabalho verifica-se pela capacidade de atração e polarização de uma cidade primaz em uma rede urbana assim como em ações de agentes sociais produtores do espaço urbano.

Desse modo, a partir da categoria território, procura-se entender a formação dos territórios rede, delineados pelo fluxo de pessoas, mercadorias, informações, ideias e comandos, peculiaridades de uma rede urbana. Destarte, torna-se importante uma discussão teórico-metodológica acerca desta categoria de análise.

Para a compreensão do conceito de território e das suas dimensões, o trabalho de Raffestin (1993), que trata sobre a formação do território e das relações de poder nele existentes, torna-se fundamental. Segundo o referido autor, espaço e território não são conceitos equivalentes uma vez que:

[...]o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (p. 144).

Concebe, desse modo, que o espaço é a “prisão original” e o território é uma “prisão construída” pelo trabalho humano e pelas relações de poder.

O trabalho, para Raffestin (1993), é a soma de energia e informação, consiste em uma força dirigida, orientada por um saber. Contudo, a apropriação capitalista do trabalho o destrói, no sentido em que separa a energia da informação ou o trabalho manual do trabalho intelectual, que, por conseguinte, acarreta a perda da capacidade de transformação dos homens, sendo esta transferida para as grandes corporações e organizações.

Nesse sentido, Raffestin (1993) considera como trunfos do poder a população, os recursos e o território em si, uma vez que afirma ser uma arma do poder o recenseamento da população, por exemplo, que é contada para obtenção de uma imagem precisa da mesma, principalmente sobre o estoque de energia, uma energia que o Estado vai integrar à suas estratégias. O recenseamento dispõe de

uma representação da população, o que permite intervenção, permite conhecer a extensão do recurso.

Assim quando o Estado, empresa ou organização tem a informação, possui também o poder sobre ele, a população é concebida como um trunfo, um recurso.

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho (energia + informação), e, por conseguinte revela relações marcadas pelo poder. Dessa forma, para o autor, o espaço é anterior a qualquer ação, consiste em uma matéria-prima, até o momento em que o ator manifeste sua intenção de se apoderar, o território é uma produção a partir do espaço, e todas essas ações de atores ocorrem em um campo de poder.

A produção de uma representação no espaço (Figura 1) é uma forma de apropriação, como por exemplo, uma corporação multinacional. Portanto qualquer projeto no espaço que tem uma representação expõe a imagem de um território, de um local de relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

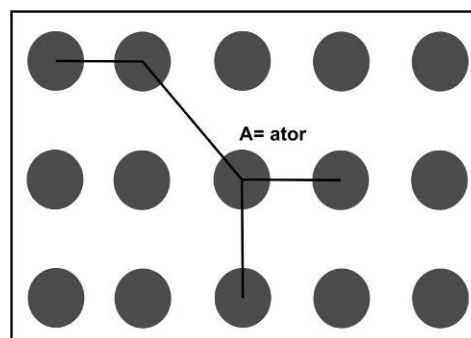


Figura 1: Território esquematizado
Fonte: Raffestin, 1993

O esquema proposto por Raffestin (1993) é uma representação de um espaço para o ator A, cujos demais pontos representam a localização de propriedades que interessam a esse ator, as retas se juntam a outros pontos e delimitam uma superfície. Assim, a superfície esquematizada não se trata mais de um espaço, mas sim de um espaço construído por um ator, considerando que o espaço representado não é mais o espaço, mas sim sua imagem, ou seja, o território. É um espaço que se tornou território de um ator, em um campo relacional de poder.

Nessa linha, Haesbaert (2007) assegura que o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações históricas e sociais mas também por incluir uma relação entre processos sociais e espaço: “[...] outra consequência muito importante ao se enfatizar o sentido

relacional do território é a percepção de que ele não implica uma leitura simplista de espaço como enraizamento, estabilidade, delimitação e/ou ‘fronteira’” (p.82).

Por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão. Nesse sentido, Raffestin (1993) assevera que a articulação entre esses pontos pode resultar em vários tipos de tessituras e redes, delineando territórios pelos movimentos dos fluxos.

O autor também coloca outra situação no esquema: com a existência de outro ator A', a representação passa a ser diferente, pois se estabelece uma relação de poder entre A e A' – a rede real resulta do jogo multilateral dos múltiplos atores. Quer se tratem de tessituras, de nós ou de redes, os esquemas para representar a realidade são múltiplos, porém, alguns pontos devem ser destacados quando há a ação simultânea de vários atores:

1. Toda superfície é passível de ser “tecida em malhas”;
2. Esse sistema de malhas não é único;
3. Pode-se estabelecer ao menos um caminho entre dois pontos dessa superfície;
4. Esse caminho não é único;
5. Entre três pontos dessa superfície, pode-se estabelecer ao menos uma rede (RAFFESTIN, 1993, p. 149).

Vê-se que ações de atores e suas relações de poder constroem malhas nas superfícies do sistema territorial.

O fato de os povos dividirem o espaço para distinção de seus vizinhos se traduz em uma prática espacial. Essa prática resulta em uma produção territorial que faz intervir tessitura, nó e rede.

Para Raffestin (1993, p.150), os indivíduos e grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados, próximos e distantes uns dos outros, sendo a distância provedora da interação entre os diferentes locais. Isto conduz ao sistema de malhas, de nós e redes que é expresso no espaço e delinea o território.

Soja afirma que esses sistemas permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Podem ser diferenciados de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes nas práticas espaciais. Ligadas a esse sistema existem estruturas que sustentam a prática espacial.

Os diferentes modelos urbanos, os diferentes modelos de núcleos centrais e os modelos de distribuição de densidades nada mais são do que uma única e mesma estrutura comandada por objetivos e por ações diferentes, que dão imagens variadas de cidades e de redes urbanas (SOJA apud RAFFESTIN, 1993, p.152).

A imagem deve ser entendida como a forma da estrutura construída pelos atores, que, por conseguinte, é manipulada por suas ações. O Quadro 1 sintetiza o sistema territorial.

Sistemas de objetos e de ações conhecimentos e práticas Elementos do espaço	Econômicos	Políticos	Sociais	Culturais
Superfícies	Tessituras	Idem	Idem	Idem
Pontos	Nós	Idem	Idem	Idem
Linhas	Redes	Idem	Idem	Idem

Quadro 1: Sistema Territorial
Fonte: Raffestin, 1993

O Quadro 1 mostra, de uma forma esquemática, como se dá a produção territorial: toda tessitura implica limite, pois constitui um componente da prática espacial. Desse modo, mencionar território é também mencionar, ainda que de forma implícita, a noção de limite, cujas delimitações, mesmo não sendo traçadas, são geradas pelas próprias relações sociais e de poder. Portanto, a tessitura é o espaço em que se projeta o sistema de limites, fronteiras, um enquadramento do poder, ou de um poder.

Para Saquet (2009, p.87) as diversas relações sociais vividas pelos homens, as interações e relações de poder e diferentes atividades cotidianas revelam-se na construção de malhas, nós e redes, originando e constituindo o território.

Vale ressaltar também o entendimento dos limites territoriais além do ponto de vista linear, por exemplo, uma atividade econômica ou cultural que não se encerra de repente no território político ou administrativo. Raffestin (1993) exemplifica com as regiões administrativas e econômicas, que quase nunca se

coincidem, levando os projetos dos atores a se realizarem em várias malhas de forma simultânea. Nas palavras do autor:

As tessituras de origem política, aquelas criadas pelo Estado, em geral têm uma permanência maior do que as resultantes de uma ação dos atores empregados na realização de um programa: os limites políticos e administrativos são mais ou menos estáveis, enquanto os limites econômicos o são bem menos, pois são bem mais dinâmicos, isto é, se adaptam às mudanças de estrutura e conjunturas (...), contudo, a grande diferença entre a malha política e malha econômica está no fato de que a primeira resulta de uma decisão de um poder ratificado, legitimado, enquanto a segunda resulta de um poder de fato (RAFFESTIN, 1993, p.155).

As malhas, ou regiões, acolhem a população e também todos os elementos que fazem parte da organização do território, os pontos ou nós territoriais: vilas, cidades e até grandes metrópoles, porém não são estáticos, são locais de aglomerações, de poder, de centros, e que vivem ora em competição, ora em cooperação: “[...] procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles (RAFFESTIN, 1993, p. 156).”

Partindo do pressuposto de que uma rede consiste em um sistema de linhas que delineiam tramas, ela pode ser abstrata ou concreta, visível ou invisível, o que a condiciona são as trocas materiais e imateriais que ocorrem em seu interior.

Para Lefebvre:

A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, é balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas, rotas aéreas etc. (apud RAFFESTIN, 1993, p.143)

A multidimensionalidade do vivido no território pela sociedade pode ser transcrita por meio da territorialidade. Raffestin (1993) afirma que a territorialidade é composta pela soma das relações mantidas por um sujeito com seu meio, sociedade-espaço-tempo. A Figura 2 ilustra essa relação.

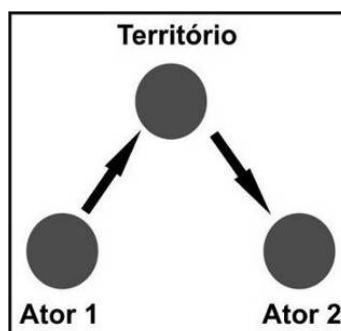


Figura 2: Modelo esquemático da relação sociedade território
Fonte: Raffestin, 1993.

As formas das estruturas territoriais delineadas pelas ações dos atores revelam as relações de poder interpostas sobre o território, do Estado ao indivíduo, e todas as organizações que constituem atores produzem e reproduzem o território.

O Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios” (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Ao fazer uma releitura de Raffestin, Haesbaert (2007) afirma que nesta concepção de poder, o entendimento de território torna-se genérica, uma vez que o território passa a simbolizar uma prisão que os homens constroem para si, ou seja, um espaço socialmente apropriado, produzido, coberto de significados.

Embora Raffestin (1993) passe a ideia de controle do espaço por meio do termo “prisão”, seu conceito de territorialidade não se restringe a um conjunto de relações de uma única forma de poder. Ressalta-se, dessa maneira, a amplitude da noção de poder do autor que também inclui poderes de natureza econômica e simbólica.

Sendo a territorialização resultado e condição dos processos sociais e espaciais, ela significa movimento histórico e relacional. Desse modo, Raffestin (2003) caracteriza o território em quatro níveis distintos e complementares: território do cotidiano, das trocas, de referência e território sagrado.

O território do cotidiano é a territorialização das nossas ações do dia a dia, as relações entre os sujeitos e os lugares em que satisfazem suas necessidades.

O território das trocas, também de caráter cotidiano, envolve uma articulação entre o regional, nacional e internacional e é marcado pelas descontinuidades temporais, espaciais e linguísticas. Enquanto que o território de referência é de caráter histórico, sendo material e imaterial; é aquele que se conhece por meio de leituras.

Por fim, o território sagrado é aquele relacionado à atuação da igreja.

São territórios concomitantemente sobrepostos que se caracterizam pelo controle e pelo domínio, pela apropriação e pela referência, pela circulação e pela comunicação, ou seja, por estratégias sociais que envolvem as relações de poder, materiais e imateriais, historicamente constituídas (SAQUET, 2009, p.85).

Sendo assim, a territorialidade corresponde às ações humanas cotidianas, delineadas em tramas, no trabalho, na família, na igreja, enfim nos mais diversos lugares. Ela se efetiva quando um sujeito ou grupo controla e influencia outros sujeitos em uma área delimitada, sendo esta o território, permeado de territorialidades. Vale ressaltar que as territorialidades são produtos e produtoras de territórios.

Outra faceta desse contexto é o processo de desterritorialização, que pode ocorrer em duas vertentes, seguindo as concepções de território: a econômica e a política.

De acordo com Haesbaert (2007), a desterritorialização econômica ocorre por meio das relações capitalistas de produção, com a globalização econômica e com as atividades que ocorrem no chamado ciberespaço, que resultou em mecanismos para destruição de barreiras e de fixos do território.

A flexibilização permite a multilocalização de empresas com autonomia em relação às bases e condições locais bem como às relações de trabalho, em que o trabalhador perde parcialmente o vínculo com a empresa para que trabalha. O autor faz uma associação importante para melhor compreensão da desterritorialização no âmbito econômico, ele a associa com a globalização.

A desterritorialização pode ser vista antes mesmo da modernidade ocidental, ainda que de forma indireta, no período de acumulação primitiva, em que o trabalhador é separado dos meios de produção: o modo de produção capitalista “desterritorializa” os modos de produção preexistentes para reterritorializar segundo sua própria dinâmica (HAESBAERT, 2007).

[...] o capitalismo já nasce virtualmente global, ou seja, sem uma base territorial restrita, bem definida, mas que para realizar efetivamente sua vocação globalizadora, ele recorre a diferentes estratégias territoriais, especialmente aquela que faz apelo ao ordenamento geográfico estatal (HAESBAERT, 2007, p. 177).

Dessa forma, o autor assegura que o Estado atua em ciclos com o propósito de regular a dinâmica dos mercados, o que se tornou indispensável para o bom movimento dos fluxos comerciais e financeiros, desenvolvendo o projeto neoliberal e desempenhando assim o papel de desterritorializador do capitalismo à medida que não há preocupações com as bases territoriais em favor da circulação do capital e dos fluxos.

O território para as empresas multinacionais, e, por conseguinte para o próprio capital é o território rede.

A desterritorialização em uma perspectiva política é vinculada ao território onde se projeta o poder e a soberania de um Estado, contudo, antes de discutir sobre a desterritorialização política enquanto perda de poder dos territórios, Haesbaert (2007) faz menção a Deleuze e Guattari, que não viam o Estado como ator territorializador, mas sim como desterritorializador, na medida em que:

o aparecimento do Estado seria responsável pelo primeiro grande movimento de desterritorialização quando imprime a divisão da terra pela organização administrativa, fundiária e residencial. O Estado fixa o homem à terra, mas o faz de forma despótica, organiza os corpos e os enunciados de outra forma (p. 194).

O autor ainda afirma que o Estado faz o papel de desterritorializador de comunidades já existentes para compor territorialidades novas, com padrão universal político-administrativo, sendo o processo de desterritorialização a dinâmica que constantemente (re)compõe o poder.

Assim, a desterritorialização política corresponde ao fim do Estado, das fronteiras administrativas, frente ao poder econômico das grandes empresas, lembrando a diferenciação entre poder e política, indicado por Bauman (2003) apud Haesbaert (2007,) uma vez que aquele afirma que o poder é, hoje, extraterritorial, está nas mãos do capital internacional, das forças de mercado, enquanto o poder político continua local.

O poder estatal sobre o território, de acordo com Haesbaert (2007), está sendo dissolvido devido a vários fatores, desde os processos de privatização neoliberal, em que o Estado perdeu seu controle parcial sobre as indústrias,

comércios e serviços, assim como conflitos de interesse que deixaram de ser resolvidos pelo Estado e migraram para os interiores das empresas.

Até mesmo deveres estatais como a segurança, por exemplo, passaram a ser terceirizados, acentuando a ausência do Estado que acarreta o domínio de outro poder, o paralelo: “sem falar na força crescente dos circuitos do crime organizado, seja do narcotráfico, do contrabando ou do terrorismo internacional” (HAESBAERT, 2007, p.203).

Como forma de intensificação da insuficiência do Estado, Dias (1995) exemplifica a situação com as medidas econômicas, que o governo brasileiro vem tomando após a década de 1990, para atrair o capital estrangeiro, utilizando estratégias como abandono de proteções alfandegárias, instalação de um programa de privatizações e eliminação de barreiras aos investimentos estrangeiros.

Desse modo, com vistas na intensa circulação de fluxos nas escalas locais, nacionais e internacionais, constata-se a necessidade, na análise territorial, em considerar o território organizado e delineado por redes.

1.1 Território em redes

Em uma abordagem sobre os sentidos de rede, Dias (2007) afirma que há quatro tipos de fluxos que perpassam o espaço geográfico sendo o movimento de pessoas, de mercadorias, de informações e de capitais ou, em outras palavras, os fluxos migratórios, comerciais, informacionais, monetários e financeiros.

Durante o período que antecedia o avanço dos meios de informação e comunicação, os fluxos eram restritos aos seus estados ou países, contudo, na contemporaneidade, eles atravessam fronteiras e estabelecem uma nova dinâmica ao território, pois a existência de fluxos, das mercadorias às informações, pressupõe a existência de redes, sendo que, de acordo com Dias (1995), a primeira propriedade das redes é a conexão, a ligação.

Após os trabalhos de Monbeig e Labasse, deu-se um momento de silêncio nos debates sobre redes, porém, na contemporaneidade, esse termo foi retomado com voracidade e empregado nos diversos campos disciplinares: redes estratégicas, redes de solidariedade, redes de ONGs, redes de universidades, redes de energia, redes de cidades, redes de informação, enfim, a utilização é múltipla.

Com a explosão das técnicas reticulares, especialmente as redes de comunicação – como a internet – a rede é representada como organismo planetário e parece desenhar a infraestrutura invisível de uma sociedade, ela mesma pensada como rede (DIAS, 2007, p.18).

A questão das redes reaparece de forma renovada diante das transformações tecnológicas, sendo a década de 1970 o marco inicial dos avanços técnicos, principalmente, dos informacionais. A autora afirma que a aceleração do ritmo das inovações ocorre em vários setores como, por exemplo, na engenharia e sistemas elétricos, permitindo a chegada de energia a longas distâncias, a associação das tecnologias de telecomunicações e o tratamento de dados. Desse modo, as redes de comunicação tiveram avanço na medida em que as distâncias se contraem pela instantaneidade das transmissões.

A intensificação dos fluxos de informações atua na dinâmica territorial, uma vez que as técnicas são capazes de modificar territórios, modificar a ordem econômica mundial, pois permitem a comunicação imediata entre as pessoas em escala global, bem como a desconcentração industrial, que resultou na aceleração do crescimento de algumas cidades localizadas no interior do país, com a implantação de capital (DIAS, 1995).

A crescente mobilidade do dinheiro, efetivado pela movimentação das informações, resulta na reorganização do sistema urbano, a metrópole se transforma em centro financeiro, sede de organizações econômicas, escritórios que geram empregos qualificados ligados às atividades de direção, enquanto a produção industrial se desconcentra para o interior do país, sempre prevalecendo as necessidades do capital, uma vez que ele tende a ser desterritorializador, ou seja, não possuir vínculos com bases locais.

Assim, um conjunto de localizações se torna articulada no âmbito dessas ações. Nessa perspectiva, Egler (2010) assegura que a rede urbana é resultante de um conjunto de relações que se estabelecem entre as cidades, porém, é uma manifestação espacial de relações sociais que dão substâncias às sociedades territorializadas, em que indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias políticas, sociais, econômicas e territoriais e se organizam em redes.

A rede, por conseguinte, é tida como elemento constituinte do território, nessa perspectiva Dias (1995, p. 150) assegura que:

A história da constituição da rede urbana brasileira é marcada pela associação entre processo de urbanização e processo de integração

do mercado nacional. A eliminação de barreiras de todas as ordens constituiria a condição primordial para integrar o mercado interno, pois essa integração pressupunha a elevação do grau de complementaridade econômica entre as diferentes regiões brasileiras.

Anterior às inovações tecnológicas informacionais, as hidrovias e ferrovias mantinham os fluxos de mão de obra e matéria-prima, nos dias atuais, os fluxos de informação são intensos, derivando a formação de eixos invisíveis e imateriais.

Ainda vale destacar, como ressalva Geiger (2000), que nem todas as localidades geográficas participam das redes, seja pela vontade em não participar, seja pela incapacidade de atração, ou ainda pela ausência de equipamento técnico adequado.

Esse último aspecto remete à seletividade espacial que caracteriza o sistema econômico, o conteúdo territorial interessa pelas vantagens locais – recursos naturais, mão de obra, redes de transporte, energia ou telecomunicações, uma vez que os lugares se diferenciam de maneira atrativa para o capital.

A intensificação da circulação, de acordo com Dias (1995), resulta em um processo dialético de ordem e desordem. Em escala nacional, as redes são de ordem, pois por meio delas as grandes corporações se articulam já, em escala local, as mesmas redes caracterizam-se pela desordem, pois geram exclusão social ora centralizando, ora marginalizando centros urbanos de acordo com os interesses do capital. Algumas pesquisas apontam para a diminuição das barreiras espaciais com o avanço tecnológico, conforme ilustra a Figura 3.

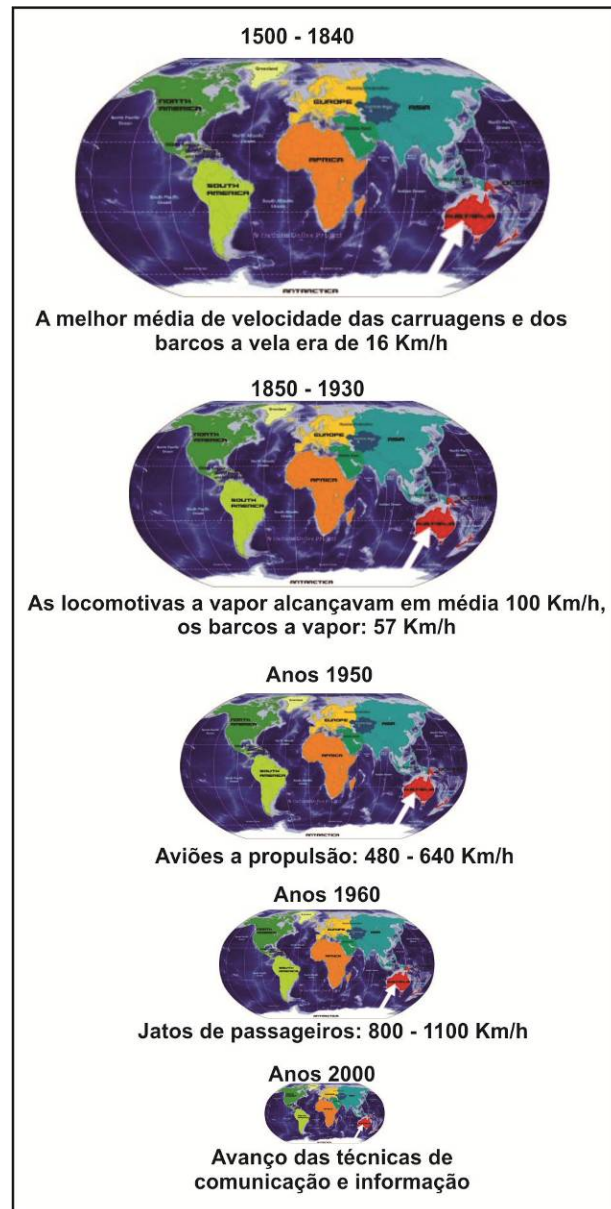


Figura 3: O encolhimento do mundo

Fonte: Sposito, 2008.

Reorganização: Patrícia H. Milani, 2011

A Figura 3 mostra de forma figurativa o encolhimento do espaço em razão do aumento da velocidade de deslocamento e, conseqüente, diminuição do tempo, com as inovações dos meios de transportes e das tecnologias de comunicação e informação. Para Sposito (2008), essa metáfora é relevante para a compressão do espaço pelo tempo. A figura permite visualizar como os deslocamentos de pessoas e de mercadorias sofreram uma aceleração nos últimos 150 anos de modo nunca visto anteriormente na história da humanidade.

Contudo, Dias (1995) faz uma crítica a essa perspectiva ao denominá-la de reducionista, pois a mesma reduz o espaço à noção de distância e atribui o valor estratégico de interesses.

Vale salientar que as redes não se disseminam de forma homogênea nos territórios, elas são acompanhadas de uma seletividade espacial, dessa forma:

[...] a modernização e avanço tecnológico caminham paralelos à exclusão social. Assim, os investimentos maciços no setor de telecomunicações vieram satisfazer, antes de tudo, às exigências das mais poderosas organizações nacionais e internacionais (DIAS, 1995, p. 153).

Na perspectiva da desterritorialização, Haesbaert (2007) afirma que uma sociedade estruturada em rede não é sinônimo de sociedade desterritorializada, pois o movimento que origina as redes implica em novas territorializações. Desse modo, o autor conclui que é possível identificar um território no movimento ou no fluxo que define uma rede.

No período pós-moderno, controlar espaço para a reprodução social não significa controlar áreas ou definir limites, mas viver em redes, uma vez que o enraizamento está na mobilidade: territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fixos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento (HAESBAERT, 2007).

O avanço das técnicas de comunicação resulta em uma maior carga imaterial, ou deixa mais complexa a materialidade das redes, enquanto elementos da territorialização configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos.

Os fluxos que delineiam territórios não são aleatórios, mas sim dotados de significados determinados para quem os constrói e para quem deles usufrui, verificando-se, assim, o papel e o jogo de interesses dos agentes sociais envolvidos no fazer e refazer as ligações e redes.

Bertrand Badie (1995) apud Haesbaert (2007) faz um paralelo entre território e rede: um é contigüidade, o outro, a liberação dos constrangimentos espaciais, um é fechamento, o outro, a abertura, um é a fidelidade exclusiva, o outro, as fidelidades móveis.

Nessa perspectiva, o território é estático, pois é produto e produtor de territorialidades, produzidas pelos fluxos.

Sendo o território uma superfície homogênea e quase sem movimento, os fluxos e, por conseguinte, as redes aparecem como elementos territorializadores, e fazem parte do conteúdo territorial, pois enfatizam a dimensão móvel do território, ressaltando seu dinamismo, movimento e conectividade. O Quadro 2 mostra alguns elementos dicotômicos de território e de rede.

Território	Rede
Intrínseco (mais introvertido)	Extrínseca (mais extrovertida)
Centrípeto	Centrífuga
Áreas, superfícies	Pontos (nós) e linhas
Delimita (limites)	Rompe limites (fluxos)
Enraizamento	Desenraizamento
Mais estável	Mais instável
Espaço areolar	Espaço reticular

Quadro 2: Visão dicotômica Território – Rede.
Fonte: Haesbaert, 2007.

Assim, têm-se duas formas de territorialização, sendo uma pela lógica zonal, de controle de áreas de limites, e outra de lógica reticular, conexão ou redes.

Quanto à territorialidade das redes, Haesbaert afirma que:

Embora alguns autores distingam redes materiais de redes imateriais, ou mesmo redes técnicas e redes sociais em sentido estrito, a verdade é que nunca iremos encontrar, a não ser num nível metafórico, redes completamente “desterritorializadas” no sentido de sua total imaterialidade. Até mesmo uma “comunidade virtual” deve ser vista sustentada, de algum modo, nas redes técnicas que tornam sua existência possível. (2007, p.291)

O autor esclarece que a rede não pode ser vista apenas em sua dimensão temporal, mas deve-se levar em consideração sua dimensão espacial. Ela é um elemento da territorialização uma vez que o território mantém relações internas e externas, por exemplo, quando uma cidade se apresenta como rede ligada a outras cidades, o que configura, de acordo com Saquet (2009), relações multiescalares formadas por redes de redes.

As redes podem ser definidas como vias para a efetivação dos fluxos, mediações e articulações entre os territórios, considerando o território como o conteúdo das formas e as relações materiais e imateriais (do movimento), organizado em manchas e redes. Assim, como esclarece Saquet (2009), há de se considerar a existência de redes de territórios e territórios em rede.

As redes materiais são formadas por ferrovias, hidrovias, estradas, sistemas de eletricidade, cabos submarinos, o que Haesbaert (2007) denomina de dutos. Os fluxos imateriais consistem na movimentação de informações, idéias, comandos, ou seja, caracterizam-se, principalmente, pela circulação dependente apenas de antenas e de satélites, que ocupam pontos na ou acima da superfície terrestre.

As redes têm um caráter dual no que diz respeito à territorialidade, uma vez que elas podem ser territorializadoras e desterritorializadoras. Ora os fluxos que circulam podem ser de sustentação, construtores de território, ora desestruturadores, e assim desarticulam territórios. Nesse sentido, as redes se aproximam de estratégias de controle.

Haesbaert (2007, p.294) exemplifica essa dualidade entre redes territorializadoras e desterritorializadoras por meio das redes técnicas como as viárias ou de telecomunicação de um país. Elas são redes territorializadoras à medida que fortalecem a integração do território de um Estado, contudo, ao fazer conexões com o exterior, representam também, simultaneamente, o processo de desterritorialização – a perda de controle do Estado em relação às dinâmicas internas ao território nacional.

Vistas como componentes dos territórios, as redes podem assim estar a serviço tanto dos processos sociais que estruturam quanto de processos que desestruturam territórios. Mas a dinâmica do elemento rede tornou-se tão importante no mundo “pós-moderno” (...) que não parece equivocado afirmar que a própria rede pode tornar-se um território (HAESBAERT, 2007, p.298).

O autor destaca a importância das redes na formação territorial, no atual período, e afirma que o território-rede é delineado pela repetição do movimento dos fluxos, uma maneira de territorializar marcada pela imaterialidade, mais intensificada pelo meio técnico-científico-informacional, como afirmam Santos & Silveira (2010).

Haesbaert defende a multiterritorialidade em detrimento da desterritorialização ou do fim dos territórios, já que vivemos no período pós-moderno marcado pelo capitalismo pós-fordista, de acumulação flexível e de relações sociais construídas por meio de territórios-rede.

Mais do que de “território” unitário como estado e condição clara e estaticamente definida, devemos priorizar assim a dinâmica combinada de múltiplos territórios ou a “multiterritorialidade”, melhor expressa pelas condições de territorialização e desterritorialização, principalmente agora que a(s) mobilidade(s) domina(m) nossas relações com o espaço (2007, p.341).

Há duas formas básicas de efetivação da multiterritorialidade, ligadas ao avanço tecnológico ao longo do século XX, que modificaram nossa dinâmica socioespacial ou geográfica: os meios de transportes, por meio do deslocamento físico rápido, permitindo o acesso a múltiplos territórios; e as tecnologias de comunicação instantânea, que possibilitam o contato e até mesmo a ação sobre outros territórios sem necessidade de mobilidade física.

A não necessidade da mobilidade física para a tomada de algumas decisões é um fator que facilita a desconcentração industrial, com a possibilidade de exercer o poder sobre um território mesmo estando fisicamente em outro. Haesbaert (2007) alerta que essa facilidade do fluxo das informações resulta na vulnerabilidade informacional dos territórios.

Contudo, a constituição de um território global, unificação do território nas estâncias jurídicas e políticas, está distante de modo que a melhor definição do global ainda é a conjunção de uma multiplicidade territorial ou o que Haesbaert (2007), ao retomar o conceito de Roland Robertson, chama de “Glocalização”, com o fortalecimento de uma nova dinâmica em que os elementos não podem ser mais reconhecidos nem como globais, nem como locais.

1.2 Rede urbana e relações territoriais

Os territórios-zona estão em um plano, delimitando fronteiras e sobrepostos por linhas imaginárias ordenadas em rede, as quais esquematizam os territórios-rede, tendo como pressuposto que o território é o conteúdo das formas, bem como mantém as relações materiais e imateriais, esboçadas em manchas de redes. A Figura 4 ilustra de forma esquematizada o território delineado por redes.



Figura 4: Representação esquemática das redes de comunicação entre as cidades
 Fonte: www.cybergeography.org. Acesso em: 20 jul. 2011.

A partir dessa figura esquemática é possível visualizar redes, pontos de conexão e articulação entre cidades – os nós da rede.

Tomando como referência as redes urbanas, verifica-se que os centros consistem os territórios-zona e as ligações entre estes, os territórios-rede. Dessa forma, o conjunto de centros articulados entre si, hierarquizados e especializados, constitui uma estrutura territorial.

A rede urbana, no presente trabalho, foi abordada como uma rede geográfica. Considerando que esta última é um produto e uma condição social, historicamente construída e fruto da ação humana, pode-se afirmar, de acordo com Corrêa (1999), que a mesma consiste em uma obra consciente e dotada de intencionalidade.

Segundo o autor, as diversas redes geográficas – como as das grandes corporações, das religiões, do Estado, por exemplo – têm os centros urbanos como foco principal. Incluem-se, entre esses centros, os pequenos lugares centrais em áreas agrícolas, as cidades de maior nível hierárquico, entre elas as metrópoles globais, e os centros funcionalmente especializados.

São as economias de aglomeração que fazem reunir nos centros urbanos, ainda que diferencialmente, as atividades vinculadas a gestão do território, as atividades industriais, de trânsito, de distribuição de bens e serviços, a maior parte do consumo, as decisões políticas e parcela mais significativa dos conflitos sociais. Os centros urbanos são, assim, os focos principais das diversas interações espaciais necessárias à existência e reprodução sociais,

interações que, de modo preponderante, originam-se neles, por eles passam e a eles se destinam (CORRÊA, 1999, p. 5).

A rede urbana, constituindo-se em um conjunto de centros/cidades funcionalmente articulados entre si, passou a ser o meio pelo qual a produção, a circulação e o consumo se realizam efetivamente no bojo do processo de urbanização.

As redes urbanas – reunião de diversas redes geográficas, assumindo diversas formas e conteúdos, segundo Corrêa (2006) – possuem diferentes naturezas e significado. Nessa discussão, devem ser destacados quatro fatores: a divisão territorial do trabalho; os ciclos de exploração; a rede urbana e sua forma espacial; e, por fim, as mudanças na rede.

De acordo com o autor, a rede é, ao mesmo tempo, reflexo da Divisão Territorial do Trabalho (DTT) e condição para a mesma. Em razão das vantagens locais diferenciadas, verifica-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional que formam as cidades.

Assim como a rede também é condição para a DTT na medida em que a cidade é a principal controladora da produção agrícola e industrial, esse papel da cidade é transmitido para a rede.

A rede urbana é um reflexo dos efeitos e articulação de diferentes agentes sociais, sobretudo, das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem, tanto na cidade quanto no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos, segundo Corrêa (2006).

Importante destacar o papel do Estado como agente produtor do espaço que viabiliza a geração de infraestrutura e equipamentos para as empresas.

No contexto das cidades médias, essa diferenciação dos papéis desempenhados na divisão econômica e social do trabalho ocorre, de acordo com Beltrão Sposito (2006, p.146), “com maior rapidez, a partir de impulsos ou decisões que são tomadas em outras escalas mais abrangentes”.

Sendo assim, torna-se de suma importância entender a lógica da implantação de atividades nas cidades uma vez que se subentende a intencionalidade da preferência por uma determinada urbe.

Nos países subdesenvolvidos, algumas decisões são geradas fora da rede urbana nacional, tendo sede nos países centrais. É nesse sentido que a rede urbana torna-se, através da função de intermediação, ponta da divisão territorial do trabalho,

contudo, não se pode deixar de considerar a existência de uma autonomia nacional e regional.

Nos estudos de rede urbana, alguns pontos devem ser destacados para melhor compreensão do funcionamento das engrenagens existentes no interior da rede: os ciclos de exploração.

O trabalho excedente é a ação que gera o valor excedente (juros, rendas e lucros), que é, geralmente, investido em novas atividades, visando, por conseguinte, novos excedentes – é essa prática que deriva a circulação de dinheiro e capital, que gera fluxo de pessoas, bens, serviços, ordens e idéias. De acordo com Corrêa:

Em razão de necessidades vinculadas à produção, circulação e consumo no âmbito do capitalismo – decisão, produção, concentração, beneficiamento, armazenamento, venda no varejo, consumo final e ainda, tendo em vista o alcance espacial máximo e mínimo dos consumidores e empresas, localizados no amplo território – torna-se necessária a existência de vários pontos interferindo no processo de circulação. Estes pontos são os centros urbanos. Parcela de valor excedente, ao circular, é apropriada nestes pontos e reinvestida, circulando de novo e gerando, assim, o aparecimento de novos fluxos. O conjunto de centros urbanos que participam da criação, apropriação e circulação do valor excedente é a rede urbana. (2006, p. 29)

Nessa perspectiva, a rede urbana é a maneira pela qual se dão a criação, a apropriação e a circulação efetivas no sistema capitalista de produção e viabiliza a existência de ciclos de exploração.

Vale também lembrar que, partindo desse panorama, é possível detectar o papel que cada cidade exerce na rede em que está inserida. O funcionamento da rede traduz a relação cidade-região, que também é responsável pela origem dos ciclos de exploração.

A relação entre cidade e região ocorre de duas formas. A primeira é aquela em que uma cidade extrai (importa) do campo renda fundiária, mão de obra e/ou produtos agrícolas e a segunda maneira é aquela em que uma cidade retorna (exporta) para o campo novos usos da terra, idéias, mecanismos tecnológicos que tendem a ampliar a produção.

Nessa relação, há também o fluxo migratório campo-cidade, que se dá de acordo com a hierarquia das cidades da rede, ou seja, a cidade primaz da rede tende a atrair maior número de migrantes. Estes são, normalmente, representantes do primeiro ciclo de exploração, já que, muitas vezes, têm sua mão de obra

explorada na cidade, simultaneamente, ao início de um maior consumo de produtos industrializados.

A modernização da agricultura tem estreita relação com a rede urbana, tornando-se um dos fatores responsáveis pelo efeito da drenagem, pois o sistema financeiro custeia maquinários e insumos para o campo, ou seja, intensifica o processo de industrialização da agricultura, o que, conseqüentemente, diminui a necessidade pela força de trabalho, resultando no fluxo migratório. São ex-agricultores que passam a residir, em sua maioria, nas periferias das cidades (principalmente as centrais da rede) e que, em muitos casos, segundo Corrêa (2006) retornam ao campo como bóias-frias ou trabalhadores temporários.

A segunda etapa do ciclo de exploração condiz com a comercialização da produção agrícola, em que o produtor encontra-se no início do circuito, ou seja, ele vende sua produção e cada vendedor e revendedor acrescenta um valor sobre o inicial. Dessa forma, quando o consumidor da cidade compra o produto, ele paga um preço não condizente com o preço pago inicialmente ao produtor.

Corrêa (2006) afirma que inversamente à comercialização de produtos agrícolas, na qual o agricultor está no começo do circuito de comercialização, recebendo pouco pelo que produz, o consumo de produtos industrializados encontra-se no final do circuito de comercialização, ou seja, o agricultor paga muito pelos produtos que adquire, pois, até o produto chegar ao pequeno centro, margens de lucros foram adicionadas.

Nesse sentido, as redes de centros de distribuição, as localidades centrais, são de fato, uma rede de drenagem de lucros, sendo o valor excedente apropriado pela cidade.

[...] esta apropriação verifica-se de modo mais intenso quando se trata de grandes cadeias de supermercados e lojas de departamentos sediadas na metrópole e com localização em numerosos centros da rede urbana (CORRÊA, 2006, p.36).

Partindo desse pressuposto, verifica-se que na relação cidade-campo ocorre um desequilíbrio. A Figura 5 mostra de forma esquemática os ciclos de exploração que ocorrem na rede, a partir da criação, apropriação e circulação do capital.

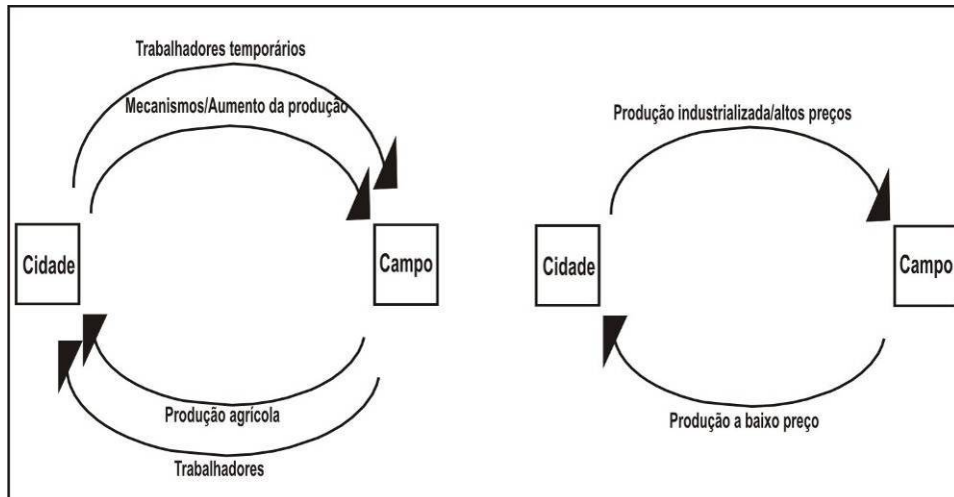


Figura 5: Ciclos de exploração na rede urbana

Fonte: Corrêa, 2006

Organização: Milani, 2010.

Quanto à forma espacial da rede urbana, ela pode ser dendrítica ou complexa, de múltiplos circuitos. A primeira mostra mais simples participa timidamente da produção, apropriação e circulação do valor excedente e ainda não tem diversificação na divisão territorial do trabalho. Contudo, a tendência é que as redes dendríticas se tornem complexas.

A forma espacial da rede condiz com a espacialização da maneira que se dão as relações entre os centros, exemplos: área metropolitana e suas cidades dormitórios; cidades médias e pequenos centros de poucos estabelecimentos comerciais e de serviços, entre outros. De acordo com Corrêa:

As diversas redes geográficas, como a das grandes corporações, das religiões, do Estado, dos partidos políticos, de comunicação instantânea, entre outras, têm como nós principais os centros urbanos. Incluem-se entre estes os pequenos lugares centrais em áreas agrícolas, as cidades de maior nível hierárquico, entre elas as metrópoles globais, e os centros funcionalmente especializados. (1999, p. 5)

De acordo com o autor, por ser resultado da reunião de diversas redes geográficas, a rede urbana é necessariamente complexa, assumindo diversas formas e conteúdos. A Figura 6 indica dois modelos de rede urbana.

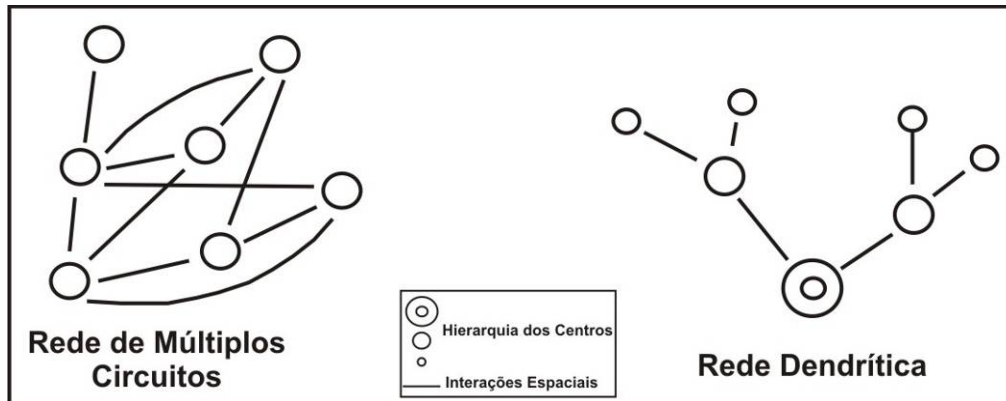


Figura 6: Tipos de rede urbana

Fonte: Corrêa, 1999

A Figura 6 inclui a rede mais simples, a dendrítica, e o tipo mais complexo, sendo marcada por múltiplas articulações, originando circuitos.

Corrêa (2006) afirma que o conjunto de cidades apresenta uma diferenciação interna, que se traduz em uma hierarquia. Assim, uma localidade central pode ser apenas uma capital regional, enquanto outra pode acumular ainda a função portuária ou se constituir em um centro monoindustrial.

O autor chama a atenção para a necessidade da realização de estudos de casos sobre rede urbana, uma vez que “[...] é preciso obter a compreensão da singularidade de cada rede, pois um estudo de caso não é senão o estudo de uma singularidade enquanto especificação da totalidade (2006, p.45).

Destarte, a rede entre as cidades da Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul consiste em um objeto de estudo singular a ser estudado, a fim de compreender a hierarquia entre os núcleos e as dinâmicas multiescalares.

2 GÊNESE DA REDE URBANA

Estudos mostram que as redes urbanas são diferentes entre si devido aos diversos modos de formação dos núcleos que a compõem. Por conseguinte, a dinâmica interna também é diferente umas das outras, pois cada uma possui combinação singular de elementos, sendo cada combinação única em um determinado espaço-tempo, como aponta BESSA (2007).

Em pesquisas sobre rede urbana realizadas no triângulo mineiro, a autora afirma que os processos de criação e evolução dos centros urbanos são responsáveis pela dinâmica da rede, sintetizados por uma evolução desigual dos centros, proveniente de uma desigualdade espaço-temporal dos processos sociais:

É assim que as redes urbanas se diferenciam uma das outras, posto que são definidas pela complexidade genética e pela complexidade de suas estruturas dimensionais, funcionais e espaciais, cuja combinação, num dado espaço-tempo, caracterizam-nas e as distinguem (BESSA, 2007, p.67).

Os principais elementos que diferenciam os centros e, por conseguinte, as redes são também bases importantes para estrutura e funcionamento da rede: gênese, posição relativa, tamanho e funções dos centros – a relação entre esses elementos resulta uma combinação única.

As redes geográficas são, de acordo com Aranha-Silva (2009), um conjunto de localizações sobre o território, articuladas por vias no âmbito das ações humanas.

Corrêa (2006) destaca a importância da abordagem sobre a gênese da rede, visto que o levantamento histórico do momento em que foi criado ou como surgiu o segmento espacial, da formação dos núcleos que a compõem, bem como das primeiras relações entre os mesmos significa o resgate do passado para a compreensão da forma e dinâmica atual.

Do mesmo modo, Carlos (2009) propõe, em suas colocações, a utilização da categoria tempo nos métodos de abordagem, ou seja, sugere considerar a organização do espaço ao longo do tempo, uma vez que espaço e tempo aparecem na análise geográfica em sua indissociabilidade, na medida em que toda ação social se realiza num espaço determinado e num período de tempo preciso.

Partindo desse pressuposto, faz-se aqui um breve resgate histórico da formação territorial da região em estudo, como parte integrante da rede urbana sul-

mato-grossense, a partir da discussão sobre o surgimento das pequenas cidades, as transformações pelas quais passaram e considerando os papéis que desempenham.

O Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com IBGE, é dividido em 4 Mesorregiões, conforme aponta a Figura 7.

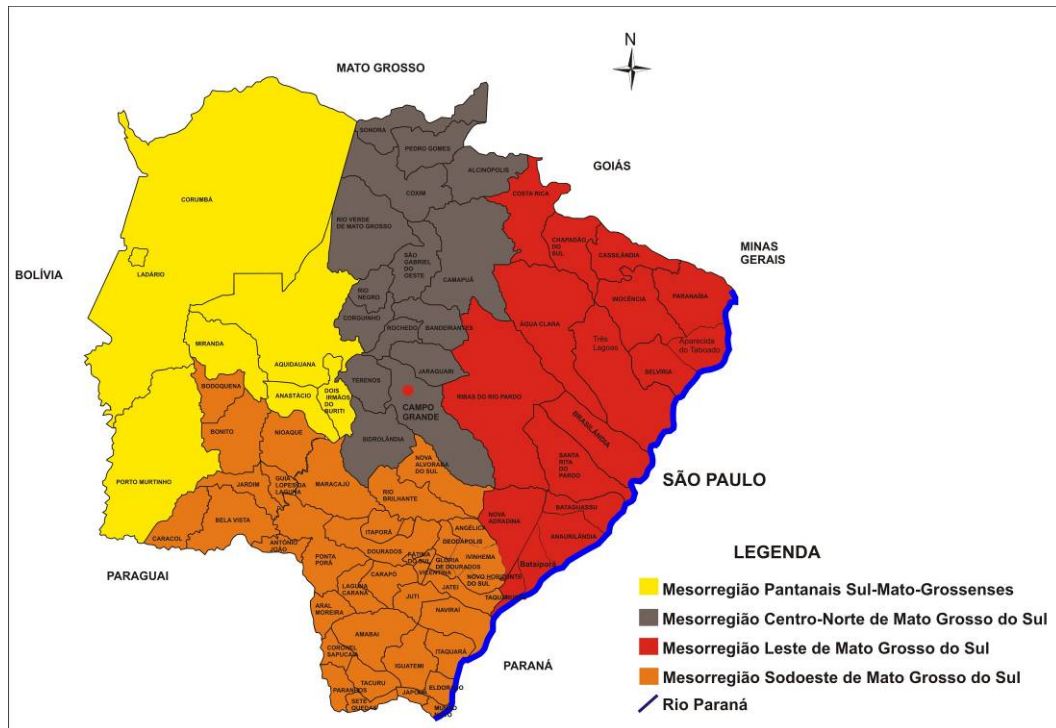


Figura 7: Mesorregiões de Mato Grosso do Sul
Editoração: Patrícia H. Milani, 2011.

A estruturação da Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul constituiu-se em produto e condição para a expansão da pecuária. A expansão territorial desse setor da economia forneceu a base para a constituição da rede urbana sul-mato-grossense, o que efetivou a consolidação de algumas vilas que, posteriormente, se constituíram cidades.

O Quadro 3 mostra as microrregiões e municípios que compõem a região estudada, de acordo com a divisão administrativa do IBGE.

MESORREGIÃO LESTE DE MATO GROSSO DO SUL	
MICRORREGIÃO CASSILÂNDIA	MICRORREGIÃO PARANAÍBA
Cassilândia	Aparecida do Taboado
Chapadão do Sul	Inocência
Costa Rica	Paranaíba
	Selvíria
MICRORREGIÃO TRÊS LAGOAS	MICRORREGIÃO NOVA ANDRADINA
Água Clara	Anaurilândia
Brasilândia	Bataguassu
Ribas do Rio Pardo	Bataiporã
Santa Rita do Pardo	Nova Andradina
Três Lagoas	Taquarussu

Quadro 3: Microrregiões e municípios da Mesorregião Leste de MS.

Fonte: IBGE, 2011.

A Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul reúne alguns municípios conhecidos regionalmente como Bolsão Sul-mato-grossense: Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Selvíria e Três Lagoas.

Essa regionalização foi adotada para o fortalecimento e união político-administrativa dos municípios e para análise de estudos políticos do próprio Governo Estadual, segundo Gomes (1994).

O estado de Mato Grosso do Sul, tem seu território dividido em 8 microrregiões: Região do Alto Pantanal, Sudoeste, Norte, Central, Grande Dourados, Leste, Sul Fronteira e por fim Região do Bolsão (IPLAN/MS, 2003). A Figura 8 mostra a configuração da região estudada.

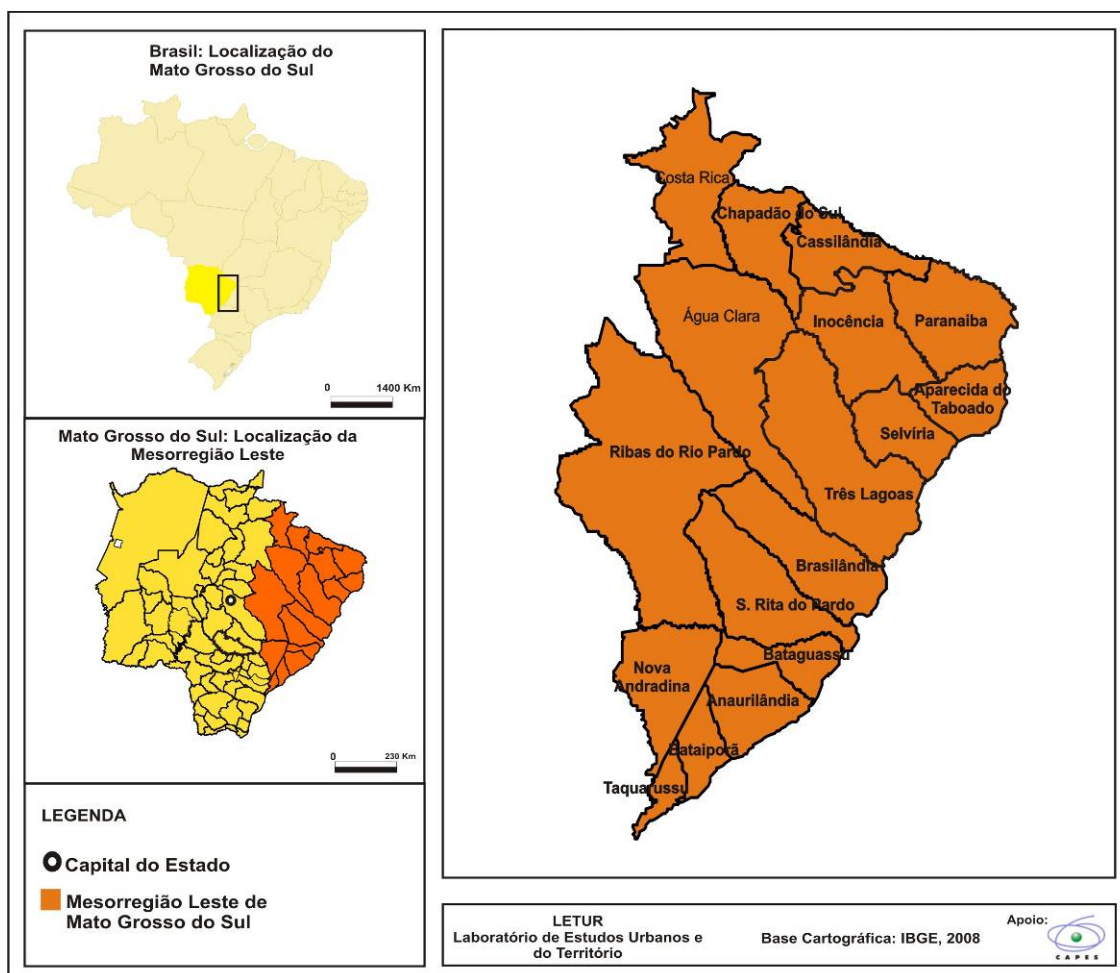


Figura 8: Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul
Organização: Milani, 2010

De acordo com Gomes (1994), o nome Bolsão começou a ser adotado antes mesmo da divisão do Estado de Mato Grosso, levando em consideração as dificuldades de comunicação com a capital, Cuiabá. Essa dificuldade comunicacional resultava em um quadro de isolamento do poder de decisão do centro político e administrativo, fato que contribuiu para o fortalecimento da união entre os municípios que constituem a região.

Gomes (1994) afirma que a origem do nome Bolsão está vinculada às campanhas políticas dos anos de 1950, do partido Partido Social Democrático (PSD), que tinha como representante Filadelpho Garcia, candidato à Câmara Federal. Para o candidato, cujo principal objetivo era que aquele “canto” tivesse sempre uma ação única, a região indicava a existência de uma unidade administrativa e política.

A região ficou mais fortalecida quando, em 1964, o engenheiro Pedro Pedrossian, que era representante do sul do estado – onde se localizava sua base

política – foi nomeado governador do Estado de Mato Grosso. De acordo com Gomes (1994), Pedrossian contou com o apoio de todos os municípios que formavam o chamado bolsão.

Paranaíba foi o primeiro município da microrregião do Bolsão. Posteriormente, com a articulação dos agentes sociais produtores e reprodutores desse espaço, esse município foi perdendo parte do seu território, devido ao desmembramento de terras e à formação de novos municípios.

De acordo com a Figura 9, que representa um esquema genealógico da microrregião do Bolsão, todos os municípios pertenceram a Paranaíba, cidade que exercia papel de primazia na rede urbana naquela época – ainda que com menores fluxos imateriais –, por concentrar o maior número de serviços e polarizar os demais municípios da região.

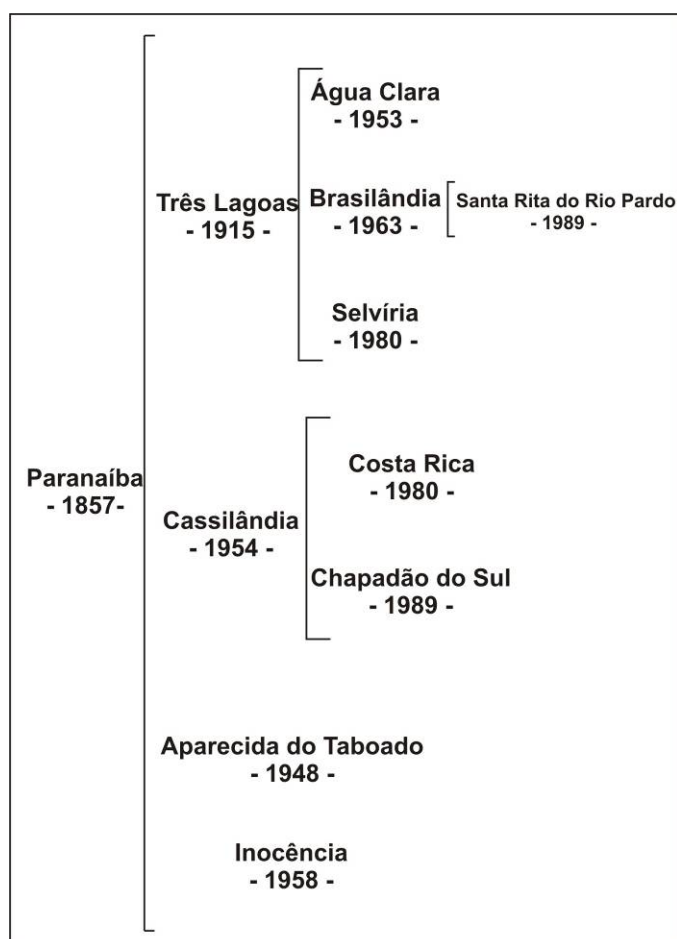


Figura 9: Bolsão Esquema genealógico

Fonte: Gomes, 1994; Reorganização: Milani, 2010

Todas as regiões derivadas das divisões políticas administrativas utilizadas, de acordo com o IBGE, são recobertas por formações espaciais, pois esta não se

traduz em uma região; na realidade, ela pode cobrir duas ou mais regiões, contudo o inverso não é possível. Corrêa (2000) ressalva que, ao não se confundir com a região, a formação pode caracterizar-se pela descontinuidade espacial. A Figura 10 mostra os territórios de Três Lagoas no ano de 1938 e no de 1991, que corresponde à configuração atual (2012).

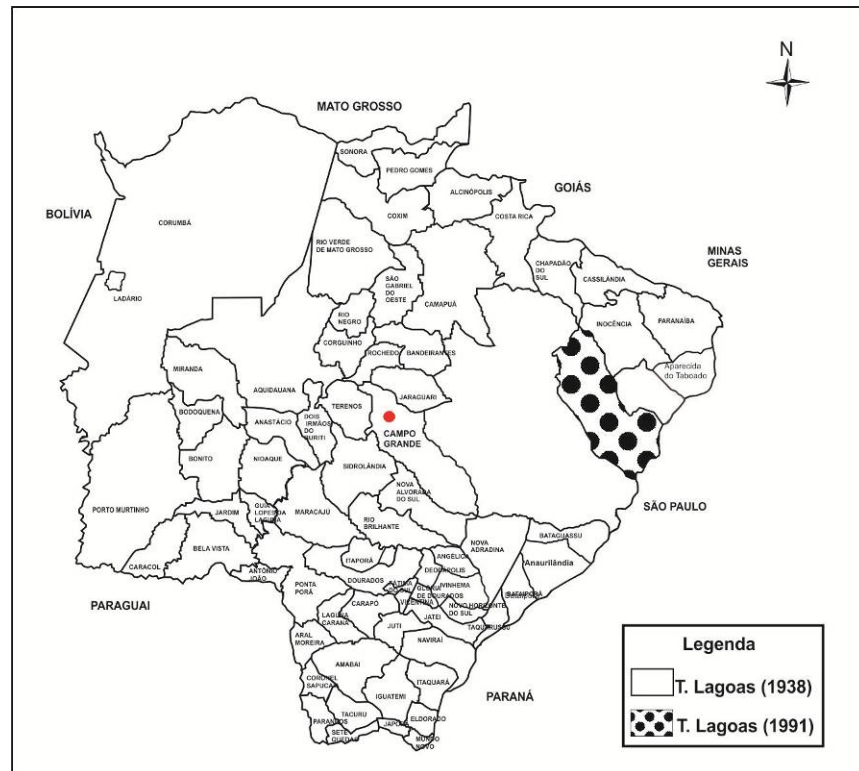


Figura 10: Configuração territorial Três Lagoas, 1938 e 1991.
Fonte: Gomes, 1994.

O território brasileiro é constituído, segundo Corrêa (2000), por três formações espaciais distintas, mas integradas entre si: i) grande propriedade rural; ii) pequena propriedade rural dos imigrantes europeus e iii) formação espacial de fronteira. Estas estruturam os três tipos básicos de rede urbana.

Sendo assim, a formação espacial da rede urbana em estudo foi instituída na grande propriedade de terras, condizente com atividade econômica predominante nos municípios até o início do processo de industrialização: a pecuária, mostrando como o modo de produção se manifesta na organização territorial. Nas palavras de Corrêa:

A rede urbana na formação espacial associada à grande propriedade rural caracteriza-se por uma menor densidade de centros quando comparada à rede urbana da formação espacial calcada na pequena

propriedade dos imigrantes. Consequentemente, apresenta maior espaçamento entre os seus centros. (2000, p.128)

A tabela 1 mostra a área dos municípios e sua representação territorial no estado.

Tabela 1: Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul.
Áreas dos municípios, 2011.

Municípios	Área Km²	Representação no Estado %
Ribas do Rio Pardo	17.308,718	4,85
Água Clara	11.031,073	3,09
Três Lagoas	10.206,370	2,86
Santa Rita do Pardo	6.141,615	1,72
Brasilândia	5.806,892	1,63
Inocência	5.776,261	1,62
Costa Rica	5.722,834	1,60
Paranaíba	5.402,778	1,51
Nova Andradina	4.776,096	1,34
Chapadão do Sul	3.850,693	1,08
Cassilândia	3.649,830	1,02
Anaurilândia	3.395,540	0,95
Selvíria	3.258,653	0,91
Aparecida do Taboado	2.750,130	0,77
Bataguassu	2.416,718	0,68
Batayporã	1.828,214	0,51
Taquarussu	1.041,121	0,29

Fonte: SEMAC/MS, 2011

Existem, na rede urbana, forças dinamizadoras em constante articulação-desarticulação, definidas segundo Bessa, por diferentes lógicas de recombinação de elementos, que resultam:

[...] num padrão de rede diferente do anterior, pois transformou sua estrutura e funcionamento, porquanto cada combinação tem sua lógica, norteadas pelas práticas e estratégias dos agentes econômicos, políticos e sociais. De modo prático sensível é dessa forma que a rede urbana se transforma (2007, p.69).

Vale destacar, ainda segundo a autora, que, além da combinação dos elementos, é importante entender a lógica que acarretou essa nova combinação, movida pelas articulações dos agentes sociais, ligados à estrutura social da rede, levando em consideração que a realidade está em constante movimento, uma vez que a mudança é um aspecto fundamental para a reprodução social.

Assim, a dinâmica dos elementos configuram e (re)configuram novos padrões de redes, com o declínio de alguns centros para a ascensão de outros.

De acordo com Gomes (1994), o povoamento da mesorregião em análise tem ligações estreitas com fatos históricos que foram impulsionadores da formação desses núcleos e agentes organizadores desse espaço, tais como: bandeirantismo, mineração, expansão da pecuária, avanço da fronteira agrícola, construção de ferrovias, construção de usinas hidrelétricas, entre outros.

A sequência de fatos históricos torna-se relevante, pois consiste a base para a formação da região, que, a partir de relações entre os agentes, no período levantado, foi delineando a configuração atual.

De acordo com estudo de Aranha-Silva (1992), tais agentes eram representados, principalmente, pelos proprietários de terras e o Estado, liderado por Getúlio Vargas, que, com seu objetivo político de acalmar as massas, usava as demarcações de terra para aliviar as tensões acerca da questão agrária na região.

As transformações – ininterruptas, por se tratar de uma espaço social – que ocorreram na rede urbana se relacionam ao processo histórico e às medidas de política governamental, principalmente, à expansão da fronteira agrícola e, mais recentemente, nos anos 1990, também à expansão da fronteira industrial.

Para Santos (1988), estudar um espaço é compreender que a formação dele supõe um acúmulo de ação localizada em diferentes momentos. Sendo assim, o debate sobre a organização espacial da rede urbana em questão revela o trabalho humano acumulado ao longo do tempo, por meio do modo de produção, pelo qual os homens produzem sua existência.

A pecuária foi a principal atividade econômica dos municípios da rede desde sua formação. Atividade que requeria grandes estabelecimentos rurais para sua efetivação, ocasionando, portanto, a grande concentração fundiária na região. De acordo com Gomes (1994), na década de 1990, os estabelecimentos inferiores a 1000 hectares compreendiam 74% do total de propriedades e ocupavam 27% da área, enquanto os superiores a 1000 hectares, que representavam 16% do total de estabelecimentos, ocupavam 73% da área total da região.

A formação do território de Nova Andradina, porção sul da mesorregião, se deu por empreendimentos, como a Estrada Boiadeira (1908-1927), que ligava o Estado de São Paulo à região sul de Mato Grosso, e com a Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso, cujos fundadores garantiram a posse de grandes lotes de

terras da região e a concessão para a livre navegação do Rio Paraná e nos seus afluentes, como contrapartida pelos trabalhos em abrir a estrada, segundo Ziliane, (2010).

Em 1949, Jan Antonin Bata iniciou a colonização de uma gleba no sul do Estado, resultando no município de Bataguassu. Sendo o marco inicial das atividades colonizadoras da empresa, e em 1953, outro núcleo de colonização foi iniciado na região do Rio Samambaia, afluente do Rio Paraná, que originou o município de Batayporã. Assim, o movimento colonizador daquele período marcou profundas transformações na região sul do então estado de Mato Grosso, aumentou a densidade demográfica com a chegada de centenas de imigrantes oriundos de diversos lugares do Brasil, delineando a configuração territorial desses núcleos. À Figura 7 mostra a atual (2011) configuração da região em estudo.

Nessa perspectiva, Santos (1978) explana que na formação territorial, o espaço é eminentemente presente, participando como meio natural ou socialmente produzido. É *locus* das atividades do homem, reflexo e condição social, expressando a existência e reprodução humana, afetando, em realidade, a própria reprodução das diferenças espaciais, qualquer que seja a escala geográfica considerada.

Quando se fala em organização/formação espacial, levam-se em consideração os processos, funções e formas do espaço em suas concretizações espaço temporais diferenciadas.

Vale salientar que o estudo das formações espaciais não desconsiderou os fatores econômicos, políticos, sociais ou culturais, pois são facetas de uma mesma totalidade, que, de acordo com Corrêa (2006), se manifestam de modo integrado, expressando um conjunto no espaço e no tempo.

2.1 Breve periodização da rede

De acordo com Corrêa (2006), a periodização da rede condiz com o levantamento de alguns elementos a serem considerados, que marcam períodos.

Na diferenciação de tempos históricos, segundo Beltrão Sposito (2006), há que se levar em consideração a espacialização da história, ou seja, a sequência de tempos. Uma vez que a rede é marcada por períodos de crescimento econômico e estagnação é possível reconhecer, por meio da articulação entre esses diferentes períodos, tempos que sejam relevantes. Depois de realizar a periodização, é

possível particularizar o papel que os centros desenvolvem e desempenham, bem como a importância que possuem.

O primeiro período de formação da rede urbana na Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul equivale ao momento da construção da Estrada de Ferro Noroeste Brasil.

A referida estrada de ferro foi concluída em Três Lagoas em 1910 e colaborou para o início da formação de algumas cidades que compõem a região, visto que os trabalhadores, ainda que permanecessem temporariamente no local, necessitavam de alguns serviços, que começaram a ser consolidados em Três Lagoas, Água Clara e Ribas do Rio Pardo. A ferrovia representou o empreendimento econômico que impulsionou a necessidade de outros empreendimentos comerciais e de serviços a se instalarem na região.

No final da década de 1960 iniciaram as construções das Usinas Hidrelétricas no Rio Paraná, que impulsionaram o crescimento de algumas cidades. A primeira a ser instalada foi a UHE Eng^o Souza Dias, que se finalizou no ano de 1974, localizada entre os municípios de Três Lagoas e Castilho-SP. Para a construção da usina, instalaram-se em Três Lagoas centenas de trabalhadores, que, assim como no período de instalação da ferrovia, necessitavam de alguns serviços na cidade, que passou por novo processo de estruturação para atender a essa nova demanda.

Nos anos de 1978 e 2003, houve a instalação da UHE Ilha Solteira e UHE Eng^o Sergio Motta, localizadas, respectivamente, entre os municípios de Selvíria e Ilha Solteira-SP, Bataiporã e Rosana-SP. Tais instalações ocasionaram efeitos sociais e ambientais relevantes para as cidades, resultando em uma nova (re)organização territorial desses municípios.

A partir dos anos de 1990, com a nova lógica de articulação territorial do capital e a intensificação do processo de desconcentração industrial no país, algumas cidades da região receberam a instalação de capital industrial, passando, desse modo, por uma refuncionalização de seu território. De acordo com Beltrão Sposito, o sentido da urbanização foi redefinido a partir da industrialização, pois foi reorientado e estimulado, propiciando a diversificação dos papéis urbanos:

Multiplica-se o conjunto de atividades que eram necessárias ao próprio funcionamento das indústrias, e articula-se o conjunto de cidades através da formação de um mercado consumidor nacional para uma industrialização predominantemente apoiada na produção de bens de consumo (1993, p. 67).

Ainda que a industrialização e a urbanização sejam processos diferentes, há uma intensa imbricação entre ambos, sendo difícil realizar uma análise dissociada. Segundo Bernardelli (2006), o processo de industrialização, ao redefinir a urbanização, contribui para a ampliação expressiva dos papéis urbanos, uma vez que as cidades se tornaram, de modo mais efetivo, lócus da produção industrial.

Consequentemente, deriva da implementação industrial uma reestruturação não somente da cidade que recebe o capital, mas também, em escala interurbana, da rede urbana, com a intensificação dos fluxos entre cidades e regiões.

A importância do desenvolvimento das técnicas de comunicação e de informação vale ser ressaltada, pois possibilitou a ampliação do processo de dispersão produtiva.

Os processos socioespaciais são geograficamente localizados: crescente reorganização e rediferenciação no território, que se dão pelo movimento contínuo de realocação das atividades produtivas e redistribuição espacial da população (LIMONAD, 2007, p.146).

A localização e a realocação das indústrias no território não ocorrem de forma homogênea em todos os lugares, pois há a seletividade espacial, baseada em incentivos e amenidades dos locais, como infraestrutura, isenção de impostos, mão de obra, entre outras.

Especificamente a cidade de Três Lagoas recebeu a partir dos anos de 1990, incentivos fiscais para a instalação de indústrias, além de possuir atrativos como: posição estratégica, vias e formas de circulação com transporte multimodal - BR-262, Ferrovia ALL e navegação Tietê-Paraná, que contribuíram para a efetivação da reprodução do capital.

As instalações atraíram pessoas oriundas de outras localidades tanto para a construção civil das fábricas, quanto de mão de obra especializada, como engenheiros, químicos, entre outros exemplos.

Nesse contexto verificam-se mudanças no campo, pois a atividade pecuária vem sendo substituída pelo monocultivo do eucalipto, matéria prima que abastece as duas indústrias de papel e celulose instaladas no município. Observa-se também a intensificação do agronegócio e a modernização da agricultura, decorrentes da monocultura do eucalipto.

De acordo com Kudlavicz (2011), o aumento do plantio de eucalipto e pinus está ligado aos incentivos fiscais do governo federal, liberados pelo Programa de

Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), que seleciona áreas específicas nos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul.

No projeto técnico do Polocentro, a área que se estende de Campo Grande a Três Lagoas inclui os municípios de Três Lagoas, Água Clara, Santa Rita do Pardo e Ribas do Rio Pardo – todas componentes da Mesorregião em estudo. A área atendida pelo programa foi de aproximadamente 1,4 milhões de hectares, ao longo da estrada de ferro e do eixo da rodovia 262, que liga Campo Grande a Três Lagoas.

A cidade, o campo e a rede urbana tendem a ser refuncionalizados conforme as necessidades do capital. Mediante isso, a relação entre rede urbana e formação espacial é complexa: uma rede pode exibir características associadas aos diversos momentos da formação em que está inscrita, ou das diversas formações espaciais a que esteve associada, afirma Corrêa (2006).

As cidades pólos regionais, inseridas na formação espacial da grande propriedade, são desenvolvidas a partir da densa drenagem de lucro do campo para a cidade, possuem serviços especializados e caracterizam-se pela presença de uma elite que reside em condomínios fechados e pelo surgimento das periferias miseráveis, com ausência de serviços e equipamentos urbanos básicos.

A partir da metodologia proposta por Corrêa (2006), ao periodizar a rede em estudo, verificou-se a concretização de três fatores já elencados no início do texto e que são tidos pelo autor, como inseparáveis nos estudos de rede: ciclos de exploração, divisão territorial do trabalho e mudanças espaciais na rede.

A mecanização do campo expulsou o trabalhador que passou a residir nas cidades e a pagar altos custos por produtos que antes ele mesmo produzia. Outra face dessa exploração se revela quando esse trabalhador não consegue emprego na cidade e retorna ao campo como trabalhador temporário, mas permanece residindo na cidade. A divisão territorial do trabalho se intensifica com a migração de centenas de trabalhadores para as cidades em processo de industrialização.

Dessa forma, verifica-se que as cidades são marcadas por períodos de opacidade e luminosidade e o que define a duração desses períodos é a presença do capital concomitante com a capacidade de articulação territorial dos agentes locais na produção do espaço.

3 ARRANJO TERRITORIAL DA REDE

Neste capítulo, foram analisadas as dinâmicas territoriais, na perspectiva de entender como elas geram as continuidades e discontinuidades no território, a partir da necessidade ou não de seguir a uma hierarquia de cidades.

De acordo com Bessa (1995), as relações da rede são estruturadas em duas escalas, sendo uma horizontal e outra vertical, a primeira ocorre quando as relações entre as cidades advêm de forma contínua, entre os núcleos da mesma região, e as relações verticais são decorrentes das relações com cidades hierarquicamente superiores.

Nessa mesma perspectiva, Beltrão Sposito (2009) afirma que essas relações resultam as continuidades e discontinuidades territoriais. De acordo com a autora, até pouco tempo a maior parte das relações ocorriam no plano material, o deslocamento exigia a saída física, material de um lugar para outro, o espaço era organizado por continuidades.

Dessas novas relações derivam as discontinuidades, em que o conteúdo de uma cidade pode estabelecer vínculos e interações com espaços distantes e descontínuos da área ou da região a que ela pertence. Porém, as relações horizontais que ocorrem em uma área contínua permanecem por meio dos fluxos materiais entre as cidades.

3.1 Continuidade territorial da rede urbana

3.1.1 Capacidade de oferta das cidades e fluxos na rede

O tamanho populacional dos núcleos não revela de forma clara suas funções e papel na rede de cidades, contudo, pode auxiliar na análise da dinâmica da rede, de forma que, quanto maior for o contingente populacional de uma cidade, maior será a complexidade das relações intraurbanas. A Tabela 2 mostra o total de habitantes dos 17 municípios que compõem a região em estudo.

Tabela 2: Mesorregião Leste de MS. Número de habitantes dos municípios. 2010.

Municípios	Urbano	Rural	Total	Taxa de urbanização %
Três Lagoas	97.069	4.722	101.791	95,3
Nova Andradina	38.786	6.799	45.585	85,0
Paranaíba	35.754	4.438	40.192	88,9
Aparecida do Taboado	20.096	2.224	22.320	90,0
Cassilândia	19.008	1.958	20.966	90,6
Ribas do Rio Pardo	12.965	7.981	20.946	61,8
Bataguassu	15.239	4.600	19.839	76,8
Costa Rica	16.848	2.847	19.695	85,5
Chapadão do Sul	16.777	2.871	19.648	85,3
Água Clara	9.598	4.826	14.424	66,5
Brasilândia	8.013	3.813	11.826	67,7
Batayporã	8.331	2.605	10.936	76,1
Anaurilândia	4.322	4.171	8.493	50,8
Inocência	4.871	2.798	7.669	63,5
Santa Rita do Pardo	3.522	3.737	7.259	48,5
Selvíria	4.772	1.515	6.287	75,9
Taquarussu	2.454	1.064	3.518	69,7

Fonte: IBGE, 2010.

Ao considerar a variável número de habitantes, a hierarquia da rede se apresenta da seguinte forma: 1) Três Lagoas com 101.791 habitantes, 26,6% da população; 2) Nova Andradina se apresenta com 45.585 moradores; 3) Paranaíba, com 40.192 habitantes; 4) Aparecida do Taboado tem 22.320; 5) Cassilândia conta com 20.966 habitantes; 6) Taquarussu é a que conta com menor número de habitantes, são apenas 3.518 habitantes.

De acordo com IBGE, a taxa de urbanização equivale ao número de pessoas que vive nas cidades, outros aspectos, porém, devem ser levados em consideração para traçar esse índice, principalmente, a atividade econômica que predomina.

Três Lagoas possui maior dinamismo populacional em relação aos municípios da região, representando, assim, um papel importante no processo de desconcentração da população, dado que proporciona um maior equilíbrio interurbano a partir da redução do fluxo migratório em direção às metrópoles, assim como o êxodo rural. De acordo com Santos:

Na medida em que, nos países subdesenvolvidos, o êxodo rural alcança dimensões e uma rapidez sem precedentes, as migrações constituem um elemento primordial das relações cidade-região e têm como características principais o fato de que se dão praticamente em sentido único, e isso em uma “bacia urbana” que não coincide necessariamente com a área de influência econômica da cidade. (2008, p.136).

O parâmetro demográfico é utilizado para classificar as cidades médias, contudo o recorte demográfico identifica apenas a faixa que pode conter cidades médias, identifica as cidades de porte intermediário, mas não aquelas que exercem essencialmente o papel de cidade média (BESSA, 1995).

A necessidade de superar as classificações baseadas no tamanho demográfico é alcançada com a inserção de outras dimensões como: posição que a cidade ocupa na região e na rede urbana, a dinâmica socioeconômica, a dinâmica territorial intraurbana em seus diferentes processos e atores produtores e consumidores de espaço (RAMIRES, 2007).

Por isso a importância de analisar a capacidade de oferta de bens e serviços dos núcleos da região, para posteriormente verificar as redes de relações que se estabelecem.

A Tabela 3 mostra a disposição dos estabelecimentos comerciais dos núcleos da Mesorregião Leste.

Tabela 3: Mesorregião Leste de MS. Estabelecimentos comerciais. 2010

Municípios	Atacadista	Varejista	Total
Três Lagoas	70	971	1.041
Paranaíba	37	606	643
Nova Andradina	22	616	638
Chapadão do Sul	36	394	430
Costa Rica	17	306	323
Cassilândia	15	282	297
Ap ^a do Taboado	9	257	266
Bataguassu	14	247	261
Ribas do Rio Pardo	39	208	247
Água Clara	15	160	175
Brasilândia	5	137	142
Inocência	1	115	116
Bataiporã	2	102	104
Anaurilândia	1	77	78
Santa Rita do Pardo	1	52	53
Selvíria	3	38	41
Taquarussu	-	29	29

Fonte: SEMAC/2010.

Quando se considera a variável estabelecimentos comerciais, a hierarquia da rede – as 5 cidades com maior número de empreendimentos – apresenta-se em ordem decrescente – número de empreendimentos – da seguinte forma: 1) Três Lagoas conta com 1.041 estabelecimentos comerciais; 2) Paranaíba possui 643; 3) Nova Andradina dispõe de 638; 4) Chapadão do Sul possui 430 empreendimentos; 5) Cassilândia dispõe de 297 empreendimentos. Taquarussu é a cidade com o

menor número de estabelecimentos comerciais, 29 varejistas e nenhum atacadista. Esta é, portanto, a cidade com menor importância na rede, em número de estabelecimentos comerciais.

A Tabela 4 mostra a quantidade de estabelecimentos industriais nas cidades da região.

Tabela 4: Estabelecimentos Industriais

Municípios	Quantidade	
	2008	2009
Três Lagoas	238	244
Paranaíba	84	105
Nova Andradina	76	87
Água Clara	74	86
Aparecida do Taboado	64	66
Ribas do Rio Pardo	57	57
Chapadão do Sul	50	52
Cassilândia	41	51
Brasilândia	40	47
Bataguassu	32	46
Costa Rica	30	36
Batayporã	22	24
Anaurilândia	12	14
Inocência	13	13
Selvíria	13	13
Taquarussu	3	5
Santa Rita do Pardo	1	1

Fonte: SEMAC/MS2010

Por conseguinte os tipos de estabelecimentos industriais que prevalecem nos municípios são: agropecuária, artefatos de cimento, bebida, calçadista, carvoaria, construção civil, embalagens, embalagens plásticas, energia elétrica, madeireira, petroquímico, plástico, produtos eletrônicos, química, têxtil.

Quanto aos estabelecimentos industriais, verifica-se que Santa Rita do Pardo é o município de menos expressão, já que possui apenas uma empresa. Decorre daí o fato da principal arrecadação do município ser baseada na atividade agropecuária, da mesma forma como ocorre com Inocência, Ribas do Rio Pardo e Selvíria, que não dispõem de aumento do número de empreendimentos industriais no período de 2008-2009.

Os municípios que mais sediaram novas indústrias, acima de 5, durante esse período foram Bataguassu, Brasilândia, Cassilândia, Costa Rica, Nova Andradina,

Paranaíba e Três Lagoas, sendo este, o de maior expressividade quanto ao setor industrial na região.

De forma hierárquica, apresentam-se Três Lagoas com 244 estabelecimentos, Paranaíba e Nova Andradina com 105 e 87 respectivamente. Esse crescimento do número de indústrias no interior do país decorre da política de desconcentração industrial e a nova lógica de articulação do capital, postura assumida no Brasil em meados da década de 1970, assunto debatido mais adiante.

Dentre os aspectos mais importantes para viabilizar essa desconcentração, os municípios supracitados oferecem vantagens para a instalação de empresas. Em decorrência dessa dinâmica industrial, verifica-se as disparidades do Produto Interno Bruto dos municípios, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5: PIB dos municípios da Mesorregião Leste

Municípios	2008	
	Valor do PIB	Ranking no PIB/MS
Três Lagoas	1.518.087.106	4
Nova Andradina	597.429.494	8
Chapadão do Sul	520.498.708	11
Paranaíba	483.746.300	13
Ribas do Rio Pardo	402.948.920	14
Costa Rica	398.625.342	16
Aparecida do Taboado	328.265.460	19
Bataguassu	305.900.319	21
Água Clara	276.058.442	22
Cassilândia	212.279.470	28
Brasilândia	188.768.497	38
Batayporã	145.868.985	44
Santa Rita do Pardo	139.368.303	45
Inocência	132.802.689	47
Anaurilândia	94.976.892	53
Selvíria	84.676.149	62
Taquarussu	42.122.528	77

Fonte: SEMAC/MS, 2008.

O município que apresenta o menor PIB da região é Taquarussu, com uma economia voltada para o setor agrícola, possui o PIB nesse setor de 17.813 reais, enquanto na indústria o total foi de 2.230. Os municípios de mais expressividade são Três Lagoas seguida de Nova Andradina e Chapadão do Sul.

O município de Chapadão do Sul, por também estar em processo de industrialização, obteve recentemente, filial da Cargil e da ADM e a instalação de

maior porte de maior porte, a Usina Sucroalcooleira Lago Agrícola SA, proveniente de uma sociedade de agentes territoriais: o dono das terras, onde a usina se instalou, em conjunto com dois investidores brasileiros, sendo um deles também proprietário da empresa de calçados Grendene. A presença dessas empresas explica o elevado valor do PIB.

A Tabela 6 revela uma nova dinâmica econômica em Três Lagoas a partir do aumento do número de indústrias. Verifica-se o reflexo desse crescimento em outros setores da economia, principalmente, no de comércios e serviços, que tiveram o crescimento pautado no aumento da procura.

É nesse contexto que a cidade consolida forte centralidade no âmbito do oferecimento de comércios e serviços especializados, que extrapola o espaço intraurbano, polarizando algumas cidades da região.

Como resultado das dinâmicas econômicas dos municípios, a Tabela 6 mostra a arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), referente ao ano de 2009.

Tabela 6: Arrecadação de ICMS dos municípios, por atividade econômica

Municípios	Comércio	Indústria	Pecuária	Agricultura	Serviços	Total
Três Lagoas	24.264.421,95	43.801.867,45	21.668.860,70	34.440.322,50	25.744.718,43	152.817.409,48
Bataguassu	4.968.138,82	11.499.703,09	22.812.997,84	371.593,17	150.011,58	39.802.444,50
Paranaíba	7.126.130,04	3.175.422,98	15.091.598,36	8.107.446,56	3.951.935,55	37.452.533,49
Nova Andradina	8.907.229,67	5.422.005,34	14.326.970,88	2.373.810,24	175.098,59	31.205.114,72
Chapadão do Sul	9.226.251,03	191.638,81	3.115.515,93	14.122.928,13	1.418.845,96	28.075.179,86
Costa Rica	2.910.793,04	205.546,89	4.925.226,10	16.797.264,77	153.778,89	24.992.609,69
Ribas do Rio Pardo	1.460.930,62	5.616.275,58	14.138.468,89	473.784,44	457.066,42	22.257.836,46
Aparecida do Taboado	2.888.994,29	6.708.370,27	9.067.431,98	1.698.757,15	89.148,32	20.864.010,91
Água Clara	1.664.572,46	2.061.469,96	12.602.412,43	2.606.873,90	107.476,31	19.042.805,06
Cassilândia	4.938.261,67	170.896,14	12.406.263,28	605.034,74	263.386,11	18.383.841,94
Brasilândia	838.542,35	59.609,91	14.261.199,82	785.874,74	64.180,10	16.009.406,92
Batayporã	758.486,81	535.516,04	12.415.162,19	561.053,59	70.372,14	14.340.590,77
Inocência	894.559,04	9.888,81	12.905.484,97	121.834,52	-	13.931.767,34
Santa Rita do Pardo	304.329,47	842,40	6.603.133,53	267.493,41	102,05	7.175.900,86
Selvíria	233.485,47	81.282,96	6.766.525,79	52.289,29	131,82	7.133.715,33
Anaurilândia	513.969,54	109.313,27	4.067.878,13	53.990,33	553,23	4.745.704,50
Taquarussu	125.263,29	392,19	1.239.367,87	271.360,92	-	1.636.384,27

Fonte: SEMAC/MS, 2009

Para a análise da Tabela 6, os municípios foram comparados de acordo com o valor da arrecadação dos impostos por atividade econômica. Considerando que a maior arrecadação de impostos dos municípios de Água Clara, Anaurilândia, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Bataiporã, Brasilândia, Cassilândia, Inocência, Nova Andradina, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Taquarussu concentra-se no setor pecuário, chega-se à conclusão de que eles obtêm a predominância da base econômica nesse setor, consistindo em municípios produtores de corte e leiteiro.

Pelos dados da tabela, verifica-se que a base econômica da região não sofreu alteração nesses municípios desde sua formação inicial, ou seja, a formação socioespacial ainda é baseada na grande propriedade de terra, resultando, assim, em maiores distâncias físicas entre uma cidade e outra – característica marcante da forma espacial da rede.

Os municípios de Chapadão do Sul e Costa Rica possuem, de acordo com os dados obtidos e expostos na Tabela 6, a maior arrecadação de impostos no setor agrícola, especificamente, nas culturas de soja, algodão e milho (SEMAC/2009).

Três Lagoas é o município que concentra maior arrecadação no setor industrial, seguido da agricultura, com o cultivo do eucalipto para abastecimento das industriais de papel e celulose. Em seguida, as maiores fontes de arrecadação referem-se aos serviços, comércios e pecuária, respectivamente.

Os dados da Tabela sugerem uma nova ordem na estruturação de base urbano industrial em Três Lagoas. Tal mudança representa uma ruptura com a base agrária exportadora, o que promove mudanças no espaço intraurbano, gerando, consequentemente, reflexos na região.

Os municípios de Paranaíba e Nova Andradina, apesar de terem maior arrecadação de impostos na pecuária, são os que possuem maior número de empreendimentos industriais e comerciais em relação aos municípios cuja base é a pecuária, disso deriva o maior número de habitantes nessas cidades, pela inserção de novas atividades econômicas, qualificadas como urbanas.

Vale destacar que os municípios que possuem maior arrecadação de ICMS no setor industrial depois de Três Lagoas são Bataguassu e Aparecida do Taboado. Dessa forma, verifica-se que esses municípios estão em fase de inserção na dinâmica industrial, por obterem as amenidades supracitadas, bem como capacidade de articulação.

Os municípios de Inocência e Taquarussu são inexpressivos na arrecadação do setor de serviços, conforme ilustram os dados sobre serviços bancários da Tabela 8. O primeiro não possui Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e Taquarussu não possui nenhuma agência bancária, incluindo bancos públicos e particulares, assim como os municípios de Santa Rita do Pardo e Selvíria.

Somente Nova Andradina, Paranaíba e Três Lagoas possuem agências de bancos públicos e privados. Assim, verifica-se a vinculação da população residente nos municípios onde não há agências a municípios que as possuem, não somente no que se refere à dependência de serviços bancários, mas também a de outros serviços especializados como telefonia, educação, saúde, e comércios de maior variedade.

A Tabela 7 mostra a disposição dos serviços bancários entre as cidades em estudo.

Tabela 7: Serviços bancários por município

Municípios	Comerciais	Caixa Econômica Federal	Banco do Brasil	Total
Três Lagoas	4	1	2	7
Paranaíba	3	1	1	5
Cassilândia	3	-	1	4
Chapadão do Sul	3	-	1	4
Nova Andradina	2	1	1	4
Aparecida do Taboado	2	-	1	3
Bataguassu	2	-	1	3
Costa Rica	2	-	1	3
Ribas do Rio Pardo	1	-	1	2
Água Clara	1	-	-	1
Anaurilândia	-	-	1	1
Batayporã	-	-	1	1
Brasilândia	-	-	1	1
Inocência	1	-	-	1
Santa Rita do Pardo	-	-	-	-
Selvíria	-	-	-	-
Taquarussu	-	-	-	-

Fonte: SEMAC/2010

Apesar de Três Lagoas dispor do maior número de agências bancárias em relação à rede de cidades em análise, ainda é um serviço que necessita de investimentos uma vez que não se mostra suficiente em relação à demanda. Assim, a qualidade dos serviços bancários é falha, o que reflete a realidade do contexto nacional.

Contudo, a cidade com maior número de bancos, representa o centro que realiza a gestão do território uma vez que, a partir da reforma financeira de 1964-1967, teve início o processo de concentração/dispersão bancária, com a diminuição progressiva do número de bancos e o aumento de agências. As sedes bancárias encontram-se, majoritariamente, na metrópole de São Paulo (CORRÊA, 2006).

Dessa forma, a gestão da atividade bancária está relacionada com a gestão do território, já que a rede bancária exerce importante papel na circulação do capital por representar a base centralizadora.

Nessa perspectiva, Corrêa (2006) afirma que o número de bancos tende a diminuir com as privatizações e fusões e a sede permanecer na grande metrópole, de onde se exerce a gestão do território nacional, ao mesmo tempo em que há também a tendência da abertura de agências no interior do país, intensificando o processo de descentralização.

Verifica-se, então, maior estagnação do crescimento econômico dos municípios que possuem as atividades de pecuária e de agricultura como base econômica. Isso porque essas atividades requerem menos infraestrutura e instalação de equipamentos e a utilização de um número limitado de trabalhadores, principalmente, com a mecanização da agricultura.

O produto agrícola que prevalece na região, com exceção de Bataguassu e Inocência em que predomina a cultura de mandioca, é a cana de açúcar seguida da soja. Em Três Lagoas, prevalece o plantio do eucalipto para o fornecimento de matéria-prima à Fibria, indústria de papel e celulose. Foram utilizados 210 mil hectares para a plantação de eucalipto nos municípios de Três Lagoas, Selvíria e Anaurilândia.

No setor sucroalcooleiro, o estado de Mato Grosso do Sul possui nove usinas, que estão localizadas nos municípios de: Aparecida do Taboado, Brasilândia, Maracaju, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Rio Brilhante, Sidrolândia e Sonora – a maioria deles situados na porção sul do estado (SABADIN & GONÇALVES, 2005).

Alguns municípios, como Batayporã, Paranaíba, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Taquarussu, que não possuem usinas, destacam-se, ainda assim, no cultivo da cana de açúcar, pois são fornecedores de cana para as usinas dos municípios vizinhos, como: Aparecida do Taboado, Brasilândia e Nova Andradina.

Dessa maneira, verifica-se que os pequenos núcleos se transformam, a partir da agricultura moderna, em locais de especialização produtiva e fornecem matéria-prima para a indústria, localizada na cidade mais industrializada.

As pequenas cidades não tendem a desaparecer, pois exercem uma função na rede: de acordo com Corrêa (2006), as atividades executadas nos pequenos núcleos as reafirmam como cidade do campo, centros voltados para a agricultura e pecuária. Pode-se afirmar que constituem parte essencial do complexo agroindustrial, tal a presença nelas de atividades situadas tanto a montante como a jusante da produção agrícola *stricto sensu*.

O predomínio do cultivo de soja e cana de açúcar na região é resultante das grandes propriedades rurais, responsáveis, entre outros fatores, pela formação de um complexo agroindustrial.

Com exceção dos municípios de Chapadão do Sul, Costa Rica e Três Lagoas, a maior arrecadação de impostos das cidades da rede é proveniente da pecuária. Destacando-se a criação de bovinos como o principal rebanho, tais municípios possuem o leite como principal produto derivado da sua atividade dominante – a pecuária. A Tabela 8 mostra dados referentes ao setor pecuarista dos municípios que possuem arrecadação nesse setor da economia.

Tabela 8: Mesorregião Leste de MS. Rebanho e produção de leite

Municípios	Rebanho de bovinos (cabeças)	Produto da pecuária-leite (mil litros)
Ribas do Rio Pardo	1.176.151	7.070
Água Clara	692.904	5.275
Santa Rita do Pardo	556.408	3.838
Brasilândia	489.400	4.581
Paranaíba	484.373	33.906
Inocência	465.056	11.816
Nova Andradina	439.335	8.039
Anaurilândia	283.890	6.598
Aparecida do Taboado	207.449	13.566
Cassilândia	269.560	8.486
Selvíria	244.027	4.837
Batayporã	202.978	4.531
Bataguassu	187.534	9.393
Taquarussu	108.020	1.310

Fonte: SEMAC/MS, 2010.

Segundo a Tabela 8, o município de Ribas do Rio Pardo possui maior número de cabeças de gado em relação aos demais municípios da rede, contudo, o maior

produtor de leite é Paranaíba, caracterizando o rebanho bovino de Ribas do Rio Pardo como gado de corte. Seguindo Ribas do Rio Pardo, os municípios de maior número de cabeças de gado são Água Clara e Santa Rita do Pardo.

As grandes extensões territoriais verificadas nos municípios da mesorregião em estudo são derivadas da formação espacial pautada na grande propriedade – marca caracterizadora de parte expressiva do território brasileiro.

Ribas do Rio Pardo é o maior município em extensão territorial da região, seguido de Água Clara, Três Lagoas e Santa Rita do Pardo, representando esses 4,85%, 3,09%, 2,86% e 1,72%, respectivamente, do território do Estado.

Com exceção de Três Lagoas, que no atual período possui economia voltada para setor industrial e a maior parte de suas terras cultivadas para plantação de eucalipto, os três municípios são os maiores produtores de gado da região.

Ainda em relação à extensão territorial, o menor município é Taquarussu, que possui a menor expressividade na criação de bovinos e na produção de leite e a plantação de cana de açúcar como sua atividade agrária predominante.

Nessa perspectiva, vê-se que os municípios situados na porção sul da região estudada possuem a predominância do plantio da cana de açúcar, seguindo a lógica do estado, que teve as fronteiras abertas para investimentos do capital sucroalcooleiro.

Já os municípios voltados para a criação de bovinos e produção de leite têm uma parte de sua produção destinada a frigoríficos e laticínios do estado e outra para exportação. O Quadro 4 mostra os empreendimentos desse setor localizados nos municípios em estudo.

Quadro 4: Mesorregião Leste de MS. Frigoríficos e Laticínios

Frigoríficos	Frigosul	Aparecida do Taboado
	Frigorifico Bela Carne	Nova Andradina
	Marfrig	Bataguassu
Laticínios	Analat	Anaurilândia
	Aporé	Paranaíba/Inocência
	Cooperativa de produtores de leite de Costa Rica	Costa Rica
	Frema	Cassilândia
	Imbauba	Água Clara
	JH Laticínios	Bataiporã
	LJ dos Anjos Almeida	Três Lagoas
	Laércio F. de Oliveira Ltda	Nova Andradina
	Laticínios Aparecida	Aparecida do Taboado

Fonte: SEMAC/2010.

Destarte, a função das pequenas cidades na rede urbana é de fornecer parte da matéria-prima bem como de concentrar parcela da força de trabalho engajada no campo.

De acordo com banco de dados do SEMAC/MS (2010), Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Nova Andradina, Santa Rita do Pardo e Taquarussu possuem os maiores índices de produção de mel em relação aos demais municípios da região bem como em relação ao produto de maior produção do município. A Tabela 9 aponta em ordem decrescente os números que comprovam a elevada produção.

Tabela 9: Produção de mel

Municípios	Produção de mel (Kg)
Chapadão do Sul	58.200
Cassilândia	48.652
Costa Rica	36.218
Nova Andradina	13.000
Santa Rita do Pardo	11.966
Taquarussu	3.000

Fonte: SEMAC/MS, 2010

A Tabela 9 mostra que Chapadão do Sul é o maior produtor de mel da região, seguido de Cassilândia. De acordo com a Revista Rural MS (2010), o estado comporta, no atual período, 28 mil colméias, produtoras 850 toneladas de mel por ano, que totalizam 1.140 apicultores distribuídos em 19 associações. O mel produzido em Mato Grosso do Sul é vendido para os estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

A Figura 11 revela as redes formadas a partir dos fluxos derivados do comércio de carne e mel produzidos na Mesorregião Leste.

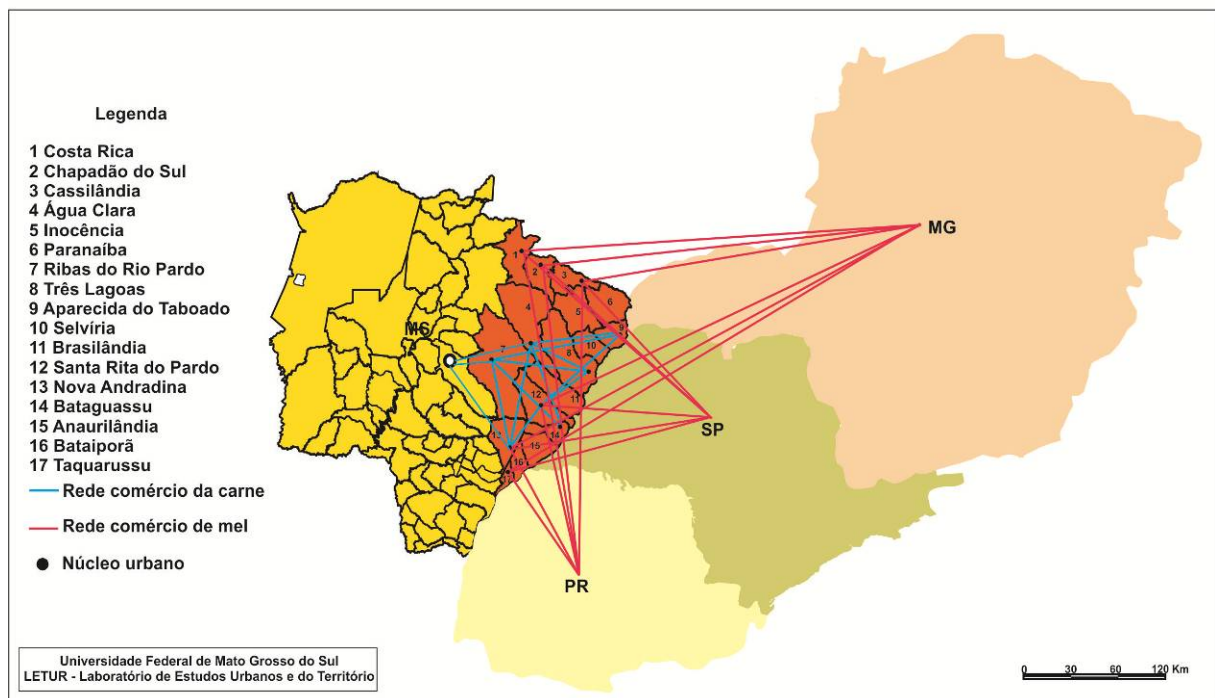


Figura 11: Espacialização das redes do comércio de carne e mel.
Organização: Patrícia H. Milani, 2011

Na Figura 11, verifica-se que, a partir das trocas de bens materiais, um sistema de linhas sobrepostas – ou tramas – se delineia no território, resultando em um tecido, cujos nós consistem nas cidades.

O mapa revela o fluxo derivado do comércio da carne bovina na região estudada, dentro das fronteiras do estado, contudo, há exportação de carne para outros países, fluxo que configura as discontinuidades territoriais. O comércio do mel extrapola as fronteiras interestaduais, abrangendo outros estados.

Os pequenos municípios que compõem a região em estudo ainda não passaram por processos de transformação de suas funcionalidades, tendo a principal atividade econômica ligada às bases tradicionais – agricultura e pecuária.

3.1.2 Educação e saúde

Em relação à educação, a Tabela 10 mostra o número de escolas nos municípios.

Tabela 10: Número de escolas

Municípios	Urbana	Rural	Total
Três Lagoas	53	3	56
Nova Andradina	33	3	36
Paranaíba	22	3	25
Cassilândia	17	-	17
Costa Rica	15	1	16
Chapadão do Sul	14	2	16
Bataguassu	10	5	15
Aparecida do Taboado	13	-	13
Água Clara	10	1	11
Ribas do Rio Pardo	10	1	11
Brasilândia	8	2	10
Anaurilândia	6	1	7
Batayporã	5	1	6
Inocência	4	2	6
Santa Rita do Pardo	5	1	6
Selvária	4	1	5
Taquarussu	4	-	4

Fonte: SEMAC/MS, 2009

O número de escolas, exposto na Tabela 14, equivale às escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio. De acordo com os dados, Bataguassu, para atender uma população de 4.600 habitantes em áreas rurais, é o município que mais dispõe de escolas na zona rural. Em contrapartida, os municípios de Aparecida do Taboado, Cassilândia e Taquarussu não possuem escolas nas áreas rurais – os alunos que residem nessas localidades necessitam de transportes públicos para o deslocamento diário até as escolas localizadas na área urbana. Taquarussu encontra-se na base da pirâmide hierárquica no quesito educação, pois possui o menor número de escolas dentre as cidades da região, por outro lado, Três Lagoas é o município de mais expressividade por contar com 56 escolas, três delas na zona rural.

Nesse contexto da educação, Três Lagoas também exerce importante função pela disposição de instituições de ensino superior, já que possui o maior número, conforme aponta a Tabela 11.

Tabela 11: M. R. Leste de MS.
Número de instituições de ensino superior.2011

Municípios	IES
Três Lagoas	5
Cassilândia	3
Nova Andradina	3
Paranaíba	3
Chapadão do Sul	2
Costa Rica	1
Ribas do Rio Pardo	1
Selvíria	1
Água Clara	-
Anaurilândia	-
Aparecida do Taboado	-
Bataguassu	-
Batayporã	-
Brasilândia	-
Inocência	-
Santa Rita do Pardo	-
Taquarussu	-

Fonte: SEMAC/MS, 2010

Dentre os 17 municípios que compõem a região, oito possuem instituições de ensino superior: de maneira crescente, apresentam-se os municípios de Costa Rica, Ribas do Rio Pardo e Selvíria com uma instituição cada, por conseguinte, Chapadão do Sul com duas, Cassilândia, Nova Andradina e Paranaíba com três e, por fim, Três Lagoas com quatro instituições, dentre as quais, duas consistem em pólos que oferecem cursos a distância.

Dessa forma, Três Lagoas exerce importante funcionalidade na rede por meio da variável educação. Para confirmar tal conclusão, 140 entrevistas com estudantes oriundos de 60 diferentes cidades foram realizadas na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em Três Lagoas, pela autora do trabalho. O Quadro 5 mostra as cidades de origem e a distância em quilômetros.

Quadro 5: Cidades de origem dos estudantes. 2011

Bahia	Km	Nº de alunos
Alcobaça	1.799	1
Itabuna	65	1
Salvador	2147	1
Espírito Santo		
Vitória	1561	2
Goiás		
Goiânia	662	1
Itumbiara	558	1
Mato Grosso		
Rio Branco	1214	1

Rondonópolis	780	2
Mato Grosso do Sul		
Água Clara	140	1
Anastácio	471	1
Aquidauna	472	1
Aparecida do Taboado	120	1
Bataguassu	138	1
Bonito	642	1
Brasilândia	70	1
Campo Grande	338	3
Cassilândia	218	1
Glória de Dourados	397	2
Mundo Novo	544	1
Nova Andradina	285	1
Paranaíba	174	1
Selvíria	66	1
Três Lagoas	-	38
Minas Gerais		
Belo Horizonte	1605	1
Iturama	296	1
Teófilo Otoni	1117	1
São Tiago	967	1
Paraná		
Campina Grande do Sul	846	1
Londrina	417	1
Nova Santa Rosa	652	1
Rio de Janeiro		
Rio de Janeiro	1212	1
São Paulo		
Adamantina	191	1
Andradina	39	10
Araçatuba	150	1
Birigui	163	3
Campinas	687	1
Castilho	30	5
Catanduva	398	2
Dracena	117	2
Fernandópolis	212	3
Guararapes	132	1
Ilha Solteira	65	7
Itajobi	1860	1
Jales	181	5
José Bonifácio	259	1
Marília	330	1
Mendonça	389	1
Miracatu	895	1
Mirandópolis	85	1
Novo Horizonte	443	4
Osvaldo Cruz	217	1
Panorama	102	1
Pereira Barreto	88	1
Pirapozinho	274	1
Presidente Epitácio	167	1

Presidente Prudente	257	1
Santa Fé do Sul	154	1
São J. do Rio Preto	306	4
São Paulo	529	2
Três Fronteiras	159	1
Tupi Paulista	133	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Para atender a esses alunos, algumas prefeituras de cidades como Ilha Solteira-SP, Bataguassu/MS, Brasilândia/MS, Aparecida do Taboado/MS e Selvíria/MS disponibilizam transporte, com ônibus nos períodos diurno e noturno. Por concentrar um maior número de estudantes, o período noturno também concentra um maior número desses veículos.

O registro da cidade mais distante foi Salvador/BA, a 2147 km, e a mais próxima foi Castilho/SP, a 30 km.

As cidades mais citadas foram, de maneira decrescente: Três Lagoas, Ilha Solteira, Andradina, Jales, Nova Andradina, Brasilândia, São José do Rio Preto, Rondonópolis, Campo Grande, Castilho, Fernandópolis, São Paulo, Birigui, Guararapes e Tupi Paulista.

Verifica-se que, dentre as cidades de origem mais citadas pelos estudantes, apenas Brasilândia e Nova Andradina estão localizadas na mesorregião Leste de MS, o que revela que a capacidade de atração da cidade não obedece aos limites político e administrativo da região, ela é pulverizada no território. Uma vez que cada variável delinea uma especificidade da rede, ou seja, sua área de influência, é possível concluir que a rede formada a partir dos fluxos da variável educação ultrapassa o Estado de Mato Grosso do Sul, conforme mostra a Figura 12.

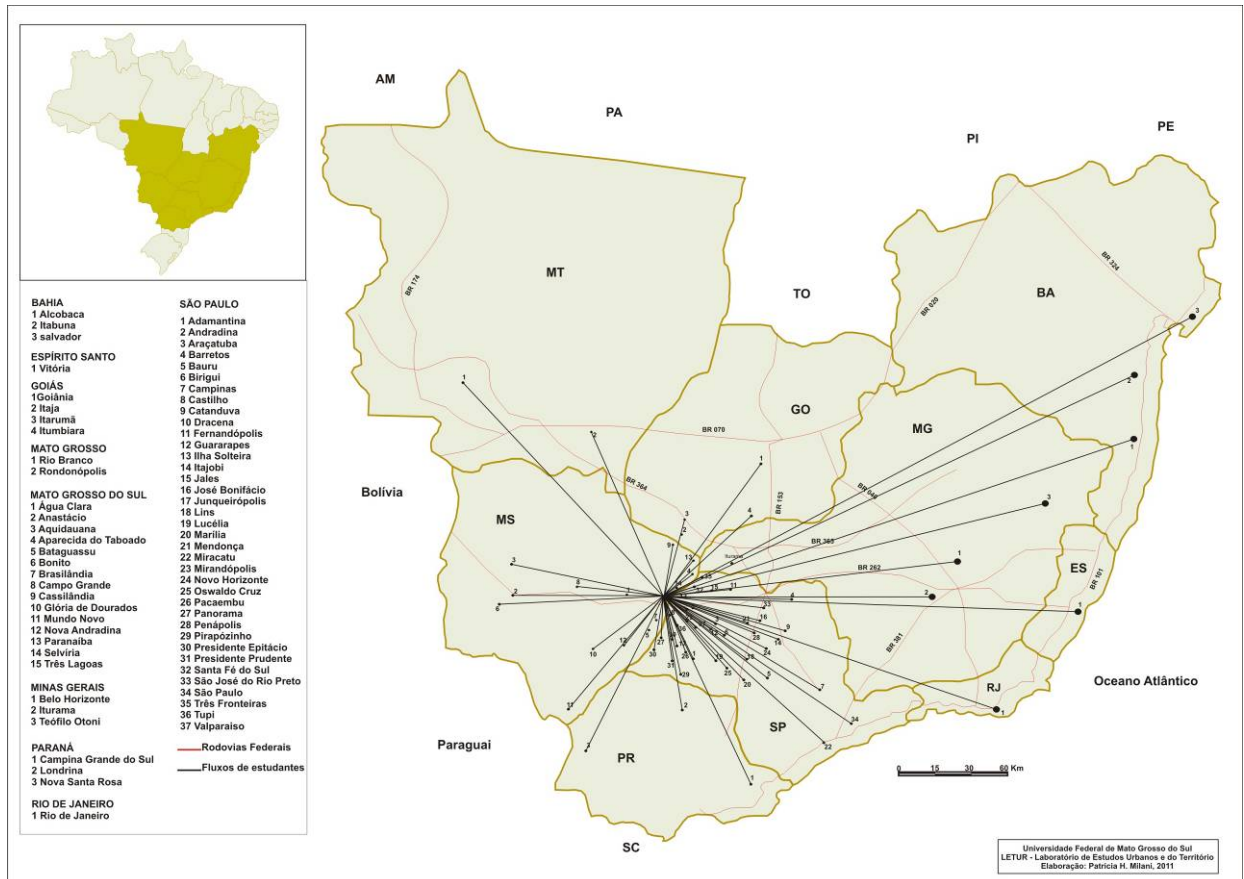


Figura 12: Alcance/Raio de abrangência do Serviço de Educação.
Organização: Milani, Patrícia Helena, 2010.

A facilidade no transporte foi citada como principal motivo dos entrevistados oriundos das cidades localizadas no entorno de Três Lagoas como Ilha Solteira/SP, Andradina/SP, Castilho/SP, Brasilândia/MS e Selvíria/MS pela opção de estudar na referida cidade. Mesmo em casos em que o estudante reside em Três Lagoas, a proximidade da cidade de origem cria a possibilidade de retornar mais vezes à cidade natal com custos menores.

Já em relação aos estudantes de Araçatuba, Birigui, Guararapes, Mirandópolis, Pereira Barreto, Fernandópolis e Jales, todos do interior de São Paulo, a razão de estudar em Três Lagoas mais apontada é a de que, na região onde moram, ou seja, dentre as cidades mais próximas de suas cidades de origem, Três Lagoas representa o núcleo que mais oferece cursos em uma universidade pública. E ainda, mesmo que não estejam a uma distância média de Três Lagoas, asseguraram que os gastos são menores se residissem em cidades como São Paulo ou até mesmo Campo Grande, capitais dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, respectivamente.

A Tabela 12 mostra a capacidade de oferta de serviços de saúde.

Tabela 12: Serviços de Saúde

Municípios	Hospital	Centro de Saúde	Posto de Saúde	Total
Três Lagoas	3	15	2	20
Nova Anadradina	2	13	1	16
Cassilândia	2	11	-	12
Paranaíba	3	9	-	12
Bataguassu	1	9	1	11
Costa Rica	2	7	-	9
Aparecida do Taboado	2	1	5	8
Bataiporã	1	1	6	8
Brasilândia	1	5	1	7
Ribas do Rio Pardo	1	5	-	6
Água Clara	1	4	-	5
Anaurilândia	1	4	-	5
Chapadão do Sul	1	3	-	4
Inocência	1	3	-	4
Selvíria	1	2	-	3
Taquarussu	-	2	1	3
Santa Rita do Pardo	-	2	-	2

Fonte: SEMAC-MS, 2010.

No que se refere à variável Serviços de Saúde (hospital, centro de saúde e posto de saúde), observou-se que as cidades com maior oferta são: a) Três Lagoas com um total de 20 locais com serviços de saúde; b) Nova Andradina com 16; c) Cassilândia conta com 12 locais de atendimento; d) Paranaíba com 12; e) Aparecida do Taboado com apenas oito locais de atendimento de saúde. A cidade com menor número de Serviços de Saúde é Santa Rita do Pardo, com somente dois postos de serviços.

Três Lagoas possui dois hospitais, um da UNIMED, estruturado nos anos de 1990, e o Hospital Nossa Senhora Auxiliadora, que apresenta uma equipe de 75 médicos, dispõe de 235 leitos ativos para atendimento de especialidades clínicas e serviços hospitalares diversos, dos quais 181 são direcionados para atendimento do SUS e os 54 demais leitos são destinados ao atendimento particular.

Conforme os dados levantados, o serviço da UNIMED, incluindo o hospital da UNIMED, representa um pólo regional, pois, por possuir sede no município de Três Lagoas, atrai pacientes de municípios como: Água Clara, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Inocência e Paranaíba.

A cidade caracteriza-se como pólo regional na prestação de serviços de saúde no setor particular do atendimento a 9 municípios sul-mato-grossenses por ser a localidade com maior número e variedade de serviços de saúde e com capacidade tecnológica mais avançada.

Devido a toda estrutura e oferta de serviços, o referido hospital exerce o papel de um centro regional, com forte atração sobre os outros, notando-se fluxos intensos de pessoas conveniadas em direção a essa localidade em busca de atendimento médico e odontológico mais especializado, conforme revela a Figura 13.

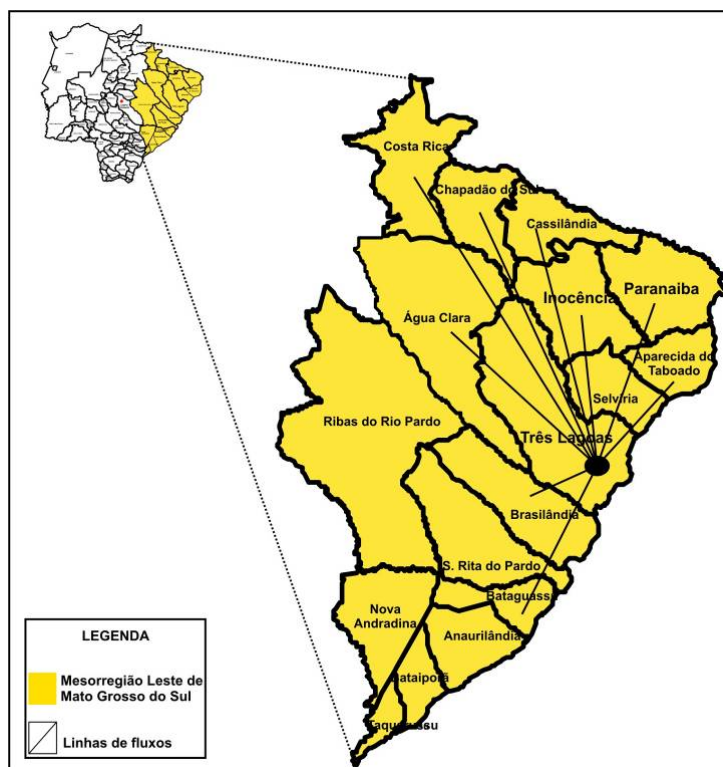


Figura 13: Alcance/Raio de abrangência do Serviço de Saúde privado. Organização: Milani, Patrícia Helena, 2010.

Assim, os fluxos verificados pelas relações de oferta e procura por serviços mais especializados definem o papel de cidade média para Três Lagoas, resultando em relações horizontais, organizando o território em continuidades, sendo a primeira escala de relações na rede, definida pelo:

[...] mercado regional, considerando-se a distância máxima a partir da qual os consumidores estejam dispostos a se deslocar para ter acesso a bens e serviços mais qualificados do que em centros urbanos menores e áreas rurais compreendidas nesse subespaço de relações (BELTRÃO SPOSITO, 2007, p. 48).

A autora ainda afirma que as cidades médias desempenham o papel de pólos, para os quais moradores de cidades menores e de áreas rurais deslocam-se para realizarem o consumo de bens e serviços mais sofisticados em comparação ao que estão disponíveis nas cidades de origem. Esses fluxos definem e marcam, no âmbito da região, a existência de um espaço de continuidade territorial, cuja

configuração é de uma área, uma vez que os fluxos ocorrem de forma material no território.

Vale destacar os serviços de educação e saúde, visto que eles viabilizam, de forma mais intensa, as relações contíguas no espaço de polarização de Três Lagoas.

Os fluxos materiais por meio do movimento de pessoas são viabilizados pelas redes de transporte estabelecidas no território, delineando as malhas. De acordo com Bernardelli, a partir do desenvolvimento industrial, o sistema rodoviário nacional adquiriu maior expressão e dinamismo:

A justificativa era promover a integração, tendo em vista não somente reduzir a desaceleração existente entre as diversas redes ferroviárias, mas também propiciar a inserção das áreas até então com crescimento limitado em razão da inexistência, em algumas delas, de uma rede de transporte (2006, p. 224).

A rede de transportes ferroviários gerou, depois de alguns anos, problemas como lentidão e estrangulamento, devido à forma como foi implantada, o que dificultou a articulação entre diferentes pontos do território.

Por sua vez, o transporte rodoviário apresenta um caráter mais flexível: ampliando a acessibilidade e a comunicação entre dois pontos, desempenha papel fundamental na consolidação da rede urbana.

A Figura 14 mostra o território interligado pelas redes materiais ferroviárias, rodoviárias, derivando o território rede.

Nessa perspectiva, Souza (1995) denomina de territórios contínuos aqueles que consistem em uma superfície e não um ponto, destacando a necessidade de considerar a estrutura espacial interna.

Os serviços de educação superior e saúde criam fortes relações entre a cidade média de Três Lagoas e as pequenas cidades da rede, sendo o primeiro não restrito à área da região estudada. As Figuras 15 e 16 mostram dois conjuntos de mapas que espacializam as variáveis analisadas na rede de cidades, além dos serviços de educação e saúde.

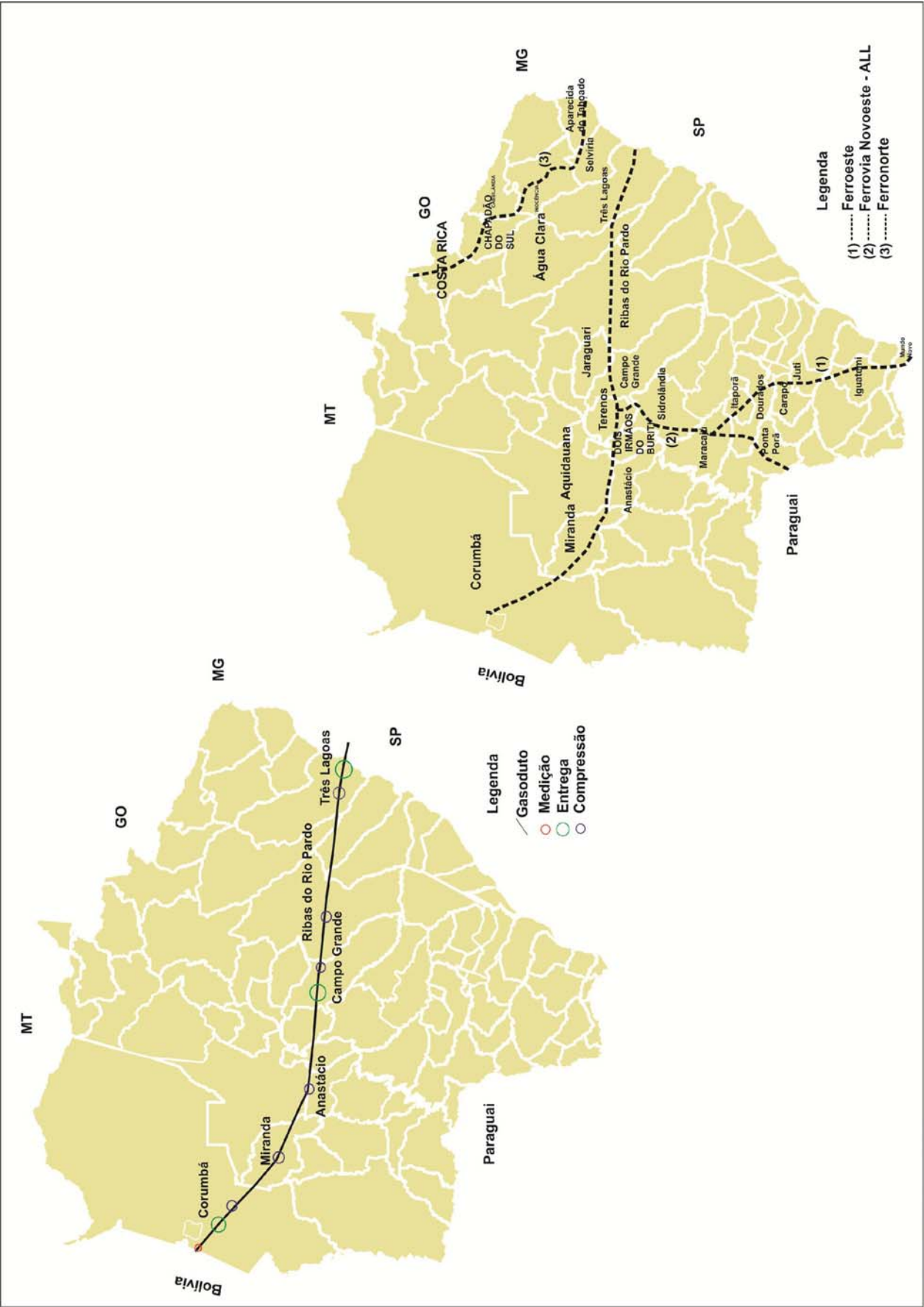


Figura 14: Redes materiais
Organização: Patrícia H. Milani, 2011.

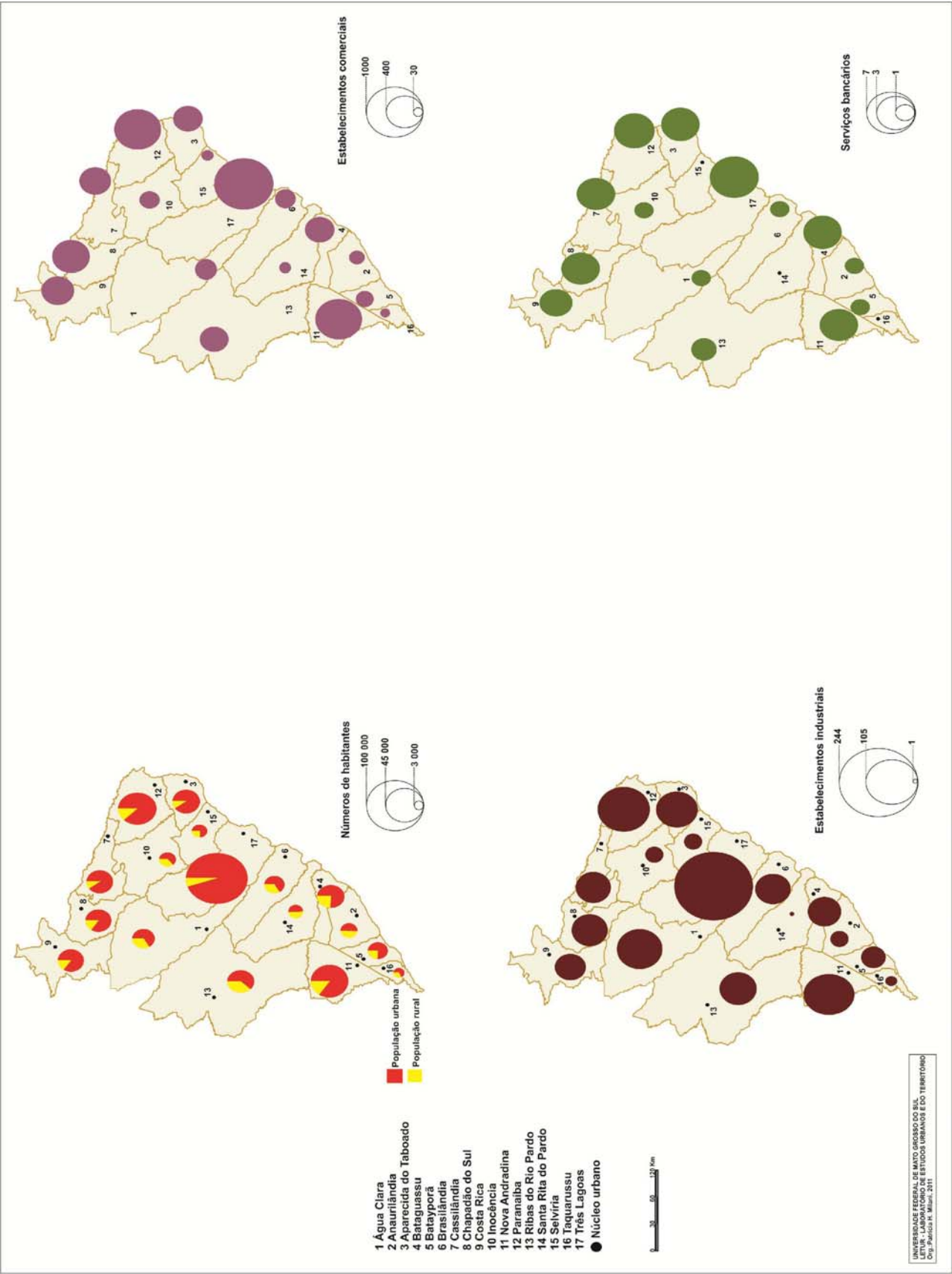


Figura 15: Representação hierárquica das variáveis: a) número de habitantes, b) estabelecimentos comerciais, c) estabelecimentos industriais, d) serviços bancários

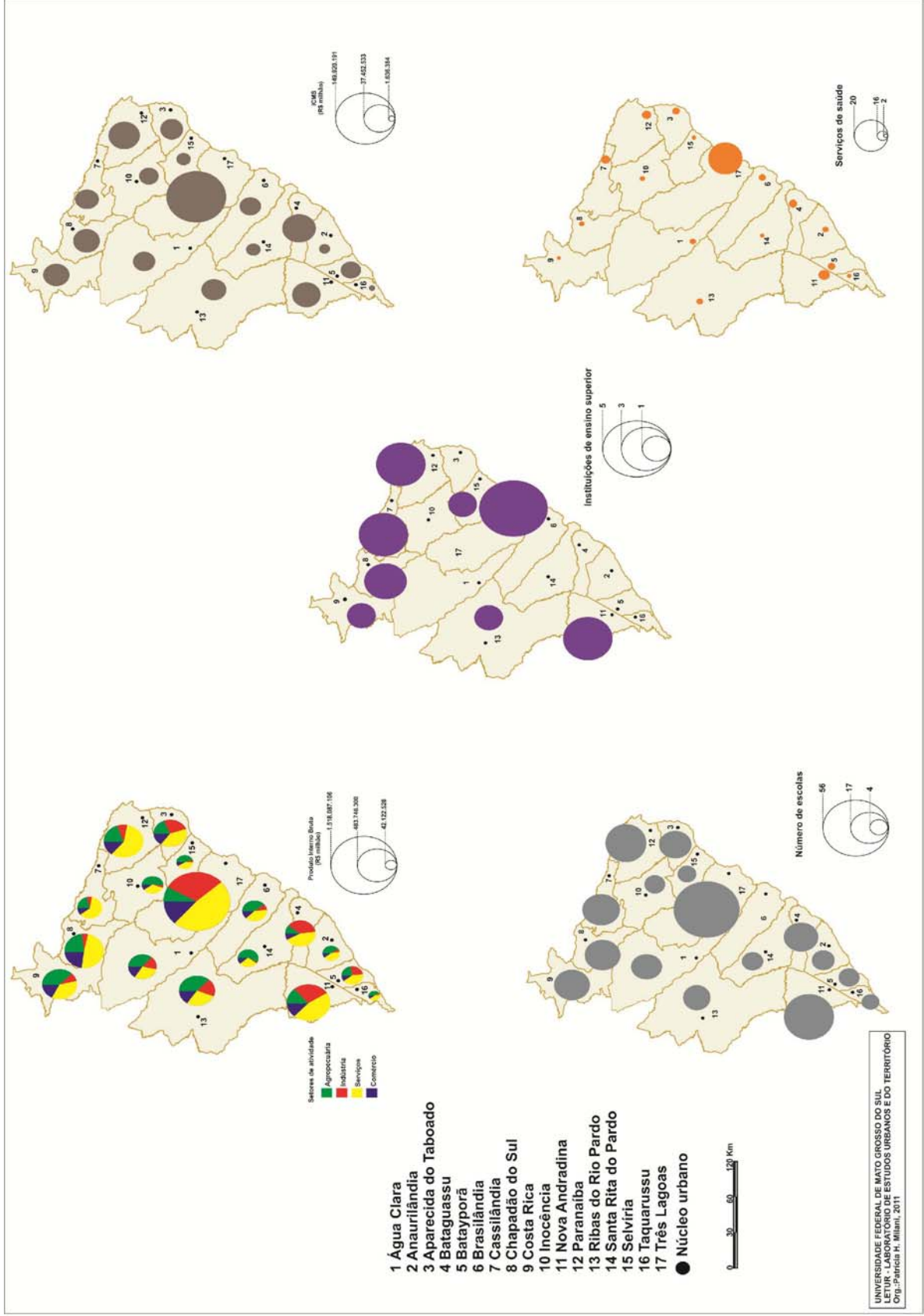


Figura 16: Representação hierárquica das variáveis: a) PIB, b) ICMS, c) Número de escolas, d) Instituições de ensino superior, e) Serviços de saúde

De acordo com a representação hierárquica das variáveis, é possível realizar uma síntese regional dos papéis que as cidades exercem em escala intra e interurbana.

Três Lagoas obtém o maior número de serviços elencados, prestando atendimento para a população local e, em alguns setores como educação e saúde, em escala regional.

As cidades de Paranaíba e Nova Andradina exercem o papel, destacado por Santos (1979), de cidades locais, cujos serviços atendem a população local.

Por fim, as demais cidades da região possuem um número restrito de serviços, que em alguns casos não atendem à própria população local, obrigando-a a se deslocar para as cidades que possuem para satisfazer algumas necessidades.

É a partir do fluxo de pessoas em busca da satisfação das necessidades como educação e saúde que os territórios da mobilidade e do cotidiano são delineados e a articulação entre as cidades da rede é ocasionada e intensificada.

De acordo com os dados das tabelas e as análises acerca da capacidade de oferta de bens e serviços dos municípios que compõem a região estudada, verifica-se que, na hierarquia urbana da rede, Três Lagoas obtém a função de cidade média, por exercer centralidade em alguns serviços na região, tais como educação e saúde.

Destarte, vê-se que as cidades de Paranaíba e Nova Andradina são consideradas como cidades locais, pois desempenham influência estritamente local, mas detêm um crescimento autossustentado e domínio territorial. As demais cidades são consideradas pequenas, em que o rural e o urbano encontram-se em estágios muito próximos. A Figura 17 retrata essa estrutura hierárquica de acordo com as proposições de Santos (1979).

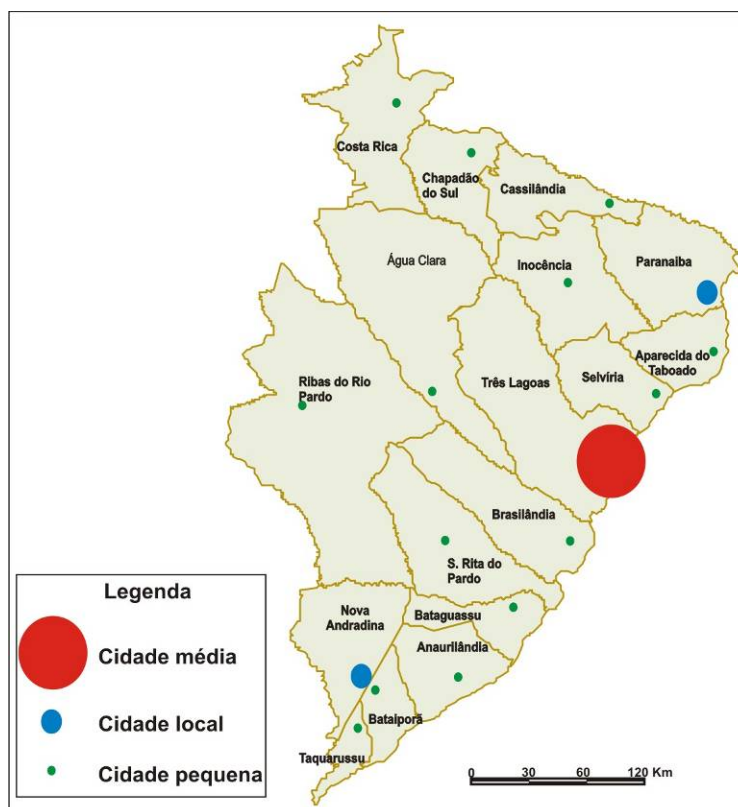


Figura 17: Mesorregião Leste MS: hierarquia urbana.
Org.: Patrícia H. Milani, 2011

Mediante os dados, evidencia-se que as hierarquias não deixam de existir, visto que muitos moradores dos pequenos centros têm a necessidade de buscar determinados serviços existentes em centros maiores.

De acordo com Soares (2007), o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) utiliza a denominação de pequenos centros e os subdivide em três grupos, por tamanho populacional, sendo o primeiro grupo as cidades de até 10.000 habitantes; o segundo as cidades de 10.000 a 20.000 habitantes e o terceiro, de 20.000 a 50.000 habitantes. Assim, verifica-se, na região estudada, a presença de pequenos centros nos três níveis propostos pelo IPEA.

Configuram em pequenos municípios do primeiro nível, em ordem crescente: Taquarussu, Selvíria, Santa Rita do Pardo, Inocência e Anaurilândia, estes com menos de 10.000 habitantes. Há também os municípios do segundo grupo, de 10.000 a 20.000 habitantes, também em ordem crescente: Bataiporã, Brasilândia, Água Clara, Chapadão do Sul, Costa Rica e Bataguassu. Por fim, no terceiro bloco, encontram-se os municípios de Ribas do Rio Pardo, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Paranaíba e Nova Andradina, no intervalo de 20.000 a 50.000 habitantes.

Nessa perspectiva, as localidades com menos de 50 mil habitantes possuem o rural e o urbano muito próximos, sendo difícil realizar uma análise em que essas duas realidades estivessem dissociadas, pois, mesmo que seja predominantemente urbana, uma significativa porcentagem da população trabalha no meio rural, mantendo uma forte ligação histórica na base econômica (SOARES, 2007).

A busca de serviços mais especializados em Três Lagoas requer dos moradores das pequenas cidades condições financeiras para cobrir os gastos desde os deslocamentos até a compra final. Desse modo, aqueles que não possuem essas condições, devem suprir suas necessidades de consumo na própria cidade pequena.

Todavia, para Santos (1979), apesar de os pequenos núcleos terem um nível urbano elementar, possuem importância fundamental para a sobrevivência de seu entorno imediato, satisfazendo, na medida do possível, as necessidades dos moradores dos núcleos e da zona rural localmente.

Nesse sentido, a compreensão da dinâmica socioespacial das pequenas cidades não se realiza sem considerar o mundo rural, pois essas cidades voltam-se para o campo seja através do deslocamento físico promovido pela facilidade de acesso a veículos automotores, expansão dos sistemas viários, ou ainda pela veiculação de valores, símbolos e práticas pertencentes a universos culturais distintos. Assim sendo, verifica-se uma realidade muito ambígua que contém características e indicadores do campo e da cidade, e desse modo, o urbano está profundamente relacionado ao rural que lhe é contíguo (SOARES, 2007, p. 471).

Portanto, mesmo diante de uma situação ainda primária quanto aos serviços e comércios, o conjunto de pequenas cidades também exerce importância econômica e política para a região em que estão presentes.

Algumas cidades da rede urbana em estudo, como Três Lagoas, estão sendo (re) estruturadas a partir da intensificação das relações territoriais local-global. Dessa maneira, a intensificação do processo de globalização impactou a dinâmica da rede urbana, uma vez que houve o espraiamento das atividades produtivas dos grandes centros para algumas cidades do interior do país.

Para Corrêa (2006, p.256):

[...] a rede urbana impactada pela globalização, na qual, cada centro por minúsculo que seja, participa ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção, produzindo, distribuindo ou apenas consumindo bens, serviços e informações que crescentemente, circulam por meio da efetiva ação de corporações globais, como, entre tantas, a Coca-Cola, IBM, Nestlé, Phillip, Adidas, Fiat, Toyota, entre outras. E também por intermédio da rede bancária articulada globalmente.

A partir dessa perspectiva, a rede urbana não deve mais ser analisada considerando somente as relações contínuas do território, pois as cidades mantêm relações com territórios distantes sem a necessidade de obedecer a escala hierárquica.

3.2 Descontinuidade territorial

A rede urbana, por volta de 1960, era marcada pela pequena complexidade funcional dos centros, baixo grau de articulação, bem como simples padrão espacial.

De acordo com Corrêa (2006), os centros apresentavam inexpressiva complexidade funcional devido à pequena divisão territorial do trabalho, as atividades industriais ainda não estavam concentradas nas metrópoles, predominava o baixo grau de articulação entre os centros devido ao período de não desenvolvimento das técnicas de transporte e comunicação.

A partir da década de 1970, as redes urbanas no Brasil sofreram profundas mudanças, decorrentes da desconcentração industrial, viabilizada por meio do desenvolvimento das técnicas de comunicação e transporte, o que possibilitou a diversificação das interações espaciais com a incorporação de novas áreas ao processo produtivo global. Essas mudanças refletiram de forma direta na redefinição dos papéis das cidades e, por conseguinte, na rede.

A rede urbana tornou-se um fenômeno mais complexo, pois as mudanças ocorridas determinaram novos modos de interação das cidades, a partir de alterações como: o tamanho, a densidade, funções e interações espaciais dos centros. Dessa forma:

Fatores tais como a redução nos custos de transporte, facilidades na área de telecomunicações, boa mobilidade para as pessoas, generalização de serviços, equipamentos e comércios, que antes foram reservados às grandes cidades, bem como os serviços de alta especialização, constituem alguns dos fatores que concorreram para as mudanças processadas na organização das redes (OLIVEIRA, 2003, p.103)

Consequentemente, a rede urbana sofreu alterações em seus aspectos estruturais: dimensionais, funcionais e espaciais (CORRÊA, 2004).

Verifica-se que a rede estudada, apesar de possuir aspectos e dinâmicas singulares, também passou por processo de reestruturação, na medida em que algumas cidades se refuncionalizaram, bem como passou a manter relações descontínuas no espaço.

A estrutura dimensional da rede da mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul é balizada pela presença de uma cidade média, em que a rede não é macrocefálica, ou seja, não há a polarização de apenas uma cidade primaz, sendo essa fornecedora de bens e serviços para sua hinterlândia. De acordo com Corrêa (1989, p. 72):

A cidade primaz concentra a maior parte do comércio atacadista exportador e importador, através do qual toda a região vê viabilizada a sua participação na divisão internacional do trabalho. Concentra assim a maior parte da renda bem como a elite regional de raízes fundiária e mercantil. Principal mercado de trabalho urbano transforma-se no mais importante foco das correntes migratórias de destino urbano.

Expressões como cidade primaz, metrópole regional, capital regional, centro de zona e centro local, utilizadas nos estudos em pauta, refletem a natureza hierárquica dos centros da rede urbana (CORRÊA, 1989).

De acordo com Corrêa (2006), a primazia urbana diz respeito à importância desmesurada de uma cidade principal, que é pelo menos duas vezes maior que a segunda. Essa macrocefalia da rede urbana foi vista como sendo correlata com o subdesenvolvimento.

Destarte, o autor explana o conceito contraditório à primazia urbana, sendo a distribuição do tamanho de acordo com a regra ordem – tamanho, onde a maior cidade teria um tamanho 1, a segunda $\frac{1}{2}$, a terceira $\frac{1}{3}$ e a cidade de ordem n um tamanho igual a $\frac{1}{n}$. Essa teoria foi considerada uma expressão do desenvolvimento nacional: (...) traduzindo o equilíbrio entre forças indutoras de um crescimento difuso por toda a rede urbana e forças indutoras de um crescimento concentrado na principal cidade (CORRÊA, 2006).

A teoria da regra ordem – tamanho foi consolidada com o desenvolvimento das cidades médias, interlocutoras entre as pequenas e grandes cidades, assim as

relações entre os núcleos urbanos não são engessadas, ou seja, não obedecem a uma hierarquia estratificada.

Há, em Três Lagoas, alguns serviços especializados não disponíveis a que as pessoas buscam em outros centros já consolidados como cidades médias, como Araçatuba/SP e São José do Rio Preto/SP. Isso demonstra como as relações sociais não seguem uma hierarquia urbana rígida, havendo múltiplas opções para a busca de serviços.

A estrutura funcional da rede assume importância relevante na análise, uma vez que, sem as diferenças entre as atividades executadas nos núcleos, não existiria a rede urbana.

No processo de diferenciação dos centros, entram dois mecanismos que tendem a atuarem simultaneamente, ainda que com intensidades diferentes: competição e cooperação.

Ao considerar a hierarquia urbana, a competição prevalece: pela acirrada disputa entre empresas comerciais e de prestação de serviços de distintos centros por hinterlândias mais amplas, absorvendo ou reduzindo hinterlândias de centros rivais (CORREIA, 2004, p.68). Já a cooperação tende a acontecer entre centros que possuem empresas com funções complementares, assim os pares se associam: competição-hierarquia e cooperação-complementariedade.

O que se verifica na rede da região em estudo é a complementariedade do ponto de vista externo, ou seja, suplementação entre as cidades de maior nível hierárquico, por conseguinte, em escala interna, predomina a competição entre alguns centros.

De acordo com Oliveira (2003), o desenvolvimento da produção, da circulação, da informação e das novas formas de consumo tem gerado novas funcionalidades entre os centros urbanos e uma nova configuração no interior das redes. Diante disso é possível uma relação de complementariedade e prestação de serviços entre a pequena cidade local com a cidade média.

A partir dessas novas relações entre as cidades, não é mais possível analisar a rede urbana considerando somente a hierarquia estratificada, conforme as proposições de Christaller, na década de 1930, em que descartava relações entre as cidades de níveis diferentes de desenvolvimento.

A dificuldade em analisar a rede urbana de forma estratificada pode ser comprovada com a análise das relações entre as cidades da região em estudo, em

que as pequenas e médias cidades podem manter relações com grandes centros nacionais e internacionais. Vê-se que Três Lagoas, por meio da exportação dos produtos industrializados em seu território, obtém relações diretas com cidades de países asiáticos, europeus e norte americanos, sem perpassar pelas metrópoles brasileiras.

Nessa perspectiva, os moradores das pequenas cidades da rede não tendo como satisfazer essencialmente suas necessidades de compras e serviços em Três Lagoas, podem se deslocar a outras cidades do estado de Mato Grosso do Sul ou fora dele, como Araçatuba e São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo.

Para Ramires (2007), as redes urbanas tornaram-se mais complexas e intensas ao romperem com as tradicionais estruturas hierárquicas, ou seja, com as estruturas de fluxos de cidades pequenas para as cidades médias, e destas, para as grandes cidades. Para o autor, essa nova dinâmica territorial é viabilizada pelo avanço dos meios de informação:

No momento atual, destaca-se o relevante papel da informática e das telecomunicações na dinâmica de estruturação/reestruturação do espaço geográfico. Presenciamos um momento em que a interdependência da técnica e da ciência em todas as esferas da vida social atingiu níveis sem precedentes na história da humanidade (RAMIRES, 2007, p.178).

Nota-se que o processo de mundialização não implica o desaparecimento de uma estrutura hierarquizada de relações e articulações entre as cidades, mas que possibilita maiores interações entre elas, independente de seu tamanho, funcionalidade ou localização (OLIVEIRA, 2003).

A tendência dessa estrutura hierarquizada pode ser verificada a partir da forte política de incentivos fiscais no âmbito estadual e municipal para que o município de Três Lagoas receba investimentos industriais e, por conseguinte, de comércios e serviços especializados, exercendo a competição entre os centros de sua região em receber esses investimentos.

Assim há a predominância da competição da rede de cidades em estudo, já que esse viés é peculiar das hierarquias em consolidação.

Quanto à estrutura espacial, é válido afirmar que permanece em mudança, já que a articulação entre os centros da rede é constante, o que resulta no aumento da complexidade dos padrões espaciais, os padrões dendríticos e christalianos tendem

a ser superados na medida em que as relações descontínuas se consolidam no território.

Contudo, alguns serviços como educação e saúde denotam a existência de uma hierarquia, da qual os pequenos centros são polarizados por uma cidade que possui esses serviços de maneira especializada.

No entanto, de acordo com Oliveira (2003), essas atividades não ficam presas em um único pólo urbano, visto que, no atual período, centros de diversos tamanhos complementam-se e nada impede que esse fluxo populacional consuma serviços em centros de porte, funções e localizações variadas.

Em estudos pretéritos, as cidades médias estavam inseridas nas redes urbanas somente de forma hierárquica, em que as articulações territoriais se davam em relação às metrópoles e às pequenas cidades, contudo, a partir do processo de reestruturação das redes, as cidades médias tendem a assumir diversos papéis. Beltrão Sposito (2006, p. 147) afirma que:

Atualmente, o reconhecimento da inserção de uma cidade média no âmbito de uma rede urbana tornou-se extremamente mais complexo. No geral, ela continua a compor a estrutura da rede hierárquica na qual seus papéis intermediários se definiram, mas há um vasto conjunto de possibilidades de estabelecimentos de relações com outras cidades e espaços que não compõem, de fato, a rede a que pertence essa cidade. A mundialização da economia e o desenvolvimento das telecomunicações ampliaram muitos os fluxos que uma cidade pode estabelecer com espaços distantes, e esses fluxos não se desenham, apenas, com cidades maiores ou menores, ao contrário, eles também se estabelecem entre cidades da mesma importância e entre outras cidades constitutivas de outras redes urbanas.

Os fluxos e as relações interurbanas hierárquicas são fortes, contudo, há a intensificação das relações que não obedecem às escalas da rede.

Nesse sentido, além das relações hierárquicas e contínuas, desenham-se relações denominadas de transversais ou descontínuas. Beltrão Sposito (2007, p. 237), afirma que:

Elas podem assim ser chamadas porque extrapolam a própria rede em que se inserem, visto que muitas, para comandar exportações de produção agrícola e industrial regional, passam a ter que se relacionar diretamente com cidades de outros países e de importâncias diferentes. As telecomunicações possibilitam essas novas formas de interação espacial. Além disso, e em função disso, a localização industrial das transnacionais pôde se liberar da tendência a se situarem nas grandes metrópoles e procurar menores

custos de produção, no que se incluem suas escolhas territoriais pelas cidades médias.

Verifica-se que as relações que se estabelecem entre as cidades médias e outros territórios não são apenas hierárquicas e podem alcançar a escala internacional.

Ademais, Souza (1992) nega a rede urbana hierarquizada e assegura a existência de conexões geográficas. Em contrapartida, Corrêa (1997) admite as interações espaciais, as quais rompem horizontes e tornam-se multidirecionadas, porém não nega a existência de redes geográficas, que se tornam mais complexas e abrangentes.

Altera-se assim o perfil dessas cidades de desempenharem apenas papéis intermediários ou de ligações entre as cidades maiores, já que vêm progressivamente participando de uma divisão territorial do trabalho que atinge a escala internacional: realizando negócios com empresas que estão sediadas em outros países, são selecionadas por conglomerados transnacionais para sediar unidades de produção industrial de suas empresas e, ainda, são parte das escolhas locacionais dos agentes econômicos que, atuando, em escala nacional ou supranacional, têm como meta a ampliação do consumo de bens e serviços cada vez mais sofisticados (BELTRÃO SPOSITO, 2006, P.152).

Em um período de mundialização, a necessidade de articulação entre diferentes escalas é fundamental para compreender as relações que definem os papéis dessas cidades.

Esse quadro assinala a nova dinâmica da rede urbana à luz das reorientações econômico-jurídicas das políticas governamentais: abandono das proteções alfandegárias, estabelecimento de vasto programa de privatizações, eliminação de barreiras ao investimento estrangeiro sobre o mercado de capitais (DIAS, 1999).

Como forma de verificar a inserção de Três Lagoas na dinâmica mundial de articulação do capital, bem como a intensificação das relações descontínuas no território, o Quadro 6 mostra as exportações da produção industrial do município, o que representa relações que não obedecem a uma hierarquia de cidades, por meio da nova lógica territorial – cidades pequenas e médias mantém interações com cidades globais nacionais e internacionais.

Quadro 6: Três Lagoas. Produtos exportados e destinos. 2011

Produtos exportados e destinos						
Alimento	Calçado	Carne	Couro	Papel/celulose	Siderurgia	Têxtil
Alemanha	Bolívia	Angola	China	China	Argentina	Bolívia
Bolívia		Ar.Saudita	Holanda	Coréia do Sul	Bolívia	Uruguai
E. Árabes		Argentina	Itália	Espanha	E.U.A	Argentina
Iraque		China	Uruguai	Holanda		Equador
Japão		Holanda	Vietnã	Itália		
Paraguai		Irã		Reino Unido		
		Japão				
		Rússia				
		Venezuela				

Fonte: FIEMS, 2011

De acordo com o Quadro 6, as exportações das produções industriais de Três Lagoas são multiescalares. Na sequência, a Figura 18 mostra de forma esquemática os fluxos derivados das exportações de Três Lagoas.

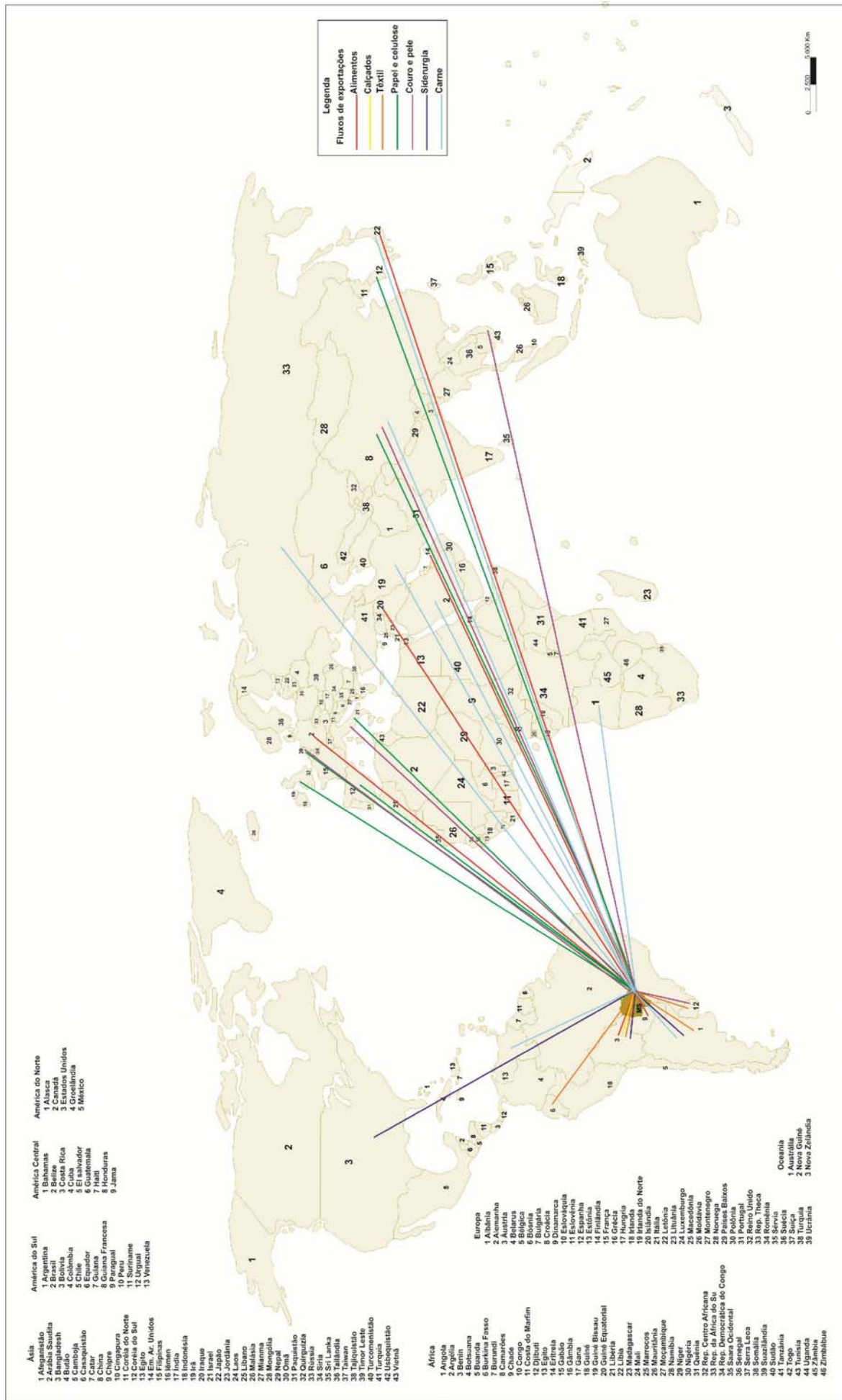


Figura 18: Representação das relações descontinuas no território
 Base cartográfica: Marcos H. P. da Silva, 2010.
 Organização: Patrícia H. Milani, 2011

Verifica-se assim, que a forma espacial da rede em estudo é marcada pela complexidade das relações, pois de acordo com Corrêa (1989) os centros realizam diferentes funções urbanas em um multivariado processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente: o território participa de modo variado na divisão territorial do trabalho.

Esse quadro revela a integração funcional de Três Lagoas enquanto uma cidade média, inserida em uma organização econômica estruturada em redes vinculadas às grandes corporações multilocalizadas, que atuam em escala global.

Verificam-se, no presente trabalho, redes geográficas que delineiam continuidades e descontinuidades territoriais. De acordo com Corrêa (1999), uma consequência da existência de várias redes geográficas, cada uma realizando um papel específico nas esferas: econômica, política, social e cultural, onde cada indivíduo, grupo social, instituição ou empresa, participa de um número enorme de redes geográficas e, ao mesmo tempo, está excluído de um número maior de redes.

Corrêa (1999), ainda menciona que, as grandes corporações criam e participam das modernas redes geográficas, de alcance global, enquanto populações inteiras das áreas mais atrasadas participam de redes que têm suas especificidades, portanto, o grau da inclusão e exclusão é variável.

Vêm-se, assim, inúmeras redes, distintas entre si segundo diversos atributos organizacionais, temporais e espaciais. Baseado em Corrêa (1999), as redes estão superpostas de modo irregular em virtude da seletividade espacial própria a cada atividade humana, assim como do respectivo e diferenciado alcance espacial.

4 TRÊS LAGOAS NO CONTEXTO DAS CIDADES MÉDIAS

4.1 Dinâmica das cidades médias

As cidades médias surgiram no contexto de formação da moderna rede urbana, a partir da segunda metade do século XIX, com a fase industrial do capitalismo em um período em que a rede de cidades da Europa ocidental e nordeste dos Estados Unidos passava pelos processos de integração e diferenciação.

Foi nesse momento que surgiu uma rede urbana articulada e possuidora de centros que exerciam funções mais diversificadas entre si, com o abandono do padrão anterior marcada por diversas cidades pouco articuladas entre si (CORRÊA, 2007).

Esse fenômeno urbano ocorreu mais especificamente na Inglaterra e na França. O que levou à política de desconcentração foi o forte processo de urbanização que visava estabelecer um equilíbrio entre os centros da rede urbana macrocefálica em Londres e Paris.

Após a Segunda Guerra Mundial, Londres, polarizadora da vida econômica e política, passava por problemas sociais e políticos. Nessa perspectiva, Corrêa afirma que:

A idéia de desconcentração traduz-se na intenção de alterar a estrutura político-administrativa do país, herdada na Idade Média, criando novas províncias cujas redes seriam as capitais regionais, cidades médias, pode-se dizer. Na França, após a Segunda Guerra Mundial, 'Paris e o deserto francês', era a expressão que denunciava a macrocefalia da capital francesa, e estabeleceu-se uma política de 'aménagement du territoire', que reforçaria o papel das 'metropoles d'équilibre', cidades médias, também pode-se dizer. (2007, p.27)

No caso brasileiro, as cidades médias foram estabelecidas como receptoras das correntes migratórias em direção aos centros metropolitanos, em meados da década de 1960, no âmbito do recém criado sistema de planejamento, que pretendia incluir a dimensão espacial nas políticas governamentais.

De acordo com Corrêa (2007), as definições das cidades residem no pressuposto de uma específica combinação entre tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intraurbano. Dessa forma, é importante relacionar essas três características que definem as cidades médias.

O tamanho demográfico significa maior ou menor economia de escala, isso envolve a cidade e seu campo de atuação, o que possibilita maior ou menor desenvolvimento das funções urbanas. Vale salientar que o tamanho demográfico possui nítidas relações com as características do espaço intraurbano. Desse modo, quanto maior o tamanho demográfico, maior será a dimensão desse espaço, que pode ser observado pela distância entre o centro e a periferia da cidade.

Da mesma maneira, a organização do espaço interno torna-se mais complexa, ou seja, há uma maior divisão econômica submetida ao processo de descentralização e formação de novos núcleos comerciais distantes da área central.

Ademais, Corrêa assegura que:

Quanto maior o tamanho demográfico e mais complexas as atividades econômicas, particularmente as funções urbanas, mais fragmentada e, por conseguinte, mais articulada será a cidade. É nesse continuum que vai de minúsculos núcleos de povoamento às cidades globais, que se inserem as cidades médias, um tipo de cidade caracterizado por uma particular combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intraurbano. (2007, p.24)

Contudo, o autor ressalva que há três principais dificuldades em conceituar as cidades médias.

A primeira equivale ao tamanho demográfico absoluto, ou seja, 200 mil habitantes têm sentido diferente quando considera, por exemplo, Estados Unidos, Finlândia e Uruguai, pois, por terem sofrido processos de urbanização diferenciados, tais países possuem distintos parâmetros em relação às dimensões absolutas de suas cidades e uma relação ainda mais distinta entre a maior ou maiores cidades e as demais.

A segunda dificuldade em conceituar cidades médias advém da escala espacial de referência, dessa maneira, Aracaju (Brasil), por exemplo, pode ser considerada como cidade média na escala brasileira, mas na escala sergipana aparece como uma macrocefálica cidade.

Por fim, a terceira dificuldade equivale ao recorte temporal, 100 mil habitantes têm significados diferentes quando referenciados a 1940, 1960, 1980 e 2000, isto é, uma cidade considerada como média no passado, poderá não ser assim considerada 20 ou 30 anos depois. Desse modo, a cidade média pode estar em constante estado transitório. Nessa perspectiva Castello Branco admite que:

[...] em relação à desigual distribuição da população e das cidades no território, é que nas Unidades da Federação com menor tamanho populacional, os centros articulados do espaço regional também apresentam menor porte que aqueles situados em áreas mais densamente ocupadas. Portanto, se considerarmos apenas seu tamanho (populacional, econômico, de fluxos, etc.), verifica-se que esses centros seriam comparáveis a centros de menor papel articulador nas áreas mais dinâmicas do país e que desempenham funções menos complexas, apresentam área de equipamento funcional mais limitado e atendem a uma área de influência de menor dimensão. Desta forma, nas classificações geográficas, é relevante considerar a localização relativa, que reflete características do sistema de povoamento. (2007, p. 94)

A autora concorda com as proposições de Corrêa (2007), uma vez que, para a análise das cidades médias, é necessário considerar o tamanho demográfico, o recorte temporal e espacial e, por fim, a funcionalidade que ela exerce na rede de cidades, ou seja, sua centralidade.

Santos (1993), ao considerar a evolução do processo de urbanização no Brasil e as transformações na rede, define o total de 100 mil habitantes, como base mínima para identificar as cidades médias, utilizando a variável tamanho populacional. O autor considera que, no ápice da hierarquia urbana brasileira, tem-se a grande cidade metropolitana; na base, a cidade pequena de influência local, e, por conseguinte, na posição intermediária a cidade média, conforme ilustra a Figura 19.

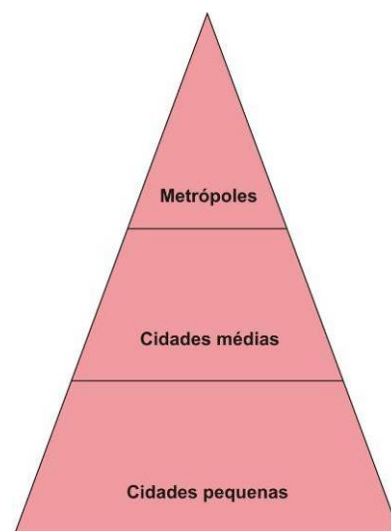


Figura 19: Hierarquia de cidades
Fonte: Santos, 1993

Um ponto de relevância, no debate acerca de cidades médias, consiste na área sobre a qual ela é capaz de exercer influência, área em que as pessoas se deslocam para ter acesso ao comércio e serviços.

Nessa mesma perspectiva, Sanfeliu e Torné (2004) apud Castello Branco (2006a, p.248) definem as cidades médias em: a) centros que oferecem bens e serviços mais ou menos especializados para sua área de influência e b) centros que constituem nós articuladores de fluxos para outros níveis da rede urbana. O Quadro 7 mostra os níveis de hierarquia urbana.

Quadro 7: Níveis de hierarquia urbana

ANOS 50 - 60		TENDÊNCIA ATUAL	
FUNÇÕES URBANAS	HIERARQUIA URBANA	FUNÇÕES URBANAS	HIERARQUIA URBANA
Superiores	Metrópole mundial Metrópole nacional	Superiores	Metrópole mundial
Médias-superiores	Metrópole regional		
Médias	Cidade grande		Metrópole nacional
Médias-inferiores	Cidade média	Intermediárias	Rede urbana (regional nacional)
Inferiores	Cidade pequena centro rural	Inferiores	Território urbanizado inter - reticular

Nível de
decisão

Fonte: Castello Branco, 2006a.

Os dados do Quadro 7 revelam 5 níveis de funções urbanas e a categoria de cidade que corresponde com cada um, nas décadas de 1950 e 1960, e, no período atual, as três funções urbanas: superiores, intermediárias e inferiores, em que cidades médias se encaixam no nível intermediário, as quais exercem importante papel na rede urbana regional pela interlocução entre pequenos e grandes centros.

Utilizando os resultados da pesquisa de Castello Branco (2007b), que pontuou os centros urbanos de acordo com a classe dos indicadores (população, economia, etc.) e o mérito estabelecido, consideram-se cidades médias os 230 centros com pontuação entre 7 e 28, distribuídos em três níveis, o primeiro correspondendo às pontuações entre 25 e 28, o segundo, entre 16 e 24, e o terceiro, de 7 a 15 pontos.

Três Lagoas (101.791 habitantes) encontra-se no terceiro nível, com 11 pontos, sendo considerada uma aglomeração urbana. De acordo com as demonstrações da autora, a cidade de Ji-Paraná - RO, com 10 pontos também é considerada aglomeração urbana e possui 116,587 mil habitantes. Isso comprova que o número populacional das cidades não pode ser determinante exclusivo na sua

classificação enquanto cidade média, mas que sua funcionalidade diante das demais cidades que compõem a rede deve ser considerada.

Diante desse quadro Beltrão Sposito assegura que:

A centralidade urbana pode ser abordada em duas escalas territoriais: a intraurbana e da rede urbana. No primeiro nível é possível focar as diferentes formas de expressão dessa centralidade tomando como referência o território da cidade ou da aglomeração urbana, a partir do seu centro ou centros. No segundo nível a análise toma como referência a cidade ou aglomeração urbana principal em relação ao conjunto de cidades de uma rede, essa por sua vez podendo ser vista em diferentes escalas e formas de articulação e configuração, de maneira a que se possam compreender os papéis da cidade central. (1998, p. 27)

Dessa forma, a cidade que exerce centralidade para os demais núcleos da rede desempenha a função de prestadora de alguns serviços e comércios não existentes nas cidades menores.

A redefinição da funcionalidade de algumas cidades e a consolidação das cidades médias revela uma nova dinâmica entre as redes de cidades brasileiras, bem como reflete uma nova forma de urbanização.

A cidade não pode ser pensada de forma finita e acabada, uma vez que está em constante processo de reprodução, de acordo com Beltrão Sposito:

A análise da relação entre urbanização e cidade permite-nos compreender o espaço urbano, como materialidade presente, mas também como processo, como acumulação de outros tempos, como expressão das formas como se organizaram e reorganizaram as cidades, tendo em vista a urbanização e suas determinações. (1999, p. 86-87)

Com a tendência ao aumento de comércios e serviços em algumas cidades, bem como a dispersão do seu tecido urbano, há também a redefinição da urbanização, uma vez que o espaço urbano é resultado de um movimento dialético com a articulação entre forma e funções. Portanto, “não se constitui apenas como produto das relações sociais, mas também como condicionador dessas relações, enquanto produz sua própria negação, através da dispersão” (WHITACKER, 2007, p.145).

Assim, no estudo das cidades médias, é necessário contextualizar a urbanização como processo e a cidade como a forma que a urbanização assume.

Para o autor, o processo ocorre em três etapas: urbanização pós Primeira Revolução Industrial, urbanização pós Segunda Revolução Industrial e a

urbanização compreendida na passagem do sistema fordista de produção para a acumulação flexível do capital.

As cidades no período da primeira Revolução Industrial tinham seu ordenamento espacial baseado na relação cidade-campo, em que a produção era o principal vetor e a partir da qual a hierarquia entre os centros se estabelecia. Dessa maneira, as cidades médias nesse período eram aquelas que dominavam e coordenavam a produção em um dado território. Segundo Beltrão Sposito:

Para compreender essas cidades era suficiente uma análise focada prevalentemente na região, ainda que já se impusesse a necessidade de se verificar as **relações** entre a escala intraurbana e a interurbana (grifo da autora). (2007, p.235)

A partir da Segunda Revolução Industrial, na segunda metade do século XX, com o avanço de algumas técnicas no Brasil, as relações horizontais se sobressaíram às relações hierárquicas. Assim, as cidades de importância semelhantes estabeleciam fluxos de complementaridade e competitividade, ultrapassando os espaços regionais, sem excluir, contudo, as relações hierárquicas com os grandes centros, as metrópoles.

Já após a Terceira Revolução Industrial, as fronteiras dos Estados Nacionais e as regiões polarizadas tendem a se dissolverem, resultando no território organizado em rede, a partir do aumento dos fluxos e da consequente desterritorialização.

Para a autora, a ampliação das possibilidades de telecomunicações, redefine os papéis das cidades médias, estabelecidos como cidades próximas e distantes, e os fluxos que, a partir delas e até elas, se desenham.

Arroyo (2006, p.76) afirma que a hierarquia entre os lugares continua existindo, ela se dá pela atuação ou não das firmas no território, e que nem todas as frações do território coincidem com essas áreas de atuação das firmas mais poderosas. Nem todas as frações do território são selecionadas para sua utilização, assim os lugares que obtêm a ação dessas grandes corporações tornam-se pontos no espaço mais complexos, com maior divisão técnica e social do trabalho.

Partindo do pressuposto que o excedente é, acima de tudo, um fluxo (Santos, 1979), quanto maior for o excedente, maior também será a circulação dos fluxos. Partindo dessa premissa, Arroyo (2006) assegura que, por haver circulações diferenciadas, cria-se uma hierarquia entre os lugares e ainda complementa:

Como as formas de utilização do excedente são decididas ora pelas empresas, ora pelo Estado (que muitas vezes representa aquelas, e não a sociedade como um todo), essa hierarquia está em permanente mudança, em função das estratégias definidas por esses agentes, ao passo que a procura de lugares mais rentáveis por parte das empresas será uma constante (p.77).

Isso ocorre, pois, no sistema capitalista de produção, o excedente torna-se lucro e as possibilidades de ganhos são diferentes dos diversos territórios, os quais sofrem adequações, não de ordem naturais, mas adequações construídas, que facilitam a obtenção de lucros para as empresas. Desse modo, a produtividade espacial revela a existência de uma hierarquia de lugares, criada e recriada em função de um movimento que é nacional e mundial (ARROYO, 2006, p.78).

A autora ainda afirma que as cidades médias assumem a produtividade espacial, no processo de competitividade com outras cidades, por uma questão econômica, política e, acima de tudo, pelo exercício do poder.

O desenvolvimento tecnológico e informacional que colaborou para a desconcentração industrial coopera também para interiorização da urbanização, na descompactação das cidades, resultando na consolidação das cidades médias.

4.2 Reordenamento territorial de Três Lagoas

Existem duas escalas de centralidade, a intraurbana e da rede de cidades. A segunda escala pode ser vista por meio das análises das variáveis elencadas no capítulo 3, por conseguinte vê-se a necessidade da abordagem intraurbana de Três Lagoas, para assim compreender a nova dinâmica das cidades médias.

A escala intraurbana tem como referência o território interno da cidade, a partir de seu centro ou centros, seu papel para seus moradores.

Nessa perspectiva, Corrêa (1989) afirma que as cidades se constituem no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, entre outras. Por meio desse conjunto de usos e disposição dos lugares, dá-se a organização territorial da cidade. De acordo com Santos:

Existem duas cidades ou diversas cidades dentro da cidade. Esse fenômeno é o resultado da oposição entre níveis de vida e entre setores de atividade econômica, isto é, entre classes sociais. Pode ser verificado e medido pela análise diferencial de um certo número de características do habitat e dos serviços de cada bairro, assim como pelas trocas entre as diferentes frações do tecido urbano. (2008, p. 190)

A partir da lógica organizacional, o urbano se produz e reproduz em espaços hierarquizados, segmentados, fragmentados e fraturados; o capital limita e diferencia a apropriação e uso do solo urbano, segrega classes e camadas sociais, o que resulta em uma cidade desigual, baseada na contradição existencial do capitalismo por meio dos conflitos e interesses entre os agentes sociais. Nessa perspectiva:

A cidade, e por extensão a rede urbana, por menor que seja, apresenta formas dotadas de grande fixidez e, por isso mesmo, apresentando uma relativamente grande capacidade de refuncionalização. Por meio desta e da continuidade do processo de criação de novas funções e suas correspondentes formas, a cidade e a rede reatualizam-se, possibilitando a coexistência de formas e funções novas e velhas (CORRÊA, 2000, p.125).

Os principais aspectos de uma cidade têm origem em sua formação inicial, características que podem permanecer até os dias atuais, outras que são modificadas ao longo do tempo por meio de processos que transformam as estruturas de acordo com interesses sociais, econômicos ou políticos.

Contudo, a estrutura primária da cidade não se modifica. A Figura 20 mostra a evolução do tecido urbano de Três Lagoas, desde o início da urbe em 1910 até o ano de 2009.

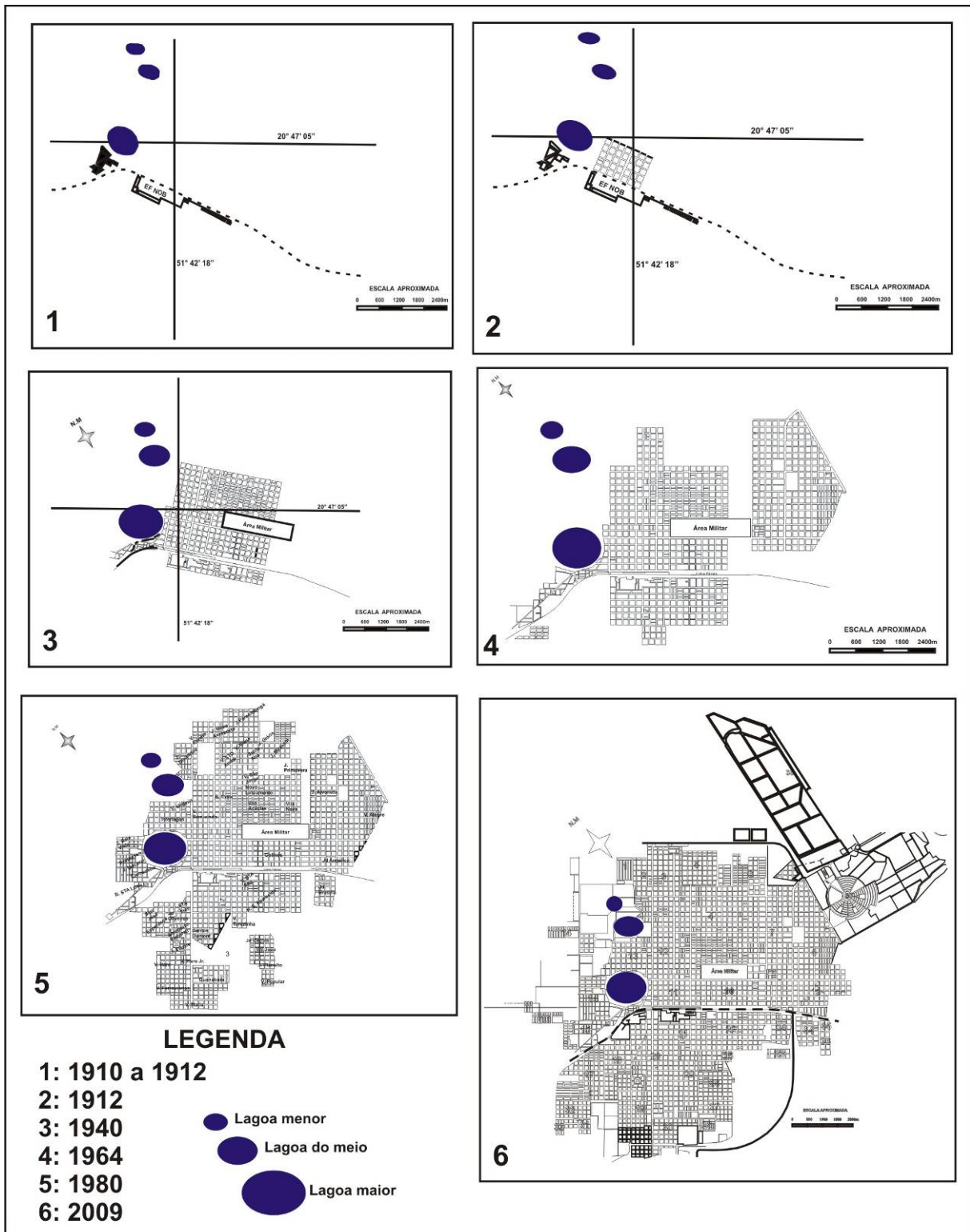


Figura 20: Evolução do tecido urbano de Três Lagoas, 1910 a 2009.

Fonte: Cattanio, 1979, Prefeitura Municipal de Três Lagoas.

Editoração e organização: Patrícia Helena Milani, 2009.

A cidade é um território construído por meio das práticas sociais e das relações de poder, um espaço onde se projetou um trabalho e que, por

consequência, revela relações marcadas pelos poderes e interesses dos agentes sociais produtores desse espaço urbano, gerando uma paisagem urbana definida como o conjunto de aspectos materiais, através dos quais a cidade se apresenta aos nossos olhos, ao mesmo tempo como entidade concreta e como organismo vivo (SANTOS, 2008).

De acordo com a periodização da rede, verifica-se que as atividades econômicas influenciaram de forma direta na evolução no tecido urbano de Três Lagoas. De acordo com os mapas 1, 2 e 3 da Figura 1, vê-se que a consolidação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil influenciou o início e o crescimento da urbe, com os primeiros comércios e serviços para atender aos trabalhadores da obra e viajantes.

Entretanto, com a construção da Usina Hidrelétrica Eng° Souza Dias (1964), houve novamente aumento da demanda por comércios e serviços, com a chegada de trabalhadores da referida usina. Esse é o principal fato que explica o crescimento da cidade nesse período.

Nos anos posteriores, com o início dos incentivos voltados para a industrialização, o tecido urbano tem se expandido, para novamente atender a demanda crescente. A Figura 21 mostra a planta urbana da cidade com a criação dos bairros.

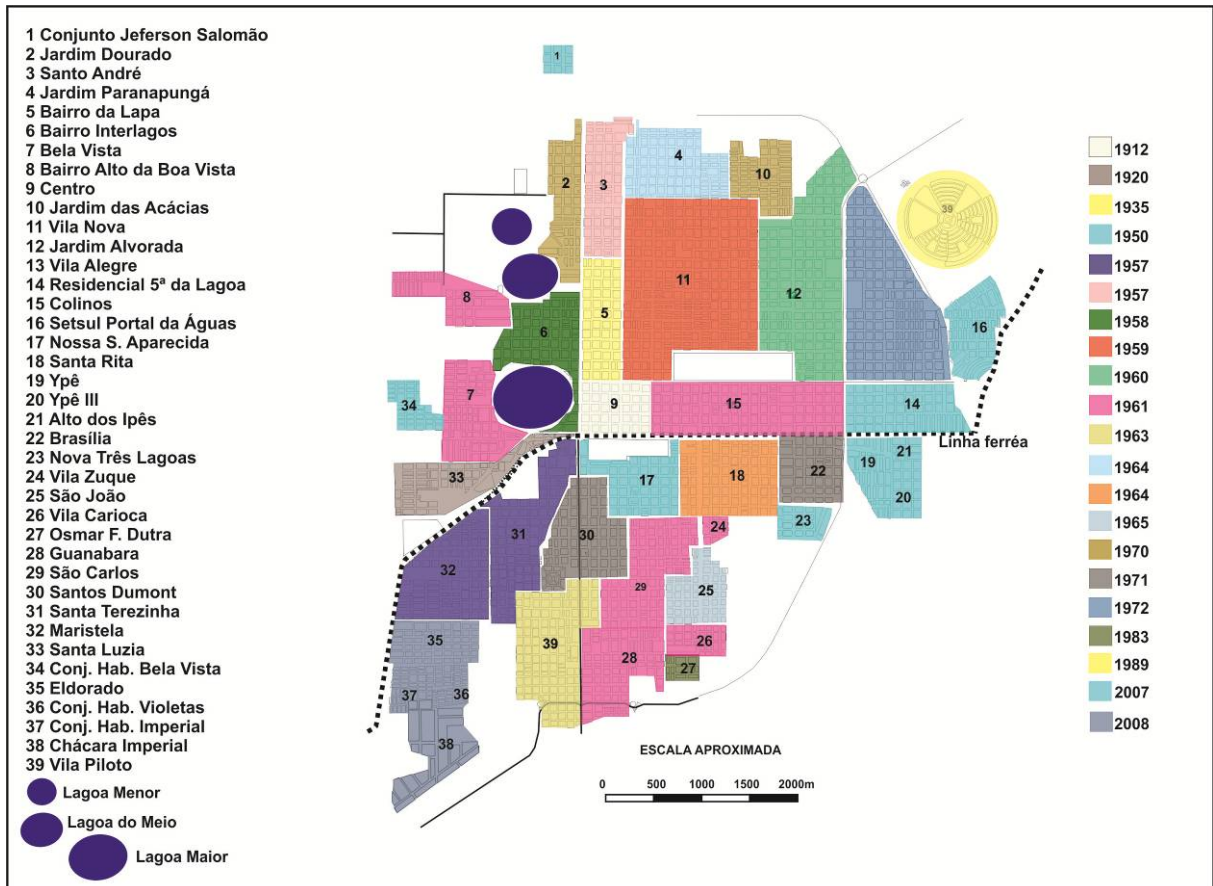


Figura 21: Planta urbana de Três Lagoas e evolução dos bairros, 2011.
 Organização: Patrícia H. Milani, 2011.

Verifica-se que, a partir da nova lógica territorial, iniciada nos anos de 1990, Três Lagoas vivencia a consolidação de novos bairros, loteamentos fechados, condomínios horizontais e conjuntos habitacionais.

De acordo com Santos (2008), a cidade compreende o presente e passados recentes ou mais antigos, bem como elementos inertes (patrimônio imobiliário) e elementos móveis (pessoas e mercadorias).

Dessa maneira, o território da cidade passa a ser entendido não como elemento natural ou artificial, mas como produto de relações sociais marcadas ou não pelo poder.

O espaço intraurbano de uma cidade é marcado por essas relações na medida em que esse espaço está preso e submetido ao mercado e aos agentes produtores. A existência da propriedade privada significa a divisão e parcelarização da cidade, que fragmenta a malha urbana e hierarquiza a cidade (CARLOS, 2004).

A consolidação de algumas dinâmicas intraurbanas marca o processo de reestruturação territorial da cidade. Beltrão Sposito (1998) frisa a constituição de áreas em que prevalecem um determinado segmento social. A cidade torna-se

segmentada na medida em que se divide em: áreas de concentração de comércios e serviços, centro principal e subcentros, bairros residenciais, condomínios fechados, conjuntos habitacionais, distritos industriais, enfim, novas dinâmicas que marcam as cidades que se encontram em período transitório, de pequena para média.

Destarte, a redefinição da localização dos diversos segmentos na cidade não é somente uma tendência das grandes cidades, mas também caracteriza as cidades médias.

Há ainda que destacar a valorização fundiária e imobiliária de algumas áreas da cidade, bem como a construção de grandes equipamentos, que resulta na criação de novos fluxos e novas formas de consumo.

Nesse contexto, há um projeto de construção de um shopping center – Shopping Nações – em Três Lagoas, cujo início das obras está previsto para o ano de 2012, localizado no entroncamento da Avenida Filinto Müller com a BR 158, conforme aponta a Figura 22.



Figura 22: Local da construção do shopping
Foto: Patrícia H. Milani; Edima Aranha, 2011

Outra obra que sinaliza para o processo de reestruturação intraurbana de Três Lagoas é o processo de transposição da linha férrea, até então passando pela área central da cidade.

O objetivo da obra é retirar os trilhos do centro da cidade e construir um contorno ferroviário de 12km de extensão, passando por fora do perímetro urbano da cidade. O que se propõe politicamente é que a obra tem por finalidade principal

trazer benefícios socioeconômicos para a população, com o aumento da segurança no local, com a diminuição dos índices de acidentes e valorização econômica de alguns pontos da cidade.

Contudo, verifica-se que a finalidade primordial da obra de transposição, além do que se propala, é atender às necessidades do capital industrial, sendo de vital importância para o escoamento da produção das fábricas de papel e celulose de modo mais ágil.

Além da construção do contorno, as indústrias de papel e celulose estão construindo um ramal privado de 22km, que ligará as unidades industriais ao novo contorno, facilitando o escoamento da sua produção pela via férrea.

Esse fato demonstra a articulação entre os agentes produtores e reprodutores do espaço urbano: o capital industrial e o Estado, que viabilizam as obras, na remodelação do espaço intraurbano da cidade e sua nova posição frente aos municípios da região.

É nesse fazer e refazer a cidade, na reestruturação do espaço urbano, que o cotidiano das pessoas e as lógicas de localização dos equipamentos comerciais e de serviços são redefinidos com a intensificação do uso do automóvel e da importância do lazer e do aumento de tempo destinado ao consumo.

Nesse sentido, os shoppings atendem a essas duas necessidades da sociedade, contudo, entre muros, pois grande parcela dessa sociedade fica excluída desse processo por não poder pagar os serviços e nem consumir produtos ali comercializados.

Empreendimentos como shopping centers, na maioria dos casos, são instalados nas áreas periféricas das cidades, periferia entendida, aqui, por se tratar de áreas de entorno ao núcleo urbano, não levando em consideração o conteúdo do espaço. Dessa forma, Beltrão Sposito assegura que:

[...] os interesses imobiliários e comerciais viabilizaram o desenvolvimento de novas escalas de bens e serviços, por meio da instalação de grandes equipamentos na periferia das grandes cidades, em algum nó rodoviário e, às vezes, até mesmo nas áreas mais densamente ocupadas nas cidades, redefinindo seus usos e conteúdos. (1998, p.30)

O referido empreendimento em Três Lagoas será construído de forma horizontal, o que comprova que não poderia ser instalado na área central da cidade, por falta de espaço físico. Desse modo, redefinirá novos fluxos e promoverá a super

valorização dos terrenos no seu entorno, bem como consolidará uma nova centralidade, uma vez que o centro se revela no plano espacial, e a centralidade na dimensão temporal (BELTRÃO SPOSITO, 2002).

De acordo com Ruiz & Beltrão Sposito (2001), a instalação de atividades comerciais e de serviços e a consolidação de estabelecimentos como os shopping centers geram e decorrem fluxos que, ao se estabelecerem, definem novas centralidades, sendo assim:

Os deslocamentos entre as áreas residenciais, de trabalho e de consumo, seja no interior das cidades, seja entre cidades, são elementos extremamente importantes para a compreensão da estruturação interna de seus espaços e da centralidade que exercem (p.111).

Essas áreas de concentração de serviços, comércios e equipamentos de lazer são, de acordo com os autores, unidades espaciais, cuja configuração resulta da localização e da densidade dessas atividades em uma dada parcela do urbano.

A dinâmica intraurbana que marca o processo de reestruturação da cidade de Três Lagoas foi intensificada com as rápidas transformações econômicas que se expressam por meio das formas flexíveis de produção. Dessa forma vê-se que o acelerado processo de industrialização modificou a dinâmica territorial intra e interurbana da cidade.

A redefinição da centralidade urbana não é um processo novo, mas ganha novas dimensões, considerando-se o impacto das transformações atuais e a sua ocorrência não apenas nas metrópoles e cidades grandes, mas também em cidades de porte médio (BELTRÃO SPOSITO, 1998, p.28).

O processo de reestruturação da cidade é marcado também pela política locacional, pois, em decorrência das mudanças econômicas, há uma recomposição da estrutura urbana, que:

[...] se expressa sob diferentes formas de expansão e de periferização do tecido urbano: abertura de novos loteamentos urbanos, destinados a engendrar diferentes padrões ocupacionais, construção de grandes conjuntos habitacionais (...), aparecimento de grandes equipamentos comerciais e de serviços (BELTRÃO SPOSITO, 1998, p.30).

A tendência do crescimento urbano é centrífuga, tende a urbanizar nas periferias, afastando-se do centro principal, por várias determinantes, dentre elas se

destacam os preços altos e a super valorização dos terrenos e aluguéis e o adensamento das construções, que gera a falta de espaço físico, resultando no processo de descentralização.

O espaço central é raro, portanto, como Carlos (2004, p.71) afirma, impõe-se a necessidade de sua expansão, o que entra em contradição com o fato de que as áreas de expansão possíveis já estão ocupadas.

Assim, a expansão do setor moderno da economia requer a produção de um “novo espaço” para sua realização, como áreas de expansão do centro. Nessa direção, geram novas centralidades que redefinem o fluxo e a divisão espacial do trabalho, isso porque, os momentos de produção do espaço geram centralidades diferenciadas em função do comércio, dos serviços e do lazer.

Para Castells (1983), a dispersão das atividades da área central se dá de acordo com a mobilidade das diferentes classes sociais no interior da cidade. O poder aquisitivo e o modo de consumo das classes sociais de alto status influenciam ou determinam o deslocamento de atividades comerciais e de serviços para a área na qual residem.

Esses novos centros ocorrem, conforme Beltrão Sposito (2001), de duas formas: uma é a descentralização territorial dos estabelecimentos comerciais e de serviços e a outra é a recentralização dessas atividades. Para a autora:

Essas dinâmicas ocorrem através de iniciativas de duas ordens, que se dão simultaneamente: a de surgimento de novas atividades e estabelecimentos comerciais e de serviços fora do centro principal e a realocação, em novos centros, de atividades e estabelecimentos que antes estavam restritos ao centro principal (p. 2).

Vale salientar que as áreas centrais que expressam centralidades em diferentes escalas de abordagem e, também, com diferentes padrões socioeconômicos são fundamentais para o entendimento da reestruturação do espaço urbano e reordenamento territorial da cidade.

A apreensão da centralidade só é possível com a análise de como ocorre a multiplicação desses centros secundários, sua importância, papel funcional, localização do comércio e serviço, e ainda, como se dão as relações no seu interior e nos fluxos.

A valorização dessas áreas para o setor terciário é o reflexo de um mecanismo de natureza econômica, denominado de economias de aglomeração.

Para Corrêa (1995, p.60), “várias atividades juntas beneficiam-se mutuamente umas das outras pela escala que criam, ao se utilizarem das mesmas formas espaciais”.

Sobre isso, Corrêa (1993, p.7) corrobora com a análise quando afirma que:

O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade variável. Estas relações manifestam-se empiricamente pelos fluxos de veículos e pessoas associados às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os locais de trabalho, aos deslocamentos para compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro.

A descentralização está associada à expansão do tecido urbano. Esse fenômeno vem modificando a lógica da ocupação territorial das cidades brasileiras de pequeno e médio portes e essa nova lógica estrutural promove severas mudanças, não só pela concentração de um grande fluxo populacional, mas, sobretudo, industrial e empresarial, oriundos dos grandes centros e de outras regiões.

Lembra Corrêa (1989) que o processo de descentralização é complexo e com diferentes seletividades: a) quanto às atividades; b) quanto ao tempo; c) quanto à divisão territorial do trabalho; d) quanto ao tamanho da cidade; e) sob o ponto de vista do território.

Por ter o centro principal saturado de atividades comerciais e de serviços, consolidaram-se em Três Lagoas alguns subcentros comerciais: Centro Comercial Jardim Alvorada, Santos Dumont, Rua João Dantas Filgueiras, Vila Piloto e Subcentro Regional da Saúde, conforme aponta a Figura 23.

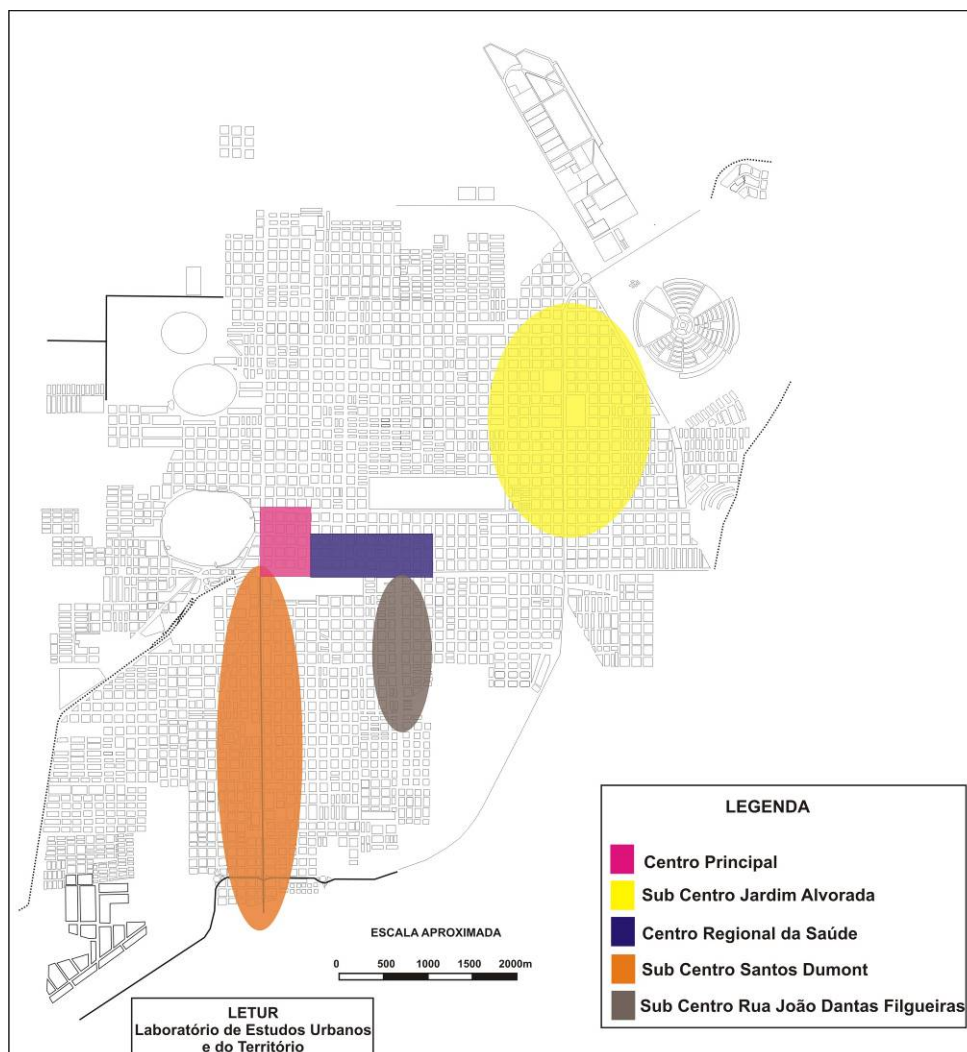


Figura 23: Espacialização dos Sub Centros Comerciais de Três Lagoas. Organização: Patrícia Helena Milani, 2011.

O aumento da população e a maior procura por serviços incentivaram os empreendedores a investir fora do centro principal, dentre as principais motivações vale destacar: aluguéis dos imóveis mais baratos, assim como o preço da terra e mercado consumidor ao entorno. As vantagens não se restringem aos empreendedores, uma vez que os consumidores também obtêm economia de tempo e com transportes, já que não necessitam fazer deslocamentos para realizar parte de suas compras.

De acordo com Santos (2008), os fenômenos de dispersão podem ocorrer: se uma cidade atinge, em alguns bairros, uma densidade econômica e demográfica importante, cria-se centros secundários para a distribuição de mercadorias e de serviços.

Mesmo havendo outros centros comerciais secundários, o centro principal de Três Lagoas ainda desempenha o papel mais importante, por dispor de maior número e variedade de comércios, bem como os principais serviços especializados, o que garante intensa centralidade intraurbana. Nessa perspectiva, Santos (2008, p.220) afirma que:

A morfologia do tecido urbano é o reflexo fiel de uma realidade econômica e social definida (...), o centro da cidade associa, e assim mesmo só em certa medida, os diferentes setores da economia e das classes sociais, na medida em que nele se concentram as atividades terciárias, serviços comerciais, administrativos, lugares de diversão etc.

O uso do solo no centro principal é diverso, característica que garante a presença dos consumidores (Figura 24), contudo, prevalecem empreendimentos voltados ao comércio e serviços, e sua concentração garante a especialização da área central.



Figura 24: Vista parcial do centro principal de Três Lagoas/MS.
Foto: Patrícia H. Milani, 2011

Já nas novas áreas residenciais que estão se consolidando afastadas do centro de Três Lagoas ainda se encontram em um nível de isolamento quanto à disponibilidade de comércios e serviços, sendo monofuncional – pois caracteriza-se apenas por residências.

De acordo com estudos sobre cidades médias, Beltrão Sposito (1998) afirma que há um divórcio entre atividades terciárias e função residencial, e chama a atenção para dois pontos importantes: i) algumas atividades terciárias exigem

grandes extensões territoriais e ii) apesar da mudança da escala de pedestre para automóvel, o que permitiu a consolidação de novas centralidades, não significa que todas as pessoas têm acesso às novas áreas urbanas (p.30).

Assim, se legitima a separação entre áreas puramente residenciais, como condomínios fechados e outras de comércios e serviços mais adensados.

O que incide em alguns casos nas áreas residenciais são a abertura de pequenos empreendimentos, alguns informais de caráter familiar, apenas para suprir poucas necessidades. Contudo, o adensamento de comércios e serviços variados ficam restritos a algumas áreas, que desempenham centralidade. A Figura 25 mostra a localização dos conjuntos habitacionais e dos condomínios fechados de Três Lagoas.

Segundo Whitacker (2007), o reordenamento da cidade consiste no paradigma urbanístico do século XX, que tem seu papel na extensão do tecido urbano, sobretudo com o princípio da monofuncionalidade, que, ao destinar funções e usos específicos para cada porção da cidade, tornam as distâncias maiores e os deslocamentos mais necessários. O autor constata que, para o funcionamento das cidades, é imprescindível o uso do automóvel, uma vez que os deslocamentos são cada vez maiores.

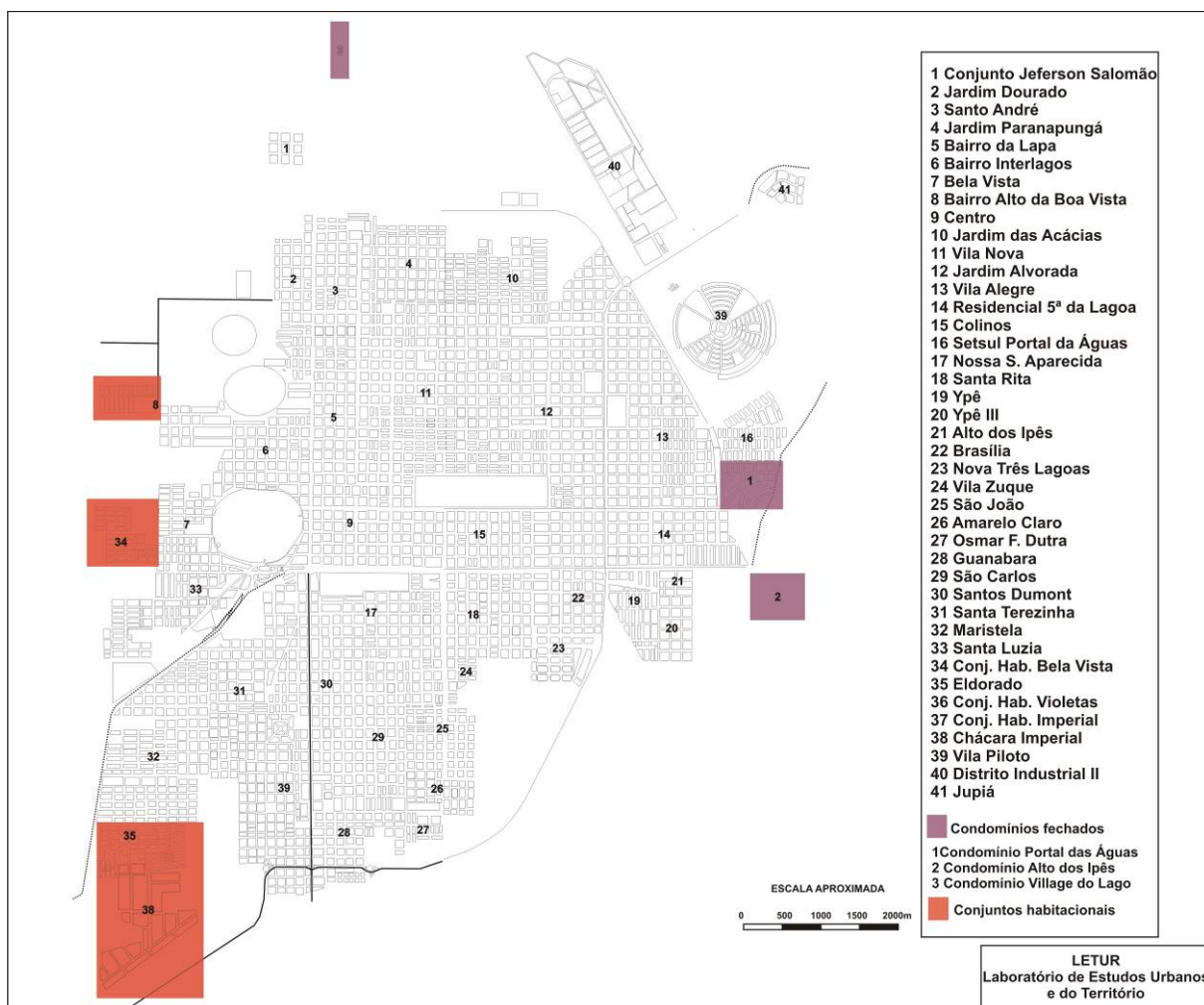


Figura 25: Localização dos conjuntos habitacionais e condomínios fechados.
Organização: Patrícia Helena Milani, 2011.

De acordo com o mapa, vê-se que os novos loteamentos periféricos, aguçam a composição em mosaico, que marca a estruturação recente das cidades. A produção urbana ocorre recortada, com desequilíbrio e sem ligações entre habitação, trabalho, comércio e serviços (BELTRÃO SPOSITO, 1998).

O primeiro loteamento fechado, instalado na cidade foi o Portal das Águas, em julho de 2008, é de estruturação horizontal, dispõe 209 lotes divididos em terrenos de no mínimo de 390m³, com área de lazer com quadras de tênis, poli esportiva e um mini campo de futebol (DADALTO, 2009).

O segundo empreendimento do gênero foi o Condomínio Alto dos Ipês, em outubro de 2008, o qual possui 104 lotes. O terceiro a ser implantado foi o loteamento fechado, também horizontal, Village do Lago Resort & Residence, situado a 6 km do núcleo urbano de Três Lagoas, possui 381 lotes, que, de acordo com Dadalto (2009), é diferenciado dos demais por estar localizado em uma área rural, sendo o mais distante do centro principal da cidade. Portanto, há projeto de

construção de um mini centro comercial, oferecendo comércios como farmácia, padaria, mini mercado, lavanderia, frutaria, entre outros, para evitar o deslocamento dos moradores em algumas ocasiões. A Figura 26 mostra uma vista de um loteamento fechado horizontal da cidade.



Figura 26: Vista parcial do condomínio Village do Lago.
Foto: Patrícia H. Milani; Edima Aranha, 2011

As casas, nesses loteamentos fechados, possuem tamanho mínimo a serem construídas, nenhuma deve ter muro frontal, o tamanho das calçadas é padronizado, os demais padrões estéticos também são preestabelecidos no estatuto dos empreendimentos. De acordo com Soares et al. (2010, p. 262):

Para a implementação de condomínios horizontais fechados, os empreendedores procuram locais amenos, amplos, com baixa densidade habitacional e afastados do centro da cidade, que se tornam isolados, estabelecendo um padrão de vizinhança em seu entorno, que identifica determinados grupos, particularmente relacionados a altas rendas, compondo os elementos que caracterizam os processo de segregação urbana.

As formas espaciais expressam e são elementos de redefinição de processos econômicos, sociais, políticos ou culturais, uma vez que evidenciam relações entre urbanização e morfologia da cidade (WHITACKER, 2007).

[...] demonstram uma fragmentação no nível do território que implica numa cidade cingida em sua forma, mas não em sua essência e em seu processo, e mesmo num nível mais empírico, em suas relações de fluxos e trocas, mesmo desiguais, pois o espaço e a cidade são

frutos de uma sociedade que desigualmente os produz e deles se apropria (p. 141).

As cidades que se encontram em período transitório, de pequena para média, são palcos de novas territorialidades, novas formas urbanas que se desenvolvem e tornam-se mundiais, uma vez que as relações capitalistas, ao se realizarem ainda que em diferentes territórios, produzem características semelhantes. (WHITACKER, 2007).

Nesse contexto, Três Lagoas vivencia mudanças econômicas, sociais, ambientais e culturais. Dentre os impactos negativos desse processo, vale destacar a expansão acelerada do tecido urbano, o que aumenta as áreas periféricas, por meio da consolidação dos conjuntos habitacionais, ampliando as desigualdades sociais e territoriais, vistas por meio da segregação socioespacial. Beltrão Sposito (1998, p. 30) assevera que:

Em função dessas mudanças de natureza econômica e das lógicas locacionais é possível afirmar que há uma recomposição da estrutura urbana, que se expressa sob diferentes formas de expansão e de periferização do tecido urbano: abertura de novos loteamentos urbanos, destinados a engendrar diferentes padrões ocupacionais, construção de grandes conjuntos habitacionais (...), aparecimento de grandes equipamentos comerciais e de serviços (...).

A partir do acelerado crescimento populacional, o Estado como agente produtor do espaço urbano, implantou em Três Lagoas entre os anos de 1998 e 2010 um total de 1409 unidades habitacionais, distribuídas em 19 conjuntos habitacionais populares, conforme aponta a Tabela 13.

Segundo as pesquisas de Aranha-Silva & Franquelino (2011), há em Três Lagoas um jogo de interesse político e econômico do setor imobiliário, pois entre as moradias populares produzidas durante os anos de 2008 e 2010 foi deixada uma área livre, visando seu uso posterior e, por conseguinte sua valorização, ou seja, pratica-se a especulação imobiliária.

Tabela 13: Três Lagoas: moradias Populares - 1998-2010

Programa	Nome do Conjunto	Unidades Habitacionais	Ano de entrega
Habitar Brasil	Vila Piloto	102	1998 - 2001
Morar Melhor	Vila Piloto	26	2001 - 2002
Che Roga Mi	Vila Piloto	55	2002
AGEHAB	Vila Piloto	300	2004
CESP	Bairro Jupiá	28	2004
Imóvel na Planta	Jd. Azaléia	26	2006
PSH	Jd. das Orquídeas	60	2007
PSH	Jd. Girassóis	28	2007 - 2008
PSH	Jd. das Orquídeas	16	2007 - 2008
PSH	Jd. das Hortênsias	48	2007 - 2008
PSH	Jd. dos Lírios	28	2007 - 2008
PSH	Jd. das Violetas	240	2008 - 2009
PSH	Jd. Margaridas	17	2008 - 2009
PSH	Jd. das Orquídeas II	30	2008 - 2009
PSH	Chácara Imperial	191	2008 - 2009
PSH	Jd. das Hortênsias	15	2008 - 2009
PSH	Jd. das Violetas II	133	2009
PSH	Vila Verde	15	2009
PSH	Lote Moradia	51	2009 - 2010
Total de unidades habitacionais		1409	-

Fonte: Departamento de Habitação-Prefeitura Três Lagoas/MS (Jan./2011).

Org.: Edima Aranha Silva & Adriano Roberto Franqueline, 2011.

Em 2011, foi lançado um loteamento particular (loteamento Eldorado) destinado a outro segmento social, ou seja, moradores com maior poder aquisitivo, que utilizará os equipamentos outrora voltados para as moradias populares, (Violeta I e II, Chácara Imperial), revelando as estratégias do capital privado na reprodução social da cidade, tida como mercadoria (ARANHA-SILVA & FRANQUELINO 2011). A Figura 27 mostra imagens de alguns conjuntos habitacionais.



Figura 27: Conjunto Habitacional Jardim Azaléia.

Foto: Cristovão H. Ribeiro, 2011.

Esses problemas, antes característicos dos grandes centros, são reproduzidos nas pequenas e médias cidades, Beltrão Sposito salienta que:

[...] ausência ou insuficiência de infraestrutura, equipamentos e serviços, ou seja, de meios de consumo coletivo nas cidades (redes de energia e saneamento básico, pavimentação de vias, creches, escolas e postos de saúde, serviços de coleta de lixo, transporte coletivo ou limpeza pública), nas áreas habitadas pela população de menor renda.

Verificam-se, ainda, problemas como o surgimento de áreas de ocupação em situação de risco ambiental; favelização nos espaços destinados a usos institucionais em áreas verdes; disseminação de vazios urbanos com aumento da especulação imobiliária; congestionamento nas áreas centrais devido à movimentação de carga e descarga, entre outros. (2007, p.56)

Dessa forma, o crescimento urbano ocorre de maneira excludente, uma vez que o uso e ocupação do território ocorrem de forma incompatível entre as diversas classes sociais, pois de acordo com Whitacker (2007), de um lado estão os ricos, que desejam e consomem espaços exclusivos e, na outra ponta, a pobres e empobrecidos são destinados, como única alternativa, outros espaços. De acordo com Santos:

No que toca aos revestimentos das ruas, são quase sempre asfaltadas ou calçadas nos bairros residenciais; em outras partes, algumas vezes empedradas, mas nem sequer aterradas nas favelas. O mesmo ocorre com a água, que nos bairros pobres é parcimoniosamente distribuída através de raras fontes públicas, onde quase sempre é preciso fazer fila para sua obtenção, ao passo que nos bairros ricos ela vai alimentar fartamente banheiros luxuosos. O mesmo pode dizer-se da eletricidade, que é ausente ou, quando muito, intermitente nos bairros pobres, ao passo que nos bairros ricos é gasta com fartura [...]. (2008, p. 192)

A partir da consolidação dos conjuntos habitacionais em Três Lagoas, verificam-se alguns problemas estruturais, supracitados por Santos (2008), que acarretam a negação ao direito à própria cidade, pois os territórios da cidade passaram a ser descontínuos e as localizações periféricas desses conjuntos causaram diferenças socioespaciais no acesso aos equipamentos urbanos.

Whitacker (2007) ainda ressalta o necessário uso do automóvel para conseguir acesso aos diversos espaços na cidade. Verifica-se, assim, um desafio ao pensar a cidade, em superar a noção de zoneamento por uma prática calcada em

princípios relacionados com o lote e a construção, seu entorno e a infraestrutura existente e necessária.

Ao fazer um paralelo entre os conjuntos habitacionais e os loteamentos fechados, saltam aos olhos um paradoxo: a autossegregação e a segregação forçada.

De um lado, há bairros completos de infraestruturas (pavimentação das vias, iluminação, abastecimento de água) à espera de moradores nos condomínios horizontais fechados e, de outro, há os bairros com muitos moradores à espera de infraestrutura. Desse modo, as diferentes paisagens urbanas correspondem a classes sociais diferentes (SANTOS, 2008).

Vê-se, assim, a forma paradoxal e complexa em que o espaço urbano é produzido e reproduzido nos ditames do capital. Ademais, é inegável a participação dos agentes imobiliários na produção da descontinuidade, uma vez que o poder público atua na criação de novos espaços de morar nas periferias das cidades.

O conjunto de mudanças sociais cria uma nova organização espacial, com novas funções, novos processos e novas estruturas, que caracterizam as cidades em transição.

4.3 A elaboração de política urbana municipal

De acordo com o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), as Zonas Especiais de Interesses Sociais (ZEIS) começaram a ser criadas a partir dos anos de 1980: trata-se de um produto da luta dos assentamentos irregulares pela não remoção, pela melhoria das condições urbanísticas e pela regularização fundiária. A Figura 28 mostra as Zonas Especiais de Interesse Social de Três Lagoas.

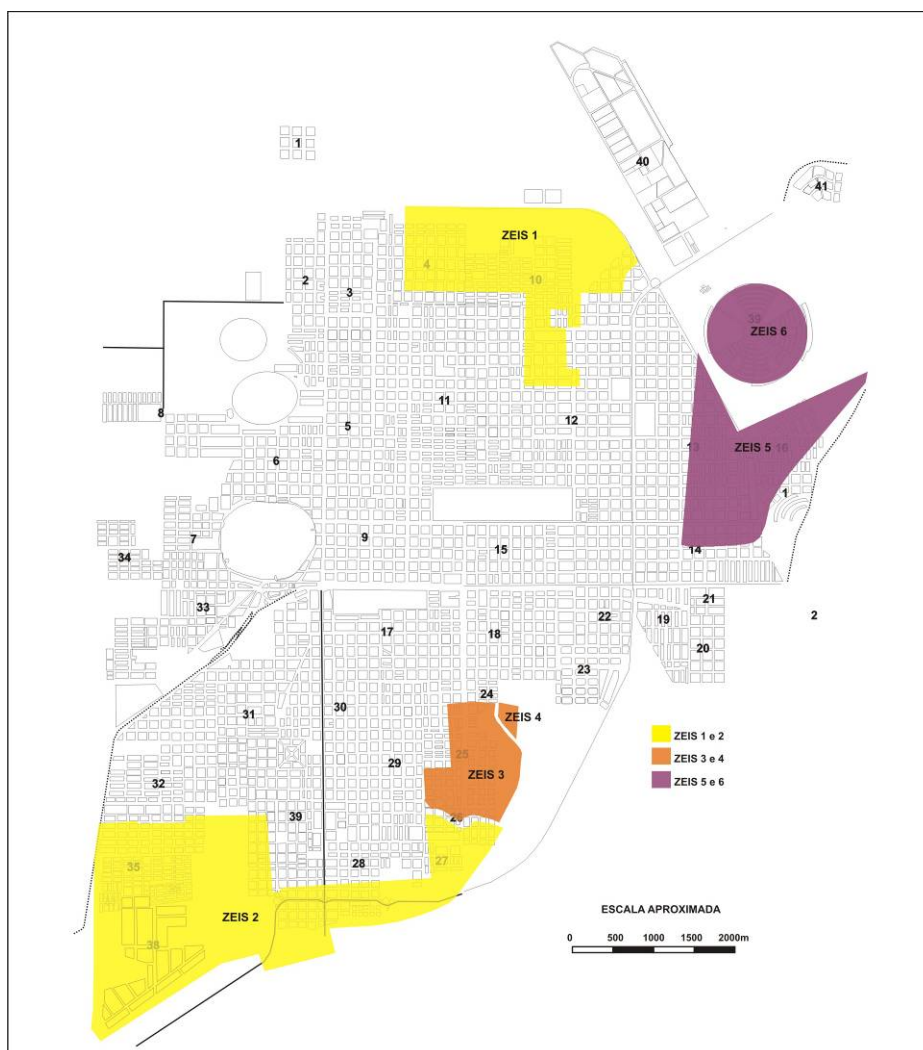


Figura 28: Zona Especial de Interesse Social em Três Lagoas/MS.
Fonte: Prefeitura Municipal de Três Lagoas, 2011

Segundo o plano teórico, a possibilidade legal de se estabelecer um plano próprio, adequado às especificidades locais, reforça a idéia de que as ZEIS compõem um universo diversificado de assentamentos urbanos, passíveis de tratamentos diferenciados.

De acordo com Santos:

A segregação econômica deriva, dentre outras razões, como é natural, dos preços dos aluguéis e dos terrenos. Somente as camadas um pouco mais bem aquinhoadas da cidade podem alugar um apartamento ou suportar as prestações de uma casa, criando automaticamente zonas de bairros favorecidos e zonas de bairros pobres (...). Assim, em definitivo, deparamos com duas cidades: a cidade rica e a cidade pobre, separadas uma da outra pelas classes médias. O planejamento habitacional, nas condições atuais, reforça as tendências segregacionistas. (2008, p.210)

Contudo, não se pode negar que o tecido urbano é o reflexo da estrutura social vigente. De acordo com Santos (2008), por mais importante que seja o papel do Estado, ele não pode contrariar uma evolução natural que determina a adaptação da cidade às condições sociais e econômicas vigentes; na melhor das hipóteses, pode sistematizá-la.

Dessa forma, o zoneamento fragmentado corresponde a uma estrutura social contrastada, e a distribuição da população realiza-se na maioria das vezes de acordo com a hierarquia socioprofissional (SANTOS, 2008).

4.4 A difusão do comércio e serviços especializados

Para contextualizar Três Lagoas como uma cidade média, foi utilizada a metodologia proposta por Corrêa (2007) e Castello Branco (2007), por meio da combinação entre: tamanho demográfico, tamanho econômico, funções urbanas e a centralidade nas escalas intra a interurbana.

Segundo o patamar mínimo proposto por Santos (1993), de 100 mil habitantes, Três Lagoas se insere como cidade média, tendo a população total, urbana e rural, de 101.791 mil habitantes. Embora somente essa variável não seja definidora, na escala da rede de cidades da região em estudo, Três Lagoas consiste na maior cidade em tamanho populacional.

O tamanho econômico da cidade é uma característica relevante, pois é um indicativo da dinâmica econômica do centro, responsável pela existência de infraestrutura necessária à atração locacional, bem como ao papel de intermediação, principal características das cidades médias (CASTELLO BRANCO, 2007).

É sob esse prisma que foram considerados alguns elementos importantes para a análise do tamanho econômico de Três Lagoas, como as unidades locais de empresas, o Produto Interno Bruto (PIB) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

As unidades locais de empresas totalizam em 2.500 unidades e, de acordo com o Cadastro Central de Empresas/IBGE (2008), o número de pessoal ocupado é de 27.871 pessoas, sendo 25.493 o total de pessoal ocupado assalariado.

A Tabela 14 mostra a evolução do PIB de Três Lagoas do período de 2002 a 2008.

Tabela 14: Três Lagoas: evolução do PIB - 2002-2008

Ano	Valor arrecadado
2002	600.658.251
2003	792.391.870
2004	998.968.651
2005	1.025.511.912
2006	1.170.535.326
2007	1.283.308.824
2008	1.518.087.106

Fonte: SEMAC/MS, 2008.

Verifica-se que o PIB aumentou a partir do ano de 2002, devido ao processo de industrialização e consequente aumento do número de comércios e serviços para atender a nova demanda, representando o aumento do tamanho econômico do município, bem como a intensificação de uma nova dinâmica. A Tabela 15 revela o ICMS arrecadado por atividade econômica, entre o período de 2005 a 2009.

Tabela 15: Três Lagoas. Arrecadação de ICMS - 2005-2009

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009
Total	95.392.291,62	107.780.380,74	106.688.852,96	115.454.624,33	152.817.409,48
Comércio	19.333.532,32	20.875.962,58	26.124.944,77	27.783.585,23	24.264.421,95
Indústria	7.840.353,07	14.299.456,34	17.495.219,45	25.354.121,66	43.801.867,45
Pecuária	19.995.684,13	21.037.851,91	20.393.744,32	22.009.343,02	21.668.860,70
Agricultura	21.585.033,50	25.622.188,40	24.499.582,95	18.750.567,62	34.440.322,50
Serviços	17.612.836,62	19.281.061,59	16.257.982,47	18.859.484,40	25.744.718,43

Fonte: SEMAC/MS, 2009.

Os dados da Tabela 15 mostram a expansão do setor industrial em Três Lagoas por meio do aumento da arrecadação do ICMS, dentre os anos de 2005 e 2009. No primeiro ano da análise (2005), a maior arrecadação era proveniente da agricultura, situação semelhante dos municípios que compõem a rede de cidades em estudo, contudo a partir de 2008 a situação reverteu, sendo o setor industrial de maior arrecadação de impostos.

Todavia, o PIB do município é maior no setor de serviços, conforme aponta a Tabela 16.

Tabela 16: Três Lagoas.
Distribuição do PIB por setor da economia. 2008

Setor Econômico	PIB – mil reais
Agropecuária	114 171
Indústria	491 973
Serviços	710 982

Fonte: IBGE, 2008

A intensificação de comércios e serviços torna-se relevante no contexto da cidade, uma vez que são:

[...] fundamentais na definição do fenômeno urbano, sendo a principal característica das cidades médias, uma vez que nela se apóia o seu poder de articulação entre os diferentes níveis de centros urbanos, a sua atuação como centro de oferta de bens e serviços para sua área de influência, e como nó de diferentes tipos de redes, funções que estão no cerne do conceito de centralidade (CASTELLO BRANCO, 2006, p. 250).

Tal dinâmica pode ser verificada em uma cidade por meio das ligações por fluxos de bens e serviços e linhas rodoviárias, ferroviárias, entre outras. Três Lagoas exerce centralidade em algumas variáveis, por dispor de serviços especializados como: saúde, educação, comércios e serviços, desempenha, na rede de cidades, uma funcionalidade de intermediação entre os pequenos e grandes centros.

O aumento das atividades terciárias na cidade de Três Lagoas intensificou as relações no território, em âmbito local e regional, delineando as continuidades territoriais, e, no âmbito internacional, as descontinuidades territoriais.

Dessa forma, Três Lagoas é considerada um nó no território, pois com a oferta de alguns serviços especializados como educação e saúde, há a intensificação de fluxos das cidades de menor porte em destino a Três Lagoas, delineando territorialidades, a partir do movimento, da mobilidade em busca da satisfação de algumas necessidades.

Nessa perspectiva, Bessa (2007, p.77), ao mencionar as cidades médias, afirma que:

[...] à medida em que [sic] se transformaram em espaços de produção agrícola, industrial e de expansão das atividades terciárias. Além disso, registram elevados índices de urbanização e interações espaciais, que passaram a ocorrer por meio da interpenetração de relações que se articula em escalas local, regional e nacional, em decorrência do acúmulo de funções, das especializações produtivas e da interdependência funcional.

De acordo com pesquisas na cidade de Uberlândia, Soares et al. (2010) afirmam que, em uma economia global com fortes mudanças, o setor terciário passou a ser gerador de empregos em muitos países a partir do aumento da demanda nas áreas financeiras, serviços relacionados à produção industrial, marketing, contabilidade, entre outros.

Grande parte dos comércios e serviços de Três Lagoas localizam-se no centro principal da cidade, que é delimitado pelas avenidas Filinto Müller, Eloy Chaves, Rosário Congro e Olintho Mancini e em que predomina o uso misto do solo urbano, como: uso residencial, comércio varejista e atacadista, serviços diversificados (bancos, escritórios, consultoria, entre outros).

O centro possui relações com todo o conjunto do espaço urbano, ou seja, ele é responsável pela articulação interna e externa da cidade.

O espaço urbano possui estruturas morfológicas e relações sociais que estão interligadas, cada qual com sua influência sobre a outra; de um lado existe a lógica da forma, e, de outro, a dialética dos conteúdos.

Para Lefebvre (2004), o urbano é sócio-lógico, ele não constitui um sistema, ou seja, não existe sistema urbano, nem inserção do urbano num sistema unitário de formas em razão da independência entre formas e conteúdo. Por conseguinte, o fenômeno urbano também não pode ser definido como um objeto ou como um sujeito, o urbano é isso, a forma e o conteúdo. O autor afirma que, em razão dessa conjunção de elementos, surge a tendência:

À centralidade, através dos distintos modos de produção, das diferentes relações de produção, tendência que vai, atualmente até o “centro decisional”, encarnação do Estado, com todos os seus perigos.

Policentralidade, à oniscencialidade, à ruptura do centro, à disseminação, tendência que se orienta seja para a constituição de centros diferentes (ainda que análogos, eventualmente complementares), seja para a dispersão e para a segregação. (Idem, p. 113)

As áreas centrais concentram em si as principais atividades comerciais e de serviços, por obter essas externalidades e atrair fluxos de pessoas é que a centralidade é expressa. A natureza da centralidade de uma determinada área pode variar em função do tempo histórico e uma área que, em um dado momento, expressava uma centralidade, em outro momento pode deixar de apresentá-la (GOMES, 2006).

Ao investigar a dinâmica da centralidade e definir a densidade das atividades comerciais e de serviços que os núcleos centrais urbanos oferecem, apreende-se que os fluxos que sustentam essas localizações e que delas resultam, por meio da articulação entre o que está fixo e o que está em movimento, configuram a centralidade (BELTRÃO SPOSITO, 2001, p.247).

Sendo assim, faz-se a apresentação das atividades de comércio e serviços mais expressivas e configuradas em territórios redes estabelecidas em Três Lagoas, que reafirmam sua expressiva centralidade intra e interurbana. O Quadro 8 mostra os estabelecimentos comerciais voltados para diversos setores comerciais.

Quadro 8: Três Lagoas. Estabelecimentos comerciais em território rede, 2011

Rede	Setor comercial	Bairro
Água de Cheiro	Perfumaria	Centro
Bumerang	Vestuário	Centro
Cacau Show	Alimentação	Centro
Chanton	Alimentação	Centro
Carmem Steffens	Calçados	Centro
Casas Bahia	Móveis e eletros	Centro
Estivanelli	Vestuário	Centro
Hering	Vestuário	Centro
Lacqua de Fiori	Perfumaria	Centro
Magazine Luiza	Móveis e eletros	Centro
Mais Você	Vestuário	Centro
Manica	Móveis e eletros	Centro
O Boticário	Perfumaria	Centro
Pernambucanas	Vestuário/Eletros	Centro
Pink Biju	Acessórios	Centro
Pura Mania	Vestuário	Centro
Romera	Móveis e eletros	Centro
Seller	Vestuário	Centro
Tempero Maneiro	Alimentação	Centro
TNG	Vestuário	Centro
Townley	Vestuário	Centro
Yck's	Vestuário	Centro

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Três Lagoas possui 10 estabelecimentos comerciais em território rede, ligados ao setor de vestuário, três de perfumaria, um de calçados e acessórios e cinco de móveis e eletrodomésticos.

Todos os estabelecimentos se localizam no centro principal da cidade, o que aumenta sua centralidade multiescalar. Por obter esse adensamento de estabelecimentos comerciais, o centro principal de Três Lagoas apresenta alguns processos urbanos característicos de locais centrais, dentre eles a coesão, marcada por comércio e serviços de complementaridade que se aglutinam.

Há também, no centro principal de Três Lagoas, a aglutinação de empreendimentos voltados aos serviços de telefonia, dentre elas: Tim, Claro, Brasil Telecon, Oi e Vivo, que estão distribuídas no território mundial organizadas em rede,

cuja matriz permanece nas cidades globais, uma vez que não há território sem uma trama de relações sociais que se manifesta na fluidez do tempo, nos conflitos e na atuação dos sujeitos entre o local e o global (BATISTELLA SAQUET & SAQUET, 2006).

A presença de todas essas operadoras de serviços de telefonia evidencia a ampliação funcional e territorial da utilização das redes telefônicas em Três Lagoas, produzindo um território luminoso, a partir dessa nova dinâmica territorial.

Destarte, verifica-se, na cidade em estudo, um processo de refuncionalização a partir dos reflexos da globalização no espaço intraurbano, para Corrêa:

Mudanças na organização empresarial, com a constituição e/ou entrada de grandes corporações multifacetadas e multilocalizadas, estruturadas em rede envolvendo não somente o setor industrial, mas também as atividades bancárias, o comércio varejista e diversos outros serviços; essas mudanças afetaram também, em parte, as relações interempresariais, estabelecendo formas de controle indireto, como são as franquias e subcontratações. (2006, p.261)

Outra dinâmica urbana em Três Lagoas são as mudanças nos setores de distribuição atacadista e varejista, que consistem em um novo modelo que envolve relações diretas entre a indústria e o comércio varejista, tornando-se um moderno setor que dispõe de economia de escala e amplo alcance espacial. Os dados do Quadro 9 mostram as indústrias que possuem um comércio varejista diretamente ligado a elas na cidade de Três Lagoas.

Quadro 9: Relação entre setor produtivo e atacadista

Indústrias	Comércio atacadista
Cortex	Seller
TNG	TNG
Comask	Yck's

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Por conseguinte, verifica-se que as lojas de redes instaladas em Três Lagoas estão presentes nos grandes centros urbanos, o que representa a difusão e homogeneização do consumo. O que antes era exclusivo de quem vivia nas grandes

idades foi localizado no território. A rede de supermercados também está inserida nesse contexto, conforme mostra o Quadro 10.

Quadro 10: Três Lagoas. Supermercados em rede

Rede	Bairro
Rede Passareli	Vila Nova/ Santos Dumont
Proença	Vila Nova
Big Mart	Centro

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A difusão de supermercados de redes pelo espaço urbano de Três Lagoas não segue a regra de concentração no centro principal, está relacionada à atratividade que essa atividade econômica exerce sobre a população.

O supermercado Passareli, localizado no Bairro Santos Dumont, consiste no empreendimento que oferece maior variedade de produtos, desde hortifrutigranjeiros até vestuários e eletrodomésticos, contudo, ele é de caráter popular, que atende todas as camadas da sociedade.

Em contrapartida, o supermercado Big Mart oferece maior número de produtos sofisticados, voltados às necessidades das classes sociais mais altas. Para Beltrão Sposito:

[...] supermercados e hipermercados se concentraram, empresas de comercialização de produtos de diferentes tipos se estabeleceram por sistemas de franquia a ambas se expandiram territorialmente reforçando papéis regionais das cidades médias em detrimento dos papéis terciários das cidades pequenas, ao mesmo tempo que a competitividade se impôs sobre os capitais locais e regionais de modo inexorável. (2007, p.238)

Apesar da presença no espaço urbano de três supermercados em territórios rede, Três Lagoas possui ainda a rede de supermercados Nova Estrela, que, embora se configure em uma organização local, atinge a escala interurbana na atração de clientes.

No que diz respeito aos transportes interurbanos e interestaduais, Três Lagoas, conta com quatro empresas (Quadro 11), que atendem cidades localizadas nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo.

Quadro 11: Três Lagoas.
Empresas de transportes

Empresas
Viação Motta
Reunidas Paulista
Viação Contijo
Viação São Luís

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

As empresas dispõem de linhas rodoviárias destinadas a 71 cidades do território nacional. A empresa Reunidas Paulista faz a cobertura da maioria das cidades do Estado de São Paulo; a empresa Contijo, de Minas Gerais, enquanto que a Viação São Luís oferece coberturas para cidades dos Estados de Goiás e Mato Grosso, além de também possuir linhas que atendem cidades do interior paulista.

A Tabela 17 mostra as cidades de destino e a distância em quilômetros de Três Lagoas; sendo que Belo Horizonte/MG é o núcleo mais distante, a 1.605km da cidade em estudo, e o mais próximo é Castilho/SP que dista 30 Km de Três Lagoas.

A partir dessas linhas tem-se acesso a importantes aeroportos, situados nas seguintes capitais brasileiras: Belo Horizonte (MG), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Goiânia (GO), Brasília (DF) e São Paulo (SP).

Nesse contexto, vale destacar que o aeroporto de Três Lagoas exerce função apenas para uso particular, não há ainda vôos comerciais. O projeto de reformulação do aeroporto para a fixação de vôos comerciais está em fase de construção, com previsão de entrar em operação em julho de 2012, e já conta com articulação com companhias aéreas com interesse de atender a cidade.

Tabela 17: Três Lagoas. Linhas rodoviárias.2011

Empresas Cidades	Distância em Km
Contijo	
Araxá (MG)	685
Barretos (SP)	395
Belo Horizonte (MG)	1 605
Bom Despacho (MG)	925
Uberaba (MG)	596
Motta	
Araguari (MG)	562
Brasilândia (MS)	70
Uberlândia (MG)	526
Reunidas	

Andradina (SP)	39
Araçatuba (SP)	150
Bauru (SP)	322
Birigui (SP)	166
Campo Grande (MS)	338
Castilho (SP)	30
Ilha Solteira (SP)	65
Lins (SP)	390
Mirandópolis (SP)	85
Penápolis (SP)	205
São J. do Rio Preto (SP)	306
São Paulo (SP)	677
Valparaíso (SP)	108
São Luiz	
Adamantina (SP)	171
Água Clara (MS)	140
Alto Araguaia (MT)	485
Anaurilândia (MS)	203
Aparecida do Taboado (MS)	120
Bataguassu (MS)	138
Bataiporã (MS)	263
Brasília (DF)	866
Cáceres (MT)	1 145
Campo Grande (MS)	338
Cassilândia (MS)	218
Chapadão do Sul (MS)	320
Costa Rica (MS)	462
Cuiabá (MT)	909
Deodópolis (MS)	381
Dourados (MS)	473
Fátima do Sul (MS)	432
Frutal (MG)	428
Glória de Dourados (MS)	397
Goiânia (GO)	662
Guararapes (SP)	134
Inocência (MS)	130
Itaja (GO)	256
Itarumã (GO)	296
Itumbiara (GO)	558
Ivinhema (MS)	334
Jaciara (MT)	764
Jataí (GO)	444
José Bonifácio (SP)	259
Junqueirópolis (SP)	130
Lucélia (SP)	177
Mineiros (GO)	537
Morrinhos (GO)	634
Nova Alvorada do Sul (MS)	355
Nova Andradina (MS)	285
Osvaldo Cruz (SP)	159
Pacaembu (SP)	146
Paraíso (SP)	422

Paranaíba (MS)	174
Ponta Porã (MS)	668
Prata (MG)	546
Presidente Epitácio (SP)	167
Recreio (MG)	1 221
Ribas do Rio Pardo (MS)	239
Rondonópolis (MT)	780
São Pedro (SP)	529
Selvíria (MS)	67
Taguatinga (DF)	940
Taquarussu (MS)	291
Tupi Paulista (SP)	133
Vicentina (MS)	423

Fontes: www.reunidaspaulista.com.br;
www.viacaosaoluiz.com.br,
www.contijo.com.br; www.motta.com.br.
Acesso em: 1 maio 2011.
Org.: Patrícia H. Milani, 2011.

Algumas linhas rodoviárias oferecem, além de ônibus convencional de melhor qualidade e preços mais elevados, linhas em que o transporte é coletivo, cujas tarifas possuem preços mais baixos. Esses trajetos são feitos para as cidades mais próximas de Três Lagoas, como Andradina –SP, Castilho-SP e Ilha Solteira-SP, com maior disponibilidade de horários.

Em geral, os usuários dos transportes coletivos são pessoas que trabalham ou estudam em Três Lagoas. A Figura 29 mostra a espacialização das linhas de fluxos do transporte rodoviário com saída das cidades da mesorregião em análise, oferecendo a possibilidade de verificar o raio de abrangência de cada cidade na rede de transporte.

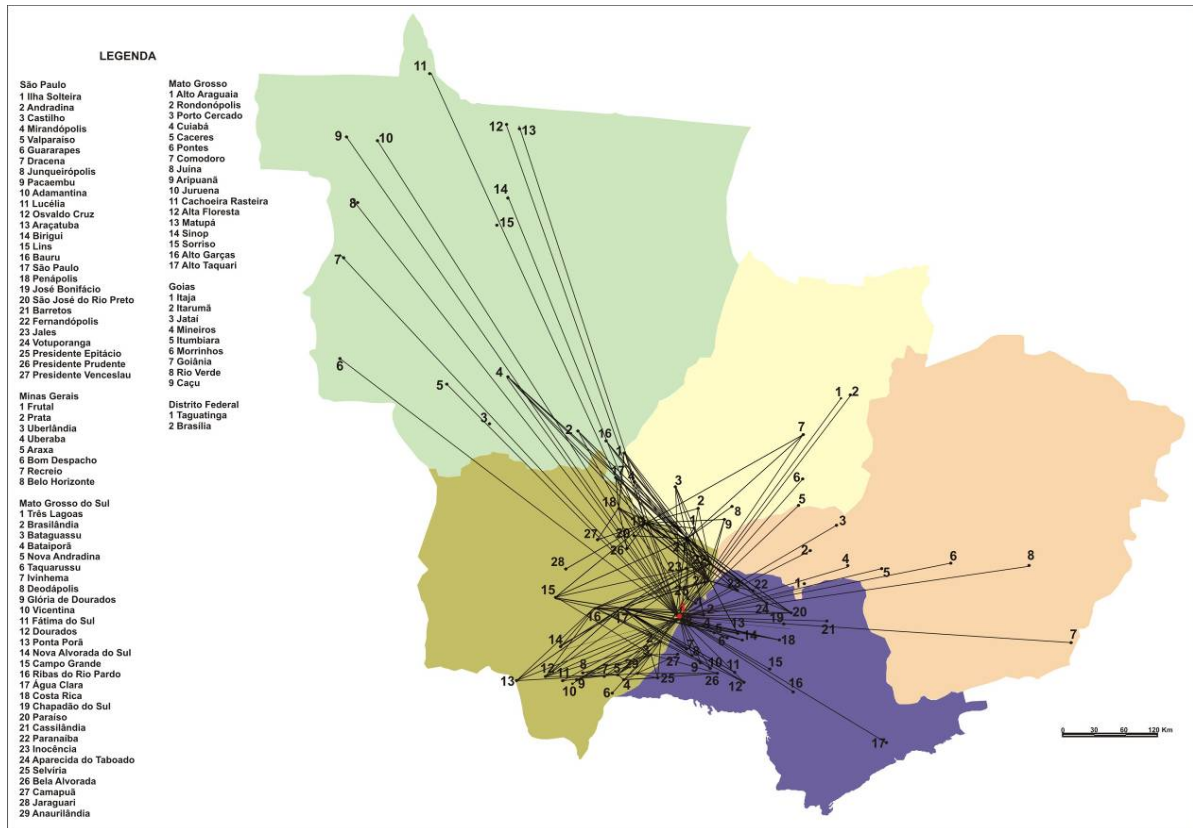


Figura 29: Fluxo das linhas rodoviárias das cidades da Mesorregião Leste/MS

De acordo com Arroyo (2006), as condições de circulação são tão importantes quanto às de produção:

Daí as pressões das empresas para a existência e a eficácia de uma rede de transportes e comunicações quando decidem estabelecer-se num lugar. As vias rápidas lhes garantem uma circulação rápida, isto é, uma transformação rápida do produto em consumo, em mercadoria, em capital realizado (p.76).

A autora ainda alude que a circulação reflete na produção, daí vem a necessidade de modernizar:

As frações do território vinculadas ao mercado externo estão em permanentes transformações por via da ação de empresas e instituições que operam, ou se projetam na escala mundial. Pretendem, assim, suprimir todo obstáculo à livre circulação das mercadorias, das informações e do dinheiro a partir de uma base material (de ordem técnica: portos, aeroportos, rodovias, hidrovias, armazenagens etc.) que sirva para viabilizar e acelerar os fluxos e de uma base normativa (de ordem política: impostos, medidas, regulamentos, protocolos, acordos, leis, etc.) que sirva para regular as novas condições (ARROYO, 2006, p.81).

Essas mudanças garantem a fluidez do espaço, bem como o controle e a gestão do território pelas grandes empresas. É essa capacidade de oferecer condições para a fluidez que diferencia as cidades e gera novas perspectivas locais para as cidades médias.

Contudo, vale ressaltar que essas condições oferecidas pelas cidades médias com a finalidade de entrar na lógica do capital, não se traduzem necessariamente em um benefício direto para a população local, pois a capacidade de gerar um excedente nem sempre implica a possibilidade de sua apropriação e de sua gestão locais (BELTRÃO SPOSITO, 2001).

No que tange a variável saúde, Três Lagoas possui uma expressiva centralidade, articulando fluxos entre as escalas intra e interurbana, devido à existência de hospitais atrelados tanto ao SUS (Sistema Único de Saúde) quanto às seguradoras de planos de saúde e atendimento particular, respaldado pelo conjunto de infraestrutura, equipamentos e médicos que atendem a diferentes especialidades.

Esses fatores são relevantes para a formação de um centro de serviços de saúde de média complexidade e no seu papel polarizador. Ou seja, a centralidade com o agrupamento de estabelecimentos para prestação de serviços à saúde, tendo

como referência espacial dois hospitais, o aglomerado de clínicas, consultórios médicos e odontológicos e outros serviços vinculados no seu entorno.

O Quadro 12 mostra as especialidades médicas oferecidas no Hospital Nossa Senhora Auxiliadora.

Quadro 12: Três Lagoas. Tipos de serviços médicos existentes Hospital Nossa Senhora Auxiliadora

Especialidades Cirúrgicas	Cirurgia Geral
	Gastroenterologia
	Ginecologia
	Nefrologiaurologia
	Neurocirurgia
	Oftalmologia
	Ortopediatriatraumatologia
	Plástica
Especialidades Clínicas	Pneumologia
	Neurologia
	Hansenologia
	Clinica Geral
	Cardiologia
	Dermatologia
	Oncologia
	Nefroulogia
	AIDS
Complementares	UTI (Unidade de Tratamento Intensivo)
	Obstetrícia Clínica
	Obstetrícia Cirúrgica

Fonte: www.datasus.org.br. Acesso em 5 maio 2011.

Org. Patrícia H. Milani, 2011

Conforme os dados do Quadro 12, verifica-se a existência de 20 especialidades médicas no Hospital Nossa Senhora Auxiliadora, que, se somados aos serviços disponíveis no hospital da UNIMED, consolida em Três Lagoas a funcionalidade de um pólo regional na prestação de serviços de saúde, pois atrai pacientes dos municípios da mesorregião leste do estado, conforme apontado na Figura 13, no Capítulo 3 deste trabalho.

Vale lembrar que na regionalização da saúde no estado de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas é uma das 3 macrorregiões, por isso concentra maior número de serviços especializados.

A cidade caracteriza-se como pólo por ser a localidade com maior número e variedade de serviços de saúde e com capacidade tecnológica mais avançada entre as cidades da rede.

Devido à estrutura e oferta de serviços, os dois hospitais exercem o papel de um centro regional, com forte atração sobre as outras cidades, notando-se fluxos populacionais intensos em direção a essa localidade, em busca de atendimento médico e odontológico mais especializado, de acordo com Ramires:

Verificam-se, em muitas cidades médias, um crescimento do número e da diversidade dos serviços de saúde, além do aumento da densidade técnica em procedimentos e equipamentos sofisticados. Os referidos serviços de alta complexidade concentram-se em cidades de grande e médio porte, produzindo fluxos de pessoas, produtos e informações, que reforçam o papel polarizador das atividades econômicas dessas localidades. (2007, p.173)

Vale ainda destacar o aumento do número de pessoas que contratam serviços de saúde por meio de planos, isso ocorre devido à precarização dos serviços públicos desse setor, fato que resulta no aumento do número de clínicas e hospitais particulares, exemplificando, assim, mais uma vez, a consolidação do mercado da saúde.

Os serviços de saúde possuem um caráter geográfico, já que estão distribuídos espacialmente e possuem distintos níveis de organização e complexidade. De acordo com Elias (1998), os postos de saúde seriam os responsáveis pelos serviços mais elementares, os centros de saúde possuidores de serviços mais diversificados, já os hospitais possuidores de técnicas mais especializadas e responsáveis por internações, que estariam no topo da hierarquia das funções.

Na rede brasileira de estabelecimentos de serviços de saúde, o setor público é o responsável preponderante pelos serviços de atenção primária, marcado pela presença de postos e centros de saúde, enquanto o setor privado concentra-se, preferencialmente, no segmento hospitalar, incorporador de tecnologia de alto custo.

Verifica-se que a cidade média continua envolvida em uma hierarquia urbana, uma vez que oferece bens e serviços à população de centros menores, sem, contudo negar a intensificação das relações descontínuas no território.

Dentre os serviços especializados oferecidos por Três Lagoas, destaca-se o ensino superior, sendo uma universidade pública: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul–UFMS e três faculdades particulares: Faculdades Integradas de Três Lagoas–AEMS, Universidade Anhanguera–UNIDERP e a Fundação Educacional de Fernandópolis – FEF, sendo as duas últimas pólos que oferecem cursos interativos

a distância. A Tabela 18 mostra os cursos de graduação oferecidos pela UFMS e os respectivos números de vagas.

Tabela 18: Cursos de Graduação e vagas oferecidas pela UFMS.2011

Curso de Graduação	Vagas autorizadas por ano
Administração	60
Ciências Biológicas	40
Ciências Contábeis	40
Direito – Noturno	55
Direito – Integral	50
Enfermagem	40
Engenharia de Produção	50
Geografia Bacharelado	30
Geografia Licenciatura	40
História	45
Letras - Português e Inglês	30
Letras – Português e Literatura	25
Matemática Bacharelado	21
Matemática Licenciatura	55
Pedagogia	40
Sistema de Informação	50

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A UFMS também possui três cursos de pós-graduação *Strictu Sensu*, sendo dois Mestrados, um em Geografia, nas áreas de concentração Análise Geoambiental e Produção do Território, e um em Letras, nas áreas de Estudos Lingüísticos e Estudos Literários e uma Especialização - *Lato Sensu* - em História.

A Faculdade AEMS possui 27 cursos de graduação e oito de pós-graduação *Lato Sensu*, especialização nas áreas de: Administração, Contabilidade, Gestão Ambiental, Serviço Social, Educação, Saúde, Direito e Psicologia. Por sua vez, a UNIDERP possui seis cursos de graduação, sete de especialização e três de capacitação, sendo todos interativos, com aulas à distância. As Tabelas 19 e o Quadro 13 mostram quais cursos são oferecidos pela AEMS e UNIDERP interativa.

Tabela 19. Cursos de Graduação e vagas oferecidas pela AEMS.2011

Curso de Graduação	Vagas autorizadas por ano
Administração	500
Biomedicina	200
Ciências Contábeis	80
Ciências Biológicas	200
Direito	100
Educação Física Bacharelado	100
Educação Física Licenciatura	200
Enfermagem	160
Farmácia	80
Fisioterapia	120
Gastronomia	160
Jornalismo	80
Nutrição	200
Pedagogia	200
Psicologia	200
Publicidade e Propaganda	240
Secretariado Executivo	120
Serviço Social	100
Tecnologia em Alimentos	160
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema	100
Tecnologia em Gastronomia	
Tecnologia em Gestão Ambiental	160
Tecnologia em Gestão Financeira	100
Tecnologia em Papel e Celulose	160
Tecnologia em Processos Químicos	160
Tecnologia em Produção Sucroalcooleira	160
Tecnologia em Radiologia	160
Tecnologia em Sistemas para Internet	100
Turismo	100

Fonte: www.mec.gov.br. Acesso em 20 abr 2011.

Vale lembrar que as vagas dos cursos de Administração, Alimentos, Biomedicina, Ciências Biológicas, Enfermagem, Fisioterapia, Gastronomia, Gestão Ambiental, Nutrição, Papel e Celulose, Pedagogia, Processos Químicos, Produção Sucroalcooleira, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Radiologia, Secretariado Executivo, Sistemas para Internet e Turismo são divididas em matutinas e noturnas.

A faculdade mencionada possui cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, especialização nas áreas de Administração, Contabilidade, Gestão Ambiental, Serviço Social, Educação, Saúde, Direito e Psicologia.

Quadro 13: Cursos de Graduação, Especialização e Capacitação na UNIDERP - 2011

Graduação	Administração
	Arquitetura
	Jornalismo
	Letras
	Pedagogia
	Sistema de Informação
Especialização	Moda
	Tecnologia do Gás Natural
	Matemática
	Formação Docente
	Estratégia em Recursos Humanos
	Direito Civil
	Saúde Pública
Capacitação	Gestão de Qualidade
	Recursos Humanos na Empresa
	Mídia e Educação

Fonte: www.mec.gov.br. Acesso em 1 abr 2011

Org.: Patrícia H. Milani, 2011.

Quanto aos serviços financeiros, Três Lagoas possui 17,5% das agências bancárias existentes na Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul, bem como o maior número de cooperativas de crédito, conforme aponta o Quadro 14.

O agrupamento de alguns serviços acompanha a concentração populacional da cidade, já que obtém 26,6% da população da região em que está inserida.

Quadro 14: Três Lagoas. Agências Bancárias e Instituições Financeiras de Crédito Pessoal. 2011

Banco	Bairro
Banco do Brasil	Centro
Banco do Brasil	Jd. Alvorada
Banco Pan Americano	Centro
Banco Nossa Caixa	Usina Jupiá
Banco Sicredi	Centro
Bradesco	Centro
Caixa Econômica Federal	Centro
HSBC Bank Brasil	Centro
Itaú/UNIBANCO	Centro
Santander	Centro
UNICRED	Lapa
Instituições Financeiras e de Crédito	
Fininvest	Centro
Assecon Bank	Centro
Camja Money Financeiras	Centro
CGR Cred	Centro
Construtora Financial	Centro
Crédito Pessoal Lider Cred	Centro
Euro Cred	Centro

Instituto Micro Crédito Banco da Gente	Lapa
Líder Cred Crédito Pessoal	Centro
Losango	Centro
Nalva Cred	Centro
Real Cred	Centro
Trialpar	Centro

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Três Lagoas possui os principais Bancos privados, sendo eles: Bradesco, HSBC Bank Brasil, Itaú e Santander, assim como os Bancos públicos: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Sicredi. Nesse contexto, Dias afirma que:

As qualidades de instantaneidade e de simultaneidade das quais são dotadas as redes de telecomunicações deram livre curso a todo um jogo de novas interações. Os bancos são doravante um elemento chave de integração do território e de articulação deste mesmo território à economia internacional. (1995, p.150)

Exceto uma agência do Banco do Brasil localizada no Jardim Alvorada, os demais situam-se no centro principal da cidade, o que revela a importância dessa centralidade nas escalas analisadas.

A rede bancária de Três Lagoas além de dispor dos principais bancos nacionais, se completa por outros empreendimentos intermediários do sistema financeiro, que possibilitam a efetivação de diversos fluxos de capital, bem como colabora no processo de financeirização da sociedade e do território (BESSA, 1995).

Ao considerar na análise os postos de atendimento bancário eletrônico, vê-se uma maior dispersão desse serviço, uma vez que estão situados em vários setores da cidade. A Tabela 20 mostra o banco, o tipo de serviço oferecido (PAB ou PAE), em que bairro se localiza e a entidade atendida que disponibiliza o serviço.

Tabela 20: Três Lagoas. Postos de atendimento bancário.2011

Banco	Tipo	Bairro	Entidade atendida
Bradesco	Agência Bancária	Centro	Ag. Três Lagoas
Bradesco	PAE	Jd. Alvorada	Auto Posto GL II
Bradesco	PAE	Centro	Tribunal de Justiça
Bradesco	PAB	Centro	Camargo Correa
Bradesco	PAE	N. S. Aparecida	Sup. Passarelli
Bradesco	PAB	Dis. Industrial	CIPA Ind. Produtos Alimentares
Bradesco	PAE	Jd. Alvorada	Auto Posto São Luiz
Bradesco	PAE	Santos Dumont	Sup. Nova Estrela
Bradesco	PAE	Zona Rural	Frigotel – Frigorífico Três Lagoas
Bradesco	PAB	Zona Rural	International Paper do Brasil
Banco do Brasil	PAE	Centro	SAA Três Lagoas
Banco do Brasil	PAE	Centro	Sup. Santo Antonio
Banco do Brasil	Agência Bancária	Centro	Ag. Três Lagoas

Banco do Brasil	PAE	Jd. Alvorada	SAA Jd. Alvorada
Banco do Brasil	PAE	Dis. Industrial	QSQ - Mabel
Banco do Brasil	Agência Bancária	Jd. Alvorada	Ag. Três Lagoas
Banco do Brasil	PAE	N. Sra. Aparecida	Sup. Passarelli
Banco do Brasil	PAE	Santos Dumont	Sup. Nova Estrela
Santander	Agência Bancária	Centro	Ag. Três Lagoas
Santander	PAE	Jd. Primavera	Hospital N. Sra. Auxiliadora
Santander	PAE	Santos Dumont	Sup. Nova Estrela
Santander	PAB	Vila Maria	VCP-MS
Caixa Econômica Federal	Agência Bancária	Centro	Ag. Três Lagoas
Caixa Econômica Federal	PAB	Santos Dumont	Justiça Federal
Caixa Econômica Federal	PAE	Santos Dumont	Sup. Nova Estrela
HSBC Bank Brasil	PAE	Centro	Pref. Municipal de Três Lagoas
HSBC Bank Brasil	PAE	Centro	Sup. Coselli
HSBC Bank Brasil	PAE	Centro	Sup. Passarelli
HSBC Bank Brasil	Agência Bancária	Centro	Ag. Três Lagoas
HSBC Bank Brasil	PAE	Santos Dumont	Sup. Nova Estrela
Itaú Unibanco	Agência Bancária	Centro	Ag. Três Lagoas

Tipo: PAE: Posto de Atendimento Bancário Eletrônico; PAB: Posto de Atendimento Bancário

Fonte: FEBRABAN. www.Barinsul.com.br. Acesso em 9 fev. de 2011.

Organização: Patrícia H. Milani, 2011.

Dessa forma, Três Lagoas possui 31 postos de atendimento distribuídos pela cidade, sendo quatro postos de atendimento bancário, 20 postos de atendimento bancário eletrônicos e sete agências bancárias. Para Beltrão Sposito:

[...] o setor bancário é um vetor da redefinição dos papéis das cidades médias, uma vez que, em suas dinâmicas de reestruturação de gestão e funcionamento, os grandes conglomerados do setor financeiro e bancário fecham muitas unidades em cidades pequenas, ampliaram papéis das agências de cidades médias e grandes, concentraram papéis de comando em metrópoles nacionais e globais. Por outro lado, o aumento do número de caixas eletrônicos altera de forma significativa as dinâmicas de estruturação do espaço urbano. (2007, p.238)

A pulverização dos PAEs tem como objetivo atender as pessoas com dificuldades de deslocamentos até o centro e também diminuir a saturação dos caixas eletrônicos. Os postos de atendimento não localizados no centro principal atendem, na maioria dos casos, clientes específicos, como os PAEs localizados no Distrito Industrial, que por ser área periférica da cidade dificulta o acesso aos postos de atendimento no centro da cidade, bem como acontece com os localizados na Justiça Federal e na Prefeitura Municipal, que, apesar de estarem disponíveis para qualquer cidadão, acabam sendo destinados a uma camada específica de clientes.

Contudo, o acesso não é restrito, o que colabora para a intensificação da fluidez no território, uma vez que, uma pessoa se desloca do centro principal para utilizar esse serviço no Distrito Industrial, pela fuga de grandes filas, por exemplo.

Destarte, as análises das variáveis apontam que Três Lagoas vivencia um período de aumento do número de serviços especializados, passando, assim, a obter uma maior representatividade no contexto regional, sendo destino de fluxos de pessoas para satisfação de algumas necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças sociais, econômicas e espaciais que ocorrem na rede no decorrer do tempo fazem parte dos principais fatores de análise sobre redes urbanas. Assim explica-se a importância de realizar um levantamento histórico da região desde o momento em que foi criada ou como surgiu o segmento espacial, até a formação dos núcleos que a compõem, bem como as primeiras relações entre os mesmos.

Os municípios da porção norte da Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul tiveram suas formações distintas em relação aos localizados na porção sul, visto que os primeiros foram formados a partir do desmembramento do município de Paranaíba, que exercia papel de centralidade da rede naquele período, e que os municípios da porção sul, diferentemente, tiveram sua colonização com a construção da Estrada Boiadeira. Esse quadro revela as diferentes formações dos núcleos que compõem a rede e, logo, os distintos interesses dos principais agentes sociais.

A formação espacial condiz com as grandes propriedades de terras, formação derivada do primeiro período, em que a pecuária era a principal atividade econômica da região, sendo os proprietários dessas terras a elite econômica e social, portanto, os principais agentes produtores e consumidores do espaço, juntamente com o Estado.

Por terem a pecuária como atividade econômica, as relações entre os municípios eram tímidas, caracterizando uma rede em que os fluxos não se efetivavam com tanta intensidade.

Contudo, destaca-se o processo de refuncionalização dos núcleos na escala da rede a partir dos momentos históricos, originando novas funcionalidades a alguns deles, como Três Lagoas.

O processo de desconcentração industrial resulta, entre outras implicações, no crescimento das cidades médias, as quais exercem papel de intermediação entre as pequenas cidades e as metrópoles, por conseguinte o aumento do número de indústrias em uma cidade dinamiza outros setores da economia, como comércios e serviços, pois além de atrair pessoas de outros lugares há a geração de empregos para a população local, que demanda mais serviços.

O estudo desnuda a realidade de Três Lagoas, a partir da metade da década de 1990, quando os incentivos fiscais se intensificaram a fim de atrair capital nacional e internacional para a cidade.

A cidade de Três Lagoas passa por intensa produção e reprodução do seu espaço urbano, bem como o reordenamento territorial, para atender a nova demanda criada tanto pelo aumento do contingente populacional local, como pelos consumidores de outras cidades, seja para os serviços de saúde, educação, comércio, resultando, entre outros processos, a formação de novas centralidades, com a consolidação de subcentros comerciais e de serviços, com destaque para a educação e saúde.

Como resultado desse processo de mudanças, Três Lagoas se posiciona como uma centralidade em relação à região em que se insere, qual seja, na Região Leste de Mato Grosso do Sul.

Além de atender a população local, exerce influência em outras localidades, principalmente, nas cidades que se localizam em seu entorno, pois, pela proximidade física, as pessoas optam por suprir suas necessidades em Três Lagoas, ao invés de buscá-las em uma grande cidade, seja Campo Grande/MS - capital do estado -, seja São Paulo/SP, delineando, assim, a área de influência da cidade.

Vale ressaltar que a capacidade de atração da cidade não obedece aos limites político e administrativo da região, ela é pulverizada no território, conforme ilustram os mapas do trabalho, sendo que cada variável delinea uma especificidade da rede, ou seja, a área de influência de Três Lagoas modifica-se trocando a variável de análise. Dessa forma, são desenhadas as continuidades e descontinuidades territoriais,

Constata-se que Três Lagoas, a partir da reestruturação interna, passa por um período de transição de uma pequena cidade para uma cidade média, vivenciando mais a competição do que a cooperação, por estar em fase de afirmação enquanto cidade primaz na rede em que se insere. Contudo, depreende-se que a cooperação também ocorre, porém em seu espaço interno, em que alguns serviços e indústrias se complementam, fortalecendo ainda mais a dinâmica interna, que posteriormente refletirá na externa.

Apesar da consolidação das relações descontínuas no território, a hierarquia entre as cidades permanece, de maneira que uma cidade possui mais ou menos

comércios e serviços que outra, que, por conseguinte, atrai maior número de pessoas em busca da satisfação de algumas necessidades.

Sendo assim, em escala hierárquica da rede em estudo, considerando as variáveis analisadas e mapeadas no trabalho, Três Lagoas concentra o maior número de pessoas, comércios e serviços elencados. Em seguida encontram-se Paranaíba e Nova Andradina, sendo consideradas cidades locais, pois atendem a população local em alguns serviços especializados.

Em seguida encontram-se Aparecida do Taboado, Costa Rica, Chapadão do Sul, Cassilândia, cidades possuidoras de serviços básicos que atendem a própria população, não contando, porém, com alguns serviços especializados, como por exemplo, Aparecida do Taboado, que não possui instituição de ensino superior.

Por fim, os municípios de Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Inocência, Selvíria, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Bataguassu, Anaurilândia, Batayporã e Taquarussu encontram-se na base da pirâmide hierárquica, uma vez que os moradores desses municípios são dependentes de outras cidades para a satisfação de algumas necessidades, como ensino superior presencial, atendimento de saúde especializado, serviços bancários e de créditos, entre outros.

Vale salientar que o fluxo derivado pela busca por esses serviços não ocorrem obrigatoriamente em direção a Três Lagoas, considerada central na rede. Os fluxos podem ocorrer em direção a outras cidades, até mesmo em direção as locais, como Paranaíba e Nova Andradina – a distância também é um determinante para os deslocamentos.

Na porção superior da pirâmide hierárquica, encontra-se a cidade que exerce papel de centralidade, sendo essa considerada média no contexto das cidades em estudo. A classificação das cidades médias necessita de vários elementos para ser efetivada, sendo dois deles a localização espacial e o tempo em que se realiza a análise. Em decorrência disso, ao se considerar esses aspectos, assim como o grau de importância das variáveis eleitas no trabalho, inferiu-se que a cidade de Três Lagoas exerce centralidade em sua hinterlândia.

REFERÊNCIAS

ARANHA SILVA, E. **Três Lagoas**: uma interpretação do rural com o urbano. Presidente Prudente: UNESP, 1992. (Dissertação de Mestrado).

_____. **A dinâmica sócio-espacial urbana e as novas centralidades em Três Lagoas-MS**. Três Lagoas: UFMS-CNPq, 2007. (Projeto de Pesquisa).

_____. Redes geográficas: espaço da transação e relações de poder. In: OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de; BATISTA, Luiz Carlos (Orgs.). **Espaço & Natureza**: a produção do espaço sul-mato-grossense. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009. p. 113-128.

ARROYO, María Mónica. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, Eliseu Savério; BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar. **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.71-85.

BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. A urbanização no Brasil. São Paulo: CENP/SE. **Geografia**. Série Argumento. São Paulo: SE/CENP, 1993. p. 61-78.

_____. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade. **Revista Território**. Rio de Janeiro, UFRJ, ano III, número 04, p. 27-37, 1998.

_____. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F.; SEABRA, O. C. L. **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GASPER, 2001. p. 609-643.

_____. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **Revista Cidades**. Presidente Prudente, UNESP, v.3, n. 5, p. 143-157.

_____. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: _____. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

_____. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional-FASE, 2009.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. O caráter urbano das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva-SP. In: BELTRÃO SPOSITO, M. E.; WHITACKER, A. M (Orgs.). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 217-247.

BESSA, Kelly Cristine. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o exemplo de Uberlândia. In: **Caminhos de geografia**. p. 268-288, out/1995. Disponível em: www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html.

_____. **A dinâmica da rede urbana no Triângulo Mineiro:** convergências e divergências entre Uberaba e Uberlândia. Uberlândia: [s.n.], 2007.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política.** Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Estatuto das cidades**, 2001.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTELO BRANCO, Maria Luisa Gomes. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: **Cidades médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 89-112.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1989.

_____. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Redes geográficas e organização espacial.** São Paulo: Ática, 1995.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de ; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

_____. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território.** Rio de Janeiro, UFRJ, ano V, número 08, p. 121-129, 2000.

_____. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidade:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p. 359-367.

_____. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, vol. 1, n.1, p. 65-78, jan./jun.2004.

_____. **Estudos sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia:** conceitos e tema. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Mudanças recentes na trajetória do sistema urbano brasileiro. In: 6º Simpósio Nacional de Geografia Urbana. **Anais...1999.**

_____. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: _____; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

EGLER, Claudio A. G. Apontamentos sobre rede urbana e políticas públicas no Brasil. In: MATOS, Ralfo; SOARES, Weber (Orgs.). **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 91-114.

ELIAS, P. E. A estrutura e organização da atenção à saúde no Brasil. In: COHN, A.; ELIAS, P. E. **A saúde no Brasil: políticas e organização de serviços**. 2 ed. São Paulo: Cortez, Cedec, 1998. p. 57-117.

_____; SOARES, Beatriz Ribeiro; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional** – Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional** – Tandil e Uberlândia. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Estatuto da cidade. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 3 ed. Brasília, 2005.

GEIGER, Pedro P. Redes, o global e o local. In: CASTRO, Iná Elias de.; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio A. G. **Redescobindo o Brasil 500 anos depois**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2000. p. 381-389.

GOMES, Conceição Ap. Queiroz. **Economia leiteira do Bolsão Sul Matogrossense**. Presidente Prudente, UNESP, 1994 (Dissertação de Mestrado).

HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e des-territorialização. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Religião, Identidade e território**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2007.

IBGE. **Cidades@**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 01 fev. 2011.

Kudlavicz, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na Micrerregião de Três Lagoas/MS**. 2011. Dissertação de Mestrado

LIMONAD, Ester. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. In: SANTOS, Milton; BECKER, Berta K. et al (Orgs.). **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 145-170.

MARTINELLI, Marcelo. **Cartografia Temática: caderno de mapas**. São Paulo: Edusp, 2003.

MELO, Jayro Gonçalves. Ideologia e poder. In: _____ (Org.). **Região, Cidade e Poder**. Presidente Prudente: GASPERR, 1996. p. 127-142.

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de. Rede urbana brasileira: algumas reflexões teóricas. In: **Revista Formação**. Presidente Prudente, n. 15, v. 2, 2003. p. 100-109.

SABADIN, Catiana; GONÇALVES, Eliane Vilalba. Estudo da cadeia produtiva do açúcar e do álcool no Estado de Mato Grosso do Sul.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 1985.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Manual de geografia urbana**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: _____; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2009. p.73-94.

SEMAC/MS. Secretaria de Estudo do Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. Dados Estatísticos de Mato Grosso do Sul. Disponível em: www.semac.gov.br. Acesso em 11 fev. 2011.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 461-494.

SOUZA, M. A. A. de. Conexões geográficas: um ensaio metodológico. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 71, p. 113-127, 1992.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMIRES, Julio César de Lima. Cidades médias e serviços de saúde: algumas reflexões sobre os fixos e os fluxos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 173-186.

RUIZ, João Antônio Martinez; BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. Shopping Center Americanas: procedência intra e interurbana. In: **Revista Formação**. Presidente Prudente, n. 9, v. 1, p. 109-130, 2002.

WHITACKER, Arthur Magon. Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 139-156.